

eSTRutuRA
DA líNGuA
POrtuGuESa

“O meu, o seu, o nosso PRETINHO BÁSICO”

**JOAQUIM
MATTOSO
CAMARA Jr.**

PETRÓPOLIS: VOZES, 1999

30ª EDIÇÃO

ESTRUTURA
DA LÍNGUA PORTUGUESA

**ESTRUTURA
DA LÍNGUA
PORTUGUESA**

JOAQUIM MATTOSO CAMARA JR.

30ª Edição

EDITORA
VOZES
Petrópolis
1999

© 1970, Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689-900 Petrópolis, RJ
Internet: <http://www.vozes.com.br>
Brasil

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

FICHA TÉCNICA DA VOZES

GERENTE EDITORIAL

Avelino Grassi

EDITOR

Lídio Peretti

Edgar Orth

GERENTE INDUSTRIAL

José Luiz Castro

EDIOR DE ARTE

Osmar Santos

EDITORAÇÃO

Supervisão gráfica: Valderes e Monique Rodrigues

ISBN 85.326.0061-1

Este livro foi composto e impresso pela Editora Vozes Ltda.

SUMÁRIO

Advertência, 7

Parte Introdutória CONSIDERAÇÕES GERAIS

- I. Gramática e seu conceito, 11
- II. Variabilidade e invariabilidade na língua, 17
- III. A técnica da descrição lingüística, 22

Parte Primeira A SEGUNDA ARTICULAÇÃO OU FONOLOGIA

- IV. Sons vocais elementares e fonemas, 33
- V. As vogais e as consoantes portuguesas, 39
- VI. As estruturas da sílaba em português, 53
- VII. A acentuação e o vocábulo fonológico, 62

Parte Segunda A PRIMEIRA ARTICULAÇÃO OU MORFOLOGIA

- VIII. O vocábulo formal e a análise mórfica, 69
- IX. A classificação dos vocábulos formais, 77
- X. O mecanismo da flexão portuguesa, 81
- XI. O nome e suas flexões, 87
- XII. A significação geral das noções gramaticais do verbo, 97
- XIII. A flexão verbal portuguesa – O padrão geral, 104
- XIV. Os padrões especiais dos verbos em português, 111
- XV. O sistema de pronomes em português, 117

ADVERTÊNCIA

Esta Estrutura da Língua Portuguesa foi feita em virtude de um convite especial e espontâneo da Editora Vozes, depois que, por convite anterior, desenvolvi na revista do mesmo nome daquela Editora, em 10 artigos sucessivos, algumas considerações sobre *Problemas de Lingüística Descritiva*, já agora reunidos num pequeno volume.

O assunto proposto não me tomou, porém, de surpresa, pois tem sido abordado por mim em cursos aqui e no estrangeiro, além de tratado, de 1956 a 1968, no exercício do cargo de professor titular de português na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Petrópolis.

Acresce o trabalho crítico silencioso, em mim suscitado pelas gramáticas, que têm sido publicadas nestes últimos anos entre nós na esteira da *Nomenclatura Gramatical Brasileira*, e por essa própria Nomenclatura.

Não digo que a minha tentativa não possa estar defeituosa e passível de muitas melhorias. Eu próprio tenho desenvolvido um trabalho constante e pertinaz de renovação, a respeito do que venho dizendo e escrevendo na minha já longa carreira de professor. Neste sentido tenho agradecer as críticas, que tenho recebido, algumas de envolta com generosos elogios e incentivos para prosseguir nos meus objetivos.

São eles, antes de tudo, associar intimamente a descrição gramatical à lingüística sincrônica, em seu sentido amplo, e criar afinal uma descrição da língua portuguesa, não direi científica, mas isenta de *parti-pris purista* enormativo, de um lado, e, de outro lado, distanciada de preconceitos nativistas ou revolucionários, que me parecem igualmente condenáveis.

Os estudantes universitários, os professores de português e os *scholars* em geral, a cujo serviço tenho sempre procurado me pôr, dirão se este meu trabalho valeu o esforço despendido.

Rio de Janeiro, 1969.

J.M.C. JR.

Este livro está incompleto. Como o Autor declara na Advertência, havíamos pedido a ele uma gramática completa, de cunho estruturalista, da Língua Portuguesa.

Ficaram prontas apenas duas partes da obra. Mas, como partes, foram revisadas e dadas como definitivas pelo Autor que, aos 66 anos, foi colhido pela morte no dia 4 de fevereiro de 1970.

Ao publicarmos estes textos, queremos prestar uma homenagem à memória do grande mestre amigo, pesquisador incansável e lúcido. Temos a certeza de colocar nas mãos dos estudiosos excelentes subsídios para a compreensão das estruturas da Língua Portuguesa.

Os Editores

*Parte
Introdutória*

***Considerações
Gerais***

I. GRAMÁTICA E SEU CONCEITO

1. A Gramática descritiva ou sincrônica é o estudo do mecanismo pelo qual uma dada língua funciona, num dado momento (gr. *syn-* «reunião», *chrónos* «tempo»), como meio de comunicação entre os seus falantes, e na análise da estrutura, ou configuração formal, que nesse momento a caracteriza.

Quando se emprega a expressão gramática descritiva, ou sincrônica, sem outro qualificativo a mais, se entende tal estudo e análise como referente ao momento atual, ou presente, em que é feita a gramática. Já tinha em princípio esse objetivo a gramática tradicional, elaborada a partir da Antigüidade Clássica para a língua grega e em seguida a latina. Em português, desde Fernão de Oliveira e João de Barros no século XVI, vêm se multiplicando as gramáticas, pautadas pelo modelo greco-latino, intituladas quer descritivas, quer expositivas. Ora mais propriamente normativas, se limitam a apresentar uma norma de comportamento lingüístico, de acordo com a sempre repetida definição «arte de falar e escrever corretamente». Ora, mais ambiciosas e melhor orientadas, procuram ascender a um plano que bem se pode chamar científico em seus propósitos, pois procuram explicar a organização e o funcionamento das formas lingüísticas com objetividade e espírito de análise. Tiveram este último propósito as chamadas «gramáticas filosóficas», como em português a de Jerônimo Soares Barbosa no séc. XVIII. Embora tenha havido recentemente, com a escola norte-americana de Noam Chomsky, certo empenho em valorizar essas «gramáticas filosóficas» (Chomsky 1966), deve se reconhecer que a crítica que a elas se fez, desde os princípios do séc. XIX até meados do séc. XX, era em essência procedente. O fundamento para a ciência da gramática, por elas entendida, era a disciplina filosófica da lógica, como a delinear a Aristóteles na Grécia Antiga e depois Descartes no séc. XVII. A gramática foi entendida como

ancilar (= auxiliar) do estudo filosófico que trata das leis do raciocínio. A justificativa estava no pressuposto de que a língua, em sua organização e funcionamento, reflete fielmente essas leis.

Havia aí, antes de tudo, um círculo vicioso. A língua servia para ilustrar a lógica, e a lógica para desenvolver a gramática. Depois, a lógica aristotélica e ainda a cartesiana, mesmo quando remodelada já nos meados do séc. XIX pelo filósofo inglês John Stuart Mill, está longe de satisfazer aos requisitos de uma análise rigorosa e precisa das leis do raciocínio. Tanto que a filosofia do séc. XX procurou recriar a disciplina em linhas matemáticas, sob o título de «lógica simbólica», num afã em que se destacou especialmente o filósofo inglês Bertrand Russel. Finalmente, a base lógica que se pode depreender na organização e nos processos comunicativos das línguas é uma compreensão intuitiva das coisas permeada por toda a vivência humana. Em vez de refletirem um exame objetivo e despersonalizado das coisas, as línguas refletem a maneira de as ver por parte de homens que se acham nelas interessados e até integrados.

Nem a lógica aristotélica, nem a lógica simbólica podem fazer justiça, por isso, à organização íntima de uma língua humana.

A partir do séc. XIX outro caminho se esboçou. A tendência foi colocar o estudo da gramática sob a égide da psicologia. A nova atitude se apoiava na filosofia romântica, que salientava os aspectos psicológicos, ou mesmo antilógicos, que as línguas revelam, como se via aparecer em todo o procedimento humano. Insistia-se na carga de emoção e fantasia, que atua nesse procedimento e também na comunicação lingüística.

A lingüística, que se firmara e desenvolvera no séc. XIX como ciência autônoma, restringindo-se à comparação das línguas umas com as outras para poder depreender entre elas origens comuns («gramática histórico-comparativa») e em seguida como história das suas mudanças através dos tempos («gramática histórica»), não se preocupou diretamente com a descrição lingüística. Mas indiretamente favoreceu a orientação psicológica. Assim, Hermann Paul (1846-1921), o grande teórico alemão da lingüística do seu tempo, que ele queria exclusivamente histórica, deu, não obstante, uma achega (= contribuição) para um tratamento descritivo psicológico, como já observou com razão Friedrich Kainz (Kainz 1941, 9).

2. O interesse pelo estudo descritivo, na lingüística, firmou-se nos princípios do séc. XX. Em 1908, o lingüista alemão Anton Marty já afirmava que, no estudo das línguas - «ao lado das leis históricas há leis descritivas» (Marty 1950, 19). De maneira mais

cabal, sistemática e profunda, o lingüista franco-suíço Ferdinand de Saussure, nos seus cursos na Universidade de Genebra, de 1908 e 1911, compendiados postumamente em 1916 por dois de seus maiores discípulos (Saussure 1922, 117), dividiu a lingüística em «diacrônica» (através do tempo, ou seja, histórica) e «sincrônica», denominação que já aqui se comentou. Por «lingüística sincrônica» ele entende a gramática descritiva, cientificamente conduzida, isto é, de maneira sistemática, objetiva e coerente. O propósito fundamental de Saussure era ver essa gramática como disciplina «autônoma» (Saussure 1922, 25), independente das disciplinas filosóficas da lógica e da psicologia, como de quaisquer outras ciências. Foi o que o seu discípulo indireto, o lingüista dinamarquês Louis Hjelmslev, colocou em termos muito claros, alguns anos depois. Para Hjelmslev, é preciso «distinguir nitidamente o âmbito da lingüística» (entenda-se «sincrônica») «que estuda a atividade pela qual se comunica um conteúdo de consciência de um indivíduo a outro, e a psicologia, que, como a lógica, se ocupa em examinar o próprio conteúdo da consciência humana» (Hjelmslev 1928, 24).

Paralelamente com essa nova orientação européia, se desenvolveu nos Estados Unidos da América o princípio e a técnica de uma gramática descritiva. Primeiro, com o antropólogo Franz Boas, auxiliado por uma brilhante equipe, na qual preponderou a figura de Edward Sapir (1884-1939), houve o propósito de estabelecer as gramáticas descritivas das línguas indígenas norte-americanas, ainda existentes, e em seguida com o mesmo Sapir e especialmente Leonard Bloomfield (1887-1949) a nova escola também se orientou para uma lingüística descritiva em sentido lato, procurando remodelar as gramáticas descritivas das línguas de civilização européia. Um grande grupo de discípulos diretos e indiretos de Bloomfield elaborou técnicas descritivas cada vez mais objetivas e rigorosas.

A tendência da escola de Bloomfield, que a distingue das escolas descritivas européias derivadas de Saussure, foi pôr de lado o valor significativo das formas lingüísticas. O motivo, muitas vezes implícito, dessa tendência foi o medo de se entrar através do estudo das significações, novamente, na lógica e na psicologia.

Como, entretanto, a língua existe essencialmente como meio de comunicação entre os homens e as significações lingüísticas estão evidentemente na base de tal comunicação, a gramática descritiva era assim levada a um verdadeiro beco sem saída. Daí, nos próprios Estados Unidos da América, uma reação recente contra o trabalho de Bloomfield e seus discípulos. Essa reação, que partiu

principalmente lá de Noan Chomsky, já aqui citado, foi muitas vezes desnecessariamente agressiva e não poucas vezes injusta. Na realidade, Sapir, explicitamente, e, implicitamente, Saussure já tinham respondido com acerto a essa dificuldade. As línguas, como já frisamos, repousam numa lógica imanente e numa psicologia coletiva intuitiva, que a lógica, em qualquer de seus aspectos (de Aristóteles, de Descartes, de Stuart Mill e simbólica), e a psicologia clássica não tinham considerado. Para Sapir, até, o estudo descritivo de uma língua e do seu mundo de significações é a melhor maneira de penetrar nessa lógica e nessa psicologia, que escapam ao estudo filosófico tradicional (Sapir 1969, 32, 152). Por isso, ainda nos princípios do século XIX, o filósofo alemão Wilhelm von Humboldt, cuja voz então ficou isolada, via implicitamente uma gramática descritiva compreendendo a análise da «forma externa» de uma língua (seus sons vocais, suas desinências e assim por diante) e a análise da sua «forma interna», isto é, do seu mundo de significações. Chegamos assim a uma conclusão preliminar sobre o que se deve entender por uma gramática descritiva, de cunho rigoroso, sistemático e coerente.

3. Resta o problema de saber se tal gramática é possível sem levar em conta as considerações de ordem histórica. Ou, em outros termos, se o estudo sincrônico é possível sem um paralelo estudo diacrônico que lhe sirva de apoio.

Foi a convicção dessa possibilidade, ou antes, dessa necessidade que constituiu uma das grandes contribuições de Saussure nos seus cursos, acima aludidos, na Universidade de Genebra, nos princípios do séc. XX.

Entretanto, algumas correntes lingüísticas contemporâneas; especialmente européias, ainda rejeitam esse ponto de vista.

É, não obstante, o ponto de vista teoricamente certo. Antes de tudo, há a circunstância de que os falantes de uma língua nada sabem espontaneamente da história dela e a manejam apesar de tudo de maneira plenamente eficiente. Depois, há a observação de que muitas vezes o conhecimento histórico, aplicado à análise sincrônica, a torna absurda. Por exemplo, port. *comer* vem do lat. *comedere*, em que *com-* era um prefixo com a idéia de «reunião»; mas é claro que *com-* no verbo português é a raiz e distingue esse verbo de *beber* («deglutir um alimento sólido» *versus* «ingerir um alimento líquido»); da mesma sorte, *mim* corresponde ao lat. *mihī*, que era um «dativo» (forma em função de «objeto indireto»); mas *mim* em português se emprega não por isso (que ele em

regra não é) mas por ser regido de preposição (em função que em latim corresponderia a *me* no ablativo e às vezes no acusativo). Finalmente, na análise histórica partimos sempre de uma análise sincrônica, tomada como ponto de partida (lat. *comedere*, por exemplo, sem cogitar de formas anteriores indo-européias que historicamente a explicariam). É sincronicamente que consideramos *comedere* = *com* + *ed* + *ere*.

Este ponto será desenvolvido em todo o correr do presente livro, que quer ser uma gramática descritiva, sem implicações diacrônicas.

4. Uma consideração final para terminar essa introdução. Vimos que a gramática greco-latina era normativa e se podia definir como – «a arte de falar e escrever corretamente».

Será que essa gramática deve ser abandonada, como sustentam alguns lingüistas, especialmente norte-americanos? Um deles, por exemplo, intitulou um seu livro de divulgação lingüista – *Deixe a sua língua em paz* (*Leave your language alone*) (Hall 1950). A resposta que parece certa é que há em tal atitude uma confusão entre duas disciplinas correlatas mas independentes.

A gramática descritiva, tal como a vimos encarando, faz parte da lingüística pura. Ora, como toda ciência pura e desinteressada, a lingüística tem a seu lado uma disciplina normativa, que faz parte do que podemos chamar a lingüística aplicada a um fim de comportamento social. Há assim, por exemplo, os preceitos práticos da higiene, que é independente da biologia. Ao lado da sociologia, há o direito, que prescreve regras de conduta nas relações entre os membros de uma sociedade.

A língua tem de ser ensinada na escola, e, como anota o lingüista francês Ernest Tonnelat, o ensino escolar «tem de assentar necessariamente numa regulamentação imperativa» (Tonnelat 1927, 167).

Assim, a gramática normativa tem o seu lugar e não se anula diante da gramática descritiva. Mas é um lugar à parte, imposto por injunções de ordem prática dentro da sociedade. É um erro profundamente perturbador misturar as duas disciplinas e, pior ainda, fazer lingüística sincrônica com preocupações normativas. Há a esse respeito algumas considerações, que se fazem aqui necessárias. Antes de tudo, a gramática normativa depende da lingüística sincrônica, ou gramática descritiva em suma, para não ser caprichosa e contraproducente. Regras de direito que não assentam na realidade social, depreendida pelo estudo sociológico puro, caem no vazio e são ou inoperantes ou negativas até. Só é

altamente nociva uma higiene que não assenta em verdades biológicas. Não se compreende uma situação inversa. Depois, mesmo quando convém a correção de um procedimento lingüístico (porque marca desfavoravelmente o indivíduo do ponto de vista da, sua posição social, ou porque prejudica a clareza e a eficiência da sua capacidade de comunicação, ou porque cria um cisma perturbador num uso mais geral adotado), é preciso saber a causa profunda desse procedimento para poder combatê-lo na gramática normativa. Finalmente, a norma não pode ser uniforme e rígida. Ela é elástica e contingente, de acordo com cada situação social específica. O professor não fala em casa como na aula e muito menos numa conferência. O deputado não fala na rua, ao se encontrar com um amigo, como falaria numa sessão da Câmara. E assim por diante.

Quando o lingüista sincrônico se insurge contra o gramático normativo ou o professor de língua, é em regra porque este e aquele declaradamente desobedecem a esses 3 preceitos. Impõem as suas regras praxistas como sendo lingüística. Corrigem às cegas, sem tocar no ponto nevrálgico do procedimento lingüístico que querem corrigir e com isso só criam confusão e distúrbio. Partem do princípio insustentável de que a norma tem de ser sempre a mesma, e fixam um padrão social altamente formalizado como sendo o que convém sempre dizer.

O remédio é o professor de língua e os homens em geral aprenderem os princípios gerais da lingüística. Para isso, a melhor solução parece ser fornecer-lhes uma gramática descritiva desinteressada de preocupações normativas.

Há apenas uma observação final a fazer. Se a língua é variável no espaço e na hierarquia social, ou ainda num mesmo indivíduo conforme a situação social em que se acha, a gramática descritiva pode escolher o seu campo de observação. Se ela tem em vista, indiretamente, o ensino escolar, como é o objetivo implícito do presente livro, a escolha está de certo modo predeterminada. A descrição não tomará por base, evidentemente, uma modalidade popular ou remotamente regional. Muito menos vai assentar num uso elaborado e sofisticado, como é, por exemplo, a língua da literatura. Partirá do uso falado e escrito considerado «culto», ou melhor dito, adequado às condições «formais» de intercâmbio lingüístico no sentido inglês do adjetivo.

II VARIABILIDADE E INVARIABILIDADE NA LÍNGUA

5. Um dos percalços mais sérios com que se tem defrontado a gramática descritiva, desde a Antigüidade Clássica, é o fato da enorme variabilidade da língua no seu uso num momento dado. Ela varia no espaço, criando no seu território o conceito dos dialetos regionais. Também varia na hierarquia social, estabelecendo o que hoje se chama os dialetos sociais (cf. Martinet 1954, 1s). Varia ainda, para um mesmo indivíduo, conforme a situação em que se acha, como já vimos no capítulo precedente, estabelecendo o que um grupo moderno de lingüistas ingleses denomina os «registros» (Halliday 1965, 87). Finalmente, uma exploração estética da linguagem, para o objetivo de maior expressividade, faz surgir o que se classifica como o «estilo», desde a Antigüidade Clássica.

Por isso, os teóricos da linguagem, gregos e romanos, dividiram-se muito cedo nas duas correntes opostas dos «anomalistas» e dos «analogistas»ⁱ, claramente apreciados por Antonino Pagliare, modernamente, na lingüística italiana (Pagliare 1930, 20). Aqueles negavam, em última análise, a possibilidade de estabelecer regras gerais no uso lingüístico. Estes defendiam a possibilidade e a necessidade dessas regras, partindo do pressuposto de que o princípio filosófico da «analogia» domina em geral o uso lingüístico, só dando margem a um número pequeno de «exceções». Estas foram sempre o grande embaraço da regulamentação gramatical. Modernamente elas foram enfrentadas, e praticamente neutralizadas, pela técnica descritiva dos métodos estruturalistas, como veremos no capítulo seguinte.

De qualquer maneira, a invariabilidade profunda, em meio de variabilidades superficiais, é inegável nas línguas. Nos termos do grande lingüista contemporâneo Roman Jakobson, «o princípio das invariantes nas variações» (Jakobson 1967, 185) é a chave de toda descrição lingüística. É ele que cria o conceito de «padrão» (ing. *pattern*), cuja apreensão numa língua dada é o objetivo central da gramática descritiva de tal língua. Por isso nos diz Sapir,

referindo-se não só à linguagem, mas ainda a toda a gama de procedimentos humanos: «É tal a nossa preocupação com nós próprios como indivíduos e com os outros na medida em que diferem de nós, por menos que seja, que estão os sempre prontos a anotar as variações de um padrão nuclear de comportamento. Para quem está acostumado ao padrão, variações dessas se apresentam como tão ligeiras que praticamente passam despercebidas. Para nós, como indivíduos, elas são, não obstante, da máxima importância; e a tal ponto que chegamos a esquecer de que há um amplo padrão social de que elas são variações. Estamos constantemente sob a impressão de que somos originais e até aberrantes, quando na realidade estamos apenas repetindo um padrão social com o mais ligeiro toque de originalidade» (Sapir 1969, 65).

Mesmo a decantada excentricidade de certos escritores, em face da língua materna do seu tempo, não passa de um exagero retórico. Como já observou o lingüista ítalo-romano Eugênio Coseriu, o escritor inova em regra no uso lingüístico do seu tempo, na norma mais ou menos conscientemente estabelecida, mas fica fiel ao sistema, ou seja, ao padrão que rege a língua em profundidade (Coseriu 1948, 3).

Ora, a gramática descritiva, ou sincrônica, tem, em última análise, por fim deprender e expor esse sistema, ou estrutura, como estabeleceu de início Saussure.

6. Isso não quer dizer que a gramática descritiva seja um bloco monopolítico. Há sempre exceções e elas têm de ser levadas em conta. Em toda a gramática, ao lado da «regularidade», há as «irregularidades»

Mas, antes de tudo, como já aqui ressaltamos, elas são fatos de superfície. Em profundidade elas obedecem a padrões particulares, que se coordenam com o padrão, ou regra geral, dito «regularidade».

Depois é preciso não esquecer que, como já vimos, a língua em sentido lato se subdivide em dialetos regionais, dialetos sociais e registros. Em cada um deles há uma gramática descritiva específica. Por isso, aqui focalizamos de início o nosso objetivo. Descrever a língua portuguesa, no Brasil, tal como é usada pelas classes ditas «cultas» num registro formal, isto é, adequado às situações sociais mais importantes.

Como tal, ela visa a servir de ponto de partida para a gramática normativa no ensino escolar. Com outros objetivos, pode-se fazer a descrição de um dialeto regional, de um dialeto social, a língua popular, digamos, como

para o francês fez o lingüista franco-suíço Henri Frei, discípulo indireto de Saussure, na sua *Gramática dos Erros* (Frei 1929). Ou podemos fazer uma gramática descritiva, total ou parcial, de um registro de linguagem familiar, como foi o propósito da lingüista brasileira Eunice Pontes ao descrever o verbo na língua coloquial carioca (Pontes 1969).

A gramática normativa tradicional, misturando alhos com bugalhos, trata muitas vezes como «irregularidades» da língua monoliticamente considerada o que são na realidade «regras» para a gramática descritiva de uma dessas línguas particulares.

Uma atitude oposta, e igualmente criticável, é a de lingüistas que procuram fugir à dificuldade focalizando restritamente o que chamam o «idioleto». Este termo, criado pelos norte-americanos, se refere à língua de um único indivíduo. Estudando-o, unicamente, deixam de lado as discrepâncias, dentro de um dialeto regional ou de um dialeto social, de cada indivíduo (determinadas quase sempre pelas mudanças de registro ou por intenções estilísticas). Tal foi o ponto de vista ainda recentemente defendido pelo lingüista norte-americano Robert Hall: «aunidade supra-individual absolutamente não existe... e por conseguinte não existe nenhum fenômeno coletivo» (Hall 1968, 521). O contrário é que tudo indica ser a verdade, como logo viu argutamente Saussure. É com toda a razão que Roman Jakobson afirma: «Em matéria de língua não há propriedade privada; tudo está socializado. O intercâmbio verbal, como toda sorte de intercurso, requer pelo menos dois comunicantes, e o idioleto vem a ser de certo modo uma ficção pervertida» (Jakobson 1953, 15).

7. Uma diversidade, muito sutil e falaz (=ilusória), é a que existe entre a fala e a escrita. É a escrita que as gramáticas normativas escolares focalizam explícita ou implicitamente. O estudante já vem para a escola falando satisfatoriamente, embora seja em regra deficiente no registro formal do uso culto; o que ele domina plenamente é a linguagem familiar, na maioria dos casos. Como quer que seja, a técnica da língua escrita ele tem de aprender na escola. Os professores partem da ilusão de que, ensinando-a, estão ao mesmo tempo ensinando uma fala satisfatória. Daí a definição da gramática normativa que lembramos aqui de início: «a arte de escrever e falar corretamente».

Há com isso uma tremenda ilusão. A língua escrita se manifesta em condições muito diversas da língua oral. Por isso, tantos estudantes psiquicamente normais, que falam bem, e até com exuberância e eloquência, no intercâmbio de todos os dias, são deso-

ladores quando se lhes põe um lápis ou uma caneta na mão. A fala se desdobra numa situação concreta, sob o estímulo de um falante ou vários falantes outros, bem individualizados. Uma e outra coisa desaparecem da língua escrita. Já aí se tem uma primeira e profunda diferença entre os dois tipos de comunicação lingüística.

Depois, a escrita não reproduz fielmente a fala, como sugere a metáfora tantas vezes repetida de que «ela é a roupagem da língua oral». Ela tem as suas leis próprias e tem um caminho próprio. Por isso, muitos lingüistas relegam a língua escrita para fora de suas cogitações, como observa, em tom de crítica, o lingüista norte-americano H. A. Gleason, argumentando que «uma língua escrita é evidentemente um objeto válido e importante de investigação lingüística» (Gleason 1961, 10). Não fica menos verdade por isso (antes pelo contrário) que há uma diferença fundamental entre esses dois tipos de linguagem.

É justo que a gramática normativa dê grande atenção à língua escrita. É ela que a escola tem de ensinar em primeira mão. Acresce o primado da língua escrita nas sociedades do tipo do nosso dito «civilizado». Aí, do ponto de vista sociológico, a língua escrita se sobrepõe inelutavelmente à língua oral, pois rege toda a vida geral e superior do país. Mesmo o rádio e a televisão, que à primeira vista se podem afigurar espécies novas da língua falada, são em última análise modalidades da língua escrita. O locutor lê para os ouvintes indiscriminados, ou os telespectadores, o que escreveu, ou foi escrito para ele, previamente. Quando não empunha um papel, é que decorou o que fora preparado na escrita. E, em qualquer dos casos, faltam as duas condições que já vimos ser inerentes do intercâmbio oral: uma situação concreta e um ou mais ouvintes, bem determinados e individualizados. Até a poesia, que assenta nos sons vocais e no ritmo, essenciais na língua falada, é entre nós uma atividade principalmente escrita. Só a leitura recria o valor oral de uns e de outro. Dá-se assim uma inversão, em termos sociais, da verdade puramente lingüística de que a escrita decorre da fala e é secundária em referência a esta.

Não obstante essa contingência de ordem social, subsiste o fato lingüístico de que a língua escrita é uma transposição para outra substância de uma língua primordialmente criada com a substância dos sons vocais. Só se pode compreendê-la e ensiná-la na base dessa transposição. «Só depois de dominar a fala é que se pode aprender a ler e escrever», adverte incisivamente Jakobson (Jakobson 1969, 113).

Essa verdade teve uma prova indireta na aculturação de populações indígenas ágrafas, isto é, sem língua escrita. Um grupo de lingüistas no México, no chamado «plano Tarrasco», verificou que

a melhor maneira de alfabetizar os índios dessas tribos era reduzir o Tarrasco a língua escrita e ensinar os índios a ler e escrever em sua língua materna. A alfabetização direta pelo espanhol (que era mal conhecido por eles) fracassava lamentavelmente. Os lingüistas do Instituto Lingüístico de Verão, com sede nos Estados Unidos da América, mediante entendimento com o nosso Serviço de Proteção aos Índios, estão organizando por sua vez cartilhas de várias línguas indígenas brasileiras e obtendo uma alfabetização de ótimo resultado.

Isso nos impõe a tarefa de fazer a descrição (mesmo tendo em vista um fim escolar) em função da língua oral. Ora, paradoxalmente, nem em relação à «fonética», ou estudos dos sons vocais, isto se dá de maneira coerente em nossas gramáticas.

III A TÉCNICA DA DESCRIÇÃO LINGÜÍSTICA

8. A descrição lingüística assenta necessariamente numa análise, ou de composição, do que é enunciado ou escrito. Para fazer tal análise os gramáticos gregos e romanos partiam da unidade do vocábulo. Por isso, o lingüista inglês R. H. Robins define a gramática greco-latina como sendo «baseada no vocábulo» («a word based grammar») (Robins 1967, 25). Contemporaneamente, o lingüista norte-americano Noam Chomsky prefere partir dedutivamente da «sentença», isto é, de um enunciado que se basta a si mesmo para fim de comunicação, e decompô-la em grupos de vocábulos (ing. *phrases*) e vocábulos.

Não há dúvida que o vocábulo é em regra, nas línguas do mundo, uma realidade lingüística, quer do ponto de vista do efeito vocal (fonológico), quer das características de forma (morfológicas), quer da significação que transmite (semântica). Isso tem sido negado por alguns lingüistas, mas sem maior procedência, como procurei mostrar alhures (advérbio = em outro lugar, em outra parte) (Camara 1967, 87). Mais tarde, teremos a oportunidade de ver que inegavelmente o vocábulo em português.

Entretanto, para partir indutivamente do mínimo para o máximo, o vocábulo não é o termo inicial que se impõe. Ele se analisa, ou decompõe, em formas mínimas constituintes, que são os «morfemas». Foi o que estabeleceu (evidentemente sem usar o termo), desde o séc. VII a.C., o gramático hindu Pânini para o sânscrito.

A lingüística, a partir do séc. XIX, tomou o exemplo de Pânini. É verdade que, com a sua exclusiva preocupação histórica, ou diacrônica, transfigurou o tratamento hindu (que era descritivo ou sincrônico) e passou a ver nos morfemas necessariamente os elementos originários que constituíram o vocábulo.

Saussure e seus discípulos e logo depois Bloomfield retomaram a tradição sincrônica e passaram a entender os morfemas como os elementos constitutivos atuais do vocábulo, sejam eles ou não elementos simples indivisíveis originários. Vejamos um exemplo. O

port. *estrela* se decompõe em *estrel-*, que é a raiz, e uma vogal final *-a*, que indica uma classe de temas nominais portuguesesⁱⁱ (oposto a *astro*, com tema em *-o*, e a *satélite*, com tema em *-e*). Também no latim clássico *stella* a decomposição é da raiz *stell-* e da desinência *-a*, indicativa dos nomes da 1ª declinação. Ora, diacronicamente, a verdade é outra. Temos uma raiz originária *ster* (comparável ao inglês *star*) e um sufixo de adjetivo *-la*, que, por assimilação regressiva, transformou *ster-* em *stel-*. Além disso, em português, o *e-* inicial, e o *-r-* medial, são acréscimos e, portanto, elementos diacrônicos de per si. Diacronicamente, temos em port. *e + ste(r)* (com intercalação de *-r-* depois de *-st-*) + *la*. Já, descritivamente, o que há é *estrel + a*. É claro que na sincronia da língua portuguesa a válida é a segunda análise, pois é a única que nos faz compreender a significação e a estrutura morfológica do substantivo atual.

Vistos como reuniões de morfemas, os vocábulos são unidades compósitas, que por sua vez se agrupam em «locuções» (ing. *phrases*). E tem-se afinal a sentença. Esta, por seu lado, não é a unidade máxima. Reúne-se a mais uma, ou a várias, para constituir o discurso. Mas a técnica descritiva não costuma ascender até lá, exceto na técnica, dita «tagmêmica», do lingüista norte-americano contemporâneo Kenneth Pike.

9. Um aspecto de suma importância, na caracterização das línguas humanas, é o que o lingüista francês André Martinet chamou «a dupla articulação da linguagem» (Martinet 1960, 17). Ele entende, por essa denominação, a circunstância de que a enunciação lingüística se compõe de uma seqüência vocal, suscetível de análise, até seus elementos últimos indivisíveis, e uma correspondência, também suscetível de análise, entre os grupos vocais e certas significações que a língua comunica. Como a função fundamental da língua é a comunicação entre os homens, tem-se nessa correspondência a «primeira articulação». A «segunda articulação» é a das seqüências vocais consideradas em si mesmas. Quando ouvimos uma língua que não conhecemos, só percebemos, de maneira mais ou menos exata, ou bastante aproximada, essa segunda articulação (= dos fonemas).

Ao contrário, na análise do port. *estrela*, que fizemos há pouco, focalizamos a primeira articulação (= dos morfemas), associando *estrel-* à significação de um «corpo celeste» e *-a* à indicação de uma classe morfológica. Se encarássemos a segunda articulação, teríamos as 3 sílabas *es + tre + la*, que poderíamos decompor por sua vez nas consoantes e vogais que as constituem.

Os morfemas, que na primeira articulação são os constituintes últimos de um vocábulo, podem ser de 2 naturezas. Uma, «lexical», associa o morfema com uma coisa do mundo bio-social que nos envolve e recebe expressão na língua. Os morfemas *estrel-*, de *estrela*, e *com-*, de *comer*, são «morfemas lexicais», que constituem o cerne do vocábulo. Outros são os «morfemas gramaticais», que entram na configuração formal da gramática da língua, como *-a*, da classe nominal de *estrela*, ou *-e-*, indicativo da 2ª conjugação de *comer*, oposto à 1ª conjugação de *amar* e à 3ª de *partir* ou *-r*, que indica em português uma forma verbal determinada, dita «infinitivo», a qual só se emprega em condições específicas dentro da sentença.

Todas as línguas, entretanto, obliteram (= apagam) essa oposição significativa tão nítida entre morfemas lexicais e morfemas gramaticais, porque utilizam à vontade estes últimos para caracterizar coisas, a rigor distintas, do mundo bio-social. Assim é que usamos em português um morfema lexical próprio em *criança*, para designar um ser humano na sua primeira fase de crescimento. Outro morfema lexical em *homem* significa o ser humano já plenamente desenvolvido. Um processo diverso temos em *gatinho*, com o morfema gramatical *-inho* e o mesmo morfema lexical de *gato*. Da mesma sorte, *gata*, com o morfema gramatical *-a*, oposto a *gato*, é a fêmea desse animal. Mas, para o sexo feminino dos seres humanos, o que temos é *mulher* com um semantema lexical diverso do de *homem*.

A razão está num princípio de economia expressional intrínseco às línguas humanas. O antropólogo norte-americano Franz Boas, já aqui citado, pai espiritual da lingüística descritiva do seu país, chamou a atenção para a circunstância de que esse uso dos morfemas gramaticais permite uma melhor estruturação da língua: «Se toda a massa de conceitos, com todas as suas variantes, fosse expressa nas línguas por complexos de sons inteiramente heterogêneos e não-relacionados entre si» (isto é, por morfemas lexicais) «surgiria a conseqüência de que idéias intimamente relacionadas não mostrariam a sua relação pela relação correspondente dos seus símbolos fonéticos» (Boas 1911, 25). É uma contingência da imperfeição lógica das linguashumanas a circunstância de que em nenhuma o processo é levado coerentemente às suas últimas conseqüências, e temos em português, por exemplo, *gatinho* para *gato* e *gata* para *gato*, mas ao mesmo tempo *criança* para *homem* e *mulher* para *homem*.

Como quer que seja, os morfemas gramaticais têm com isso 3 funções na língua: 1) indicam classificações formais, meramente, como as vogais temáticas das conjugações ou as classes nominais

em *-a*, *-o* e *-e*; 2) estabelecem as relações dos vocábulos dentro da sentença, como em latim o «nominativo» assinala o sujeito do verbo e o «acusativo» o seu «objeto direto»; 3) marcam, pela sua oposição entre si ou pela sua presença em face da sua ausência, as relações que a língua estabelece entre coisas diversas, vistas como relacionadas na idéia que delas fazemos (ou, antes, a nossa língua materna faz).

São os morfemas gramaticais, sistemas mais ou menos fechados, que constituem a gramática de uma língua. Os morfemas lexicais constituem uma série aberta, que, no núcleo dos vocábulos, ou conjuntos léxicos, se alinham nos dicionários.

10. Consideremos agora a delicada questão da variabilidade lingüística, que se salientou no capítulo precedente. Ela se manifesta tanto na primeira como na segunda articulação das línguas.

Assim, em português, o elemento lexical de *estrela* apresenta uma variante, sem *-r-* medial, no adjetivo *estelar*, por exemplo. Ao lado de *gatinho*, temos *cãozinho*, com o sufixo gramatical variante, ou «alomórfico», *-zinho* em vez de *-inho*. Muitas vezes o alomorfe é um zero (\emptyset), como no infinitivo verbal *pôr*, em que falta a vogal temática da conjugação, pois a vogal *-o* pertence à raiz, ou morfema lexical, como se vê na divisão *ponho* (*ponh + o*), análoga à de *am + o*, *tem + o*, *part + o* (a vogal *-o* final é o morfema gramatical que indica a 1ª pessoa do singular do presente indicativo em qualquer conjugação portuguesa).

Na segunda articulação da língua portuguesa, as chamadas «vogais reduzidas», por exemplo, não são mais do que variantes, ou «alofones», em posição átona, das vogais que aparecem com o seu timbre pleno quando são tônicas.

Para os elementos simples indivisíveis da primeira articulação temos a invariante no conceito de «morfema» (unidade mínima significativa), e, para a segunda, no de «fonema» (unidade mínima distintiva). Assim, a complexa variabilidade na superfície corresponde sempre na língua uma invariabilidade profunda, como ressaltamos no capítulo precedente.

Muitas vezes, a invariabilidade é um elemento teórico, que convencionalmente indicamos pela anteposição de um asterisco no alto (*). Isso quer dizer que o elemento não se encontra concretamente na língua, mas é pressuposto como um elo de ligação entre as variantes. Em relação aos morfemas, Bloomfield descreveu essa técnica descritiva de uma maneira singularmente lúcida: «O processo da descrição nos conduz a apresentar cada elemento morfológico numa forma teórica *básica*» (grifo no original) «e em

seguida a estabelecer os desvios dessa forma básica que aparecem quando o elemento se combina com outros elementos. Partindo das «formas básicas» e aplicando certas regras, «na ordem em que as damos, chega-se finalmente às formas dos vocábulos como são na realidade enunciados» (Bloomfield 1939, 105).

No correr do presente livro, teremos ocasião de aplicar essa técnica mais de uma vez e de verificar como ela simplifica a descrição de muitos paradigmas de variação aparentemente arbi-trária. Aqui, vamos exemplificá-la com duas ilustrações tiradas do latim. Com efeito, em latim, temos vocábulos do tipo *leō-leōnis* e do tipo *homō-homōnis*. Partindo dos nominativos determinação idêntica (*leō, homō*), a gramática tradicional nos diz que esses nomes ora fazem o genitivo em *-ōnis*, ora em *nis*, sem um princípio que regule a escolha. É uma «anomalia» na tradição gramatical greco-latina. Entretanto, se focalizarmos o genitivo (*leōnis*, num dos nomes, e *homōnis*, no outro) e separarmos em ambos a desinência *-is*, do genitivo, chegamos a formas teóricas **leōn* e **homin*. Estabelecemos então 2 regras: 1) a nasal final é suprimida no nominativo; 2) quando tal acontece (e acontece em todos os nomes que não são neutros), a vogal *-* breve, ficando final, passa para *-ō* longo. Nos neutros, em que a nasal final não é suprimida, a vogal *-* breve passa para *-ě-* breve (cf. *lumen-lumēnis*).

Chegamos assim a uma conclusão preliminar referente à invariabilidade profunda em meio da superficial variabilidade lingüística.

Na primeira articulação, o morfema representa o elemento invariável. A ele correspondem os alomorfes, ou variantes concretas, que é o que se pronuncia. Esses alomorfes são morfologicamente livres, como *estel-* de *estelar* ao lado de *estrel-* de *estrela*, ou são determinados pelo contexto fonético em que se acha o morfema. Assim, não existe em português uma vogal nasal imediatamente seguida de *-r-* na mesma sílaba, e por isso, uma vez que falta no vocábulo a vogal temática da conjugação, a forma teórica **pôr* se realiza como *pôr*.

Há, portanto, alomorfes morfologicamente livres e alomorfes fonologicamente condicionadosⁱⁱⁱ. O alomorfe pode ser até um zero (\emptyset), como é a ausência da vogal temática em *pôr*.

Quanto ao morfema invariante, ele pode ser um segmento fônico (uma vogal, uma consoante ou uma seqüência de vogais, de consoante e vogal ou de vogais e consoante, ou de vogais e consoantes), ou pode ser uma entidade mais abstrata como um processo de reduplicação no morfema lexical ou de alternância de vogais dentro do morfema lexical, a exemplo da oposição em

português entre *faz* (3ª pessoa do indicativo presente) – *fez* (3ª pessoa do indicativo pretérito perfeito) – *fiz* (1ª pessoa do indicativo pretérito perfeito). Pode até ser um zero (\emptyset), ou ausência de morfema, como é em português a indicação de singular, nos nomes, em face da indicação de plural com um morfema de consoante sibilante (*lobo-lobos*).

Na segunda articulação, ou seja, na fonologia, o fonema invariante se desdobra em alofones. Alguns são condicionados pelo contexto fonológico, como cada uma das vogais átonas portuguesas, em face da correspondente vogal tônica. Outros são variantes «livres», determinadas pela flutuação que impera na língua em referência à realização sônica do fonema. Estão neste último caso os alofones do /r/ chamado «forte», que pode ser uma vibração prolongada da ponta da língua junto aos dentes superiores («r» múltiplo), ou uma vibração da língua junto ao véu palatino («r» velar), ou uma vibração da úvula, na parte extrema do véu palatino («r» uvular), ou uma forte fricção da faringe («r» fricativo não-lingual, foneticamente semelhante ao /h/ aspirado inglês, onde simplesmente não há na faringe nenhuma fricção). Os alofones, ou variantes, livres são, em termos diacrônicos, em regra mudanças fonológicas em andamento. Assim, a variação do /r/ forte, em português, indica um processo de mudança da articulação anterior (na parte anterior da boca, junto aos dentes) para uma articulação posterior (na parte posterior da boca, a partir do véu palatino), que ainda não terminou. Ao contrário, o /r/ uvular, ou «grasseyé» da língua de Paris, em francês, é o término desse processo de mudança nesse dialeto regional, que é considerado o de mais prestígio na França.

Na segunda articulação, o que distingue o «fonema», em face do «alofone», é a sua capacidade de distinguir as formas da língua. Assim, em português o /r/ forte (seja múltiplo, ou velar, ou uvular, ou fricativo) é um fonema oposto ao /r/ brando (um único golpe vibratório da ponta da língua junto aos dentes superiores), porque com ele se distingue *erra*, de *era*, ou *ferro*, de *fero*, ou *carro*, de *caro*, ou *corre*, de *core*, e assim por diante.

11. Um problema delicado da descrição lingüística, ligado à função distintiva dos fonemas, é o da «homonímia», que todas as línguas apresentam. Trata-se de formas distintas, do ponto de vista significativo, mas constituídas do mesmo segmento fônico. Assim, temos em português *pata* («membro de locomoção de um quadrúpede») e *pata* («fêmea do pato»), *canto* (substantivo) e *canto* (1ª pessoa do indicativo presente do verbo *cantar*).

O problema se complica pelo conceito gramatical da «polissemia», isto é, a possibilidade de uma forma ter variações de sentido muito nítidas. Até que ponto se tem a polissemia e se entra na homonímia propriamente dita?

Esse problema fornece um argumento a favor da intromissão da consideração diacrônica na descrição sincrônica. Assim se pode alegar que *canto* (substantivo) vem do lat. *cantus* e *canto* (verbo) do lat. *canto*. Em latim são formas fonicamente distintas e a «homonímia» se estabeleceu em português. Da mesma sorte, *cabo* («acidente geográfico») e *cabo* («posto das forças armadas») vem do lat. *caput* («cabeça») ao passo que *cabo* («peça para segurar um instrumento») vem do lat. *capūlus*, derivado de *capere* «segurar». Mas ainda aqui o critério diacrônico falha repetidamente na descrição sincrônica. Em primeiro lugar, *pata*, como muitas outras formas em português, é de etimologia desconhecida, e talvez os dois homônimos tenham a mesma origem, de fundo onomatopaico (Nascentes 1966, 558, 559). Depois, do ponto de vista sincrônico, é incoerente considerar *cabo* «acidente geográfico» e *cabo* «posto das forças armadas» um caso de polissemia em face de uma homonímia com *cabo* «peça para segurar um instrumento».

Ainda aqui se impõe um critério exclusivamente sincrônico.

Não há a respeito unanimidade de ponto de vista entre os lingüistas. Mas a solução, que parece exata, é partir da distribuição das formas, isto é, da maneira por que os morfemas aparecem nos vocábulos e os vocábulos nas sentenças. A distribuição diferente indica a homonímia. A mesma distribuição é sinal de polissemia.

Nos exemplos portugueses, que estamos trazendo à baila, *cabo*, com seus 3 sentidos, é uma forma polissêmica, pois a sua distribuição, como substantivo, é a mesma na sentença (como sujeito, como objeto e assim por diante). Já *canto*, substantivo, e *canto*, forma verbal, são homônimos, uma vez que nos padrões das sentenças se distribuem de maneira diversa (*um canto alegre / canto alegremente* etc.). Aí a distribuição diferente é sintática. Mas, da mesma sorte, de um ponto de vista de paradigma, *pata*, «fêmea do pato», que se opõe a este com uma desinência de feminino *-a*, só pode ser homônimo de *pata* «membro de locomoção dos quadrúpedes», que é um termo isolado como nome da classe em *-a*.

Em relação aos morfemas, a distribuição diversa, conforme o vocábulo, opõe em homonímia a sibilante, que é desinência da 2ª pessoa dos verbos, e a que é morfema de plural dos nomes; da mesma sorte que *-o*, do substantivo *canto*, vogal de uma classe morfológica nominal, só pode ser homônimo de *-o* final da forma verbal *canto*, desinência da 1ª pessoa do indicativo presente.

Ainda aqui, os princípios da forma teórica e da alomorfa são muitas vezes de utilização eficiente na descrição sincrônica. A sibilante, como desinência da 2ª pessoa dos verbos portugueses, constitui um conjunto alomórfico com *-ste* (do pretérito perfeito: *cantaste*) e com \emptyset do imperativo (*canta!*); a desinência de plural dos nomes é uma invariante. Também é uma invariante a vogal *-o* da classe nominal a que pertence o substantivo *canto*, ao passo que a desinência da 1ª pessoa do indicativo presente é nos outros tempos geralmente zero (^o) e no pretérito perfeito e no futuro do presente é a vogal (assilábica) /ũ/ (*cantei*, *cantarei*).

Nos exemplos dos nominativos latinos *leō* e *homō*, já aqui comentados, a homonímia da terminação desaparece em face das formas teóricas **leone* e **homin*, respectivamente. Analogamente, em português, o sufixo *-ão*, que é aumentativo em *valentão*, gentílico em *alemão* e genericamente derivativo em *comarcão*, se triparte nas formas teóricas, sugeridas pelos plurais diferentes **valentõe*, **alemãe* e *comarcão* (que é também a forma concreta no singular).

Observemos, finalmente, em referência à homonímia, que a língua escrita tem a possibilidade de fugir a ela, mudando a letra, ou «grafema», para representar o mesmo fonema. Assim se distinguem graficamente *cheque* «título bancário» e *xequê* «ameaça ao Rei no jogo de xadrez». Neste particular, a ortografia oficial brasileira entrou por um caminho excessivamente elaborado e sofisticado, que muitas vezes não corresponde a uma característica viva da grafia e se rege aliás por motivações diacrônicas (cf. *vasa* e *vaza*) e, não raro, pela motivação diacrônica destrói até a diferenciação grafêmica, como em *eça* «ataúde» (= caixão, tumba, esquife), feito agora essa em uniformidade com o demonstrativo feminino. Não deixa de se tratar, não obstante, de uma possibilidade que falta à língua oral e mostra como escrita e fala podem seguir caminhos distintos. Permite até certos efeitos estilísticos, vedados à língua oral, como o do jornalista malicioso ao anunciar que uma dada autoridade fora «emçoçada» (com ç) em *determinado cargo*.

Parece que depois da discussão doutrinária desses 3 capítulos preliminares estamos em melhor condição de abordar a descrição gramatical da língua portuguesa, em seu dialeto social «culto» e seu registro «formal».

Parte primeira

***A Segunda Articulação
ou Fonologia***

IV SONS VOCAIS ELEMENTARES E FONEMAS

12. A divisão mínima na segunda articulação da língua é a dos sons vocais elementares, que podem ser vogais ou consoantes. A divisão resulta de um processo psíquico da parte de quem fala e quem ouve. Na realidade física, a emissão vocal é um contínuo, como assinalam quer os aparelhos acústicos, quer os aparelhos de registro articulatório. Já se trata, pois, de uma primeira abstração intuitiva do espírito humano em face da realidade física.

Durante muito tempo, a lingüística se contentou com essa primeira e não-elaborada divisão, cujo estudo se chamou fonética. A partir dos fins do séc. XIX, com o lingüista russo Baudouin de Courtenay (1845-1929), professor sucessivamente na Universidade de Kazan e na Universidade de São Petersburgo (segundo o nome da cidade no tempo dos czares), e nos princípios do séc. XX com o lingüista franco-suíço Ferdinand de Saussure (1859-1913, de quem já falamos aqui, e ainda com o lingüista norte-americano Edward Sapir (1884-1939), a quem também já nos referimos, deu-se mais um passo no sentido da abstração psíquica, e criou-se, ao lado do som vocal elementar, o conceito de fonema, segundo o nome proposto por Baudouin.

Esse conceito parte do princípio doutrinário de que no som vocal elementar o que realmente interessa na comunicação lingüística é um pequeno número de propriedades articulatórias e acústicas, ou traços (ing. *features*) e não todo o conjunto da emissão fônica. Esses traços, ditos distintivos, são os que servem para distinguir numa língua dada uns sons vocais elementares dos outros. Com isso, cada fonema, ou seja, cada conjunto de certos traços distintivos, opõe entre si as formas da língua, que o possuem, em face de outras formas, que não o possuem, ou possuem em seu lugar outro fonema; por exemplo, em português: *ala, vala, vela, vê-la, vila; saco, socio* («tamanco»), *soco, suco; pelas, belas, melas, telas, delas, nelas, selas, zelas, Chelas* (nome de um convento

em Portugal), *gelas, velas, velhas; vala, fala; amo, ano, anho* (sinônimo de «carneiro»); e assim por diante.

Daí, a definição do fonema, dada por Jakobson: «as propriedades fônicas concorrentes» (isto é, simultâneas para o ouvido humano) «que se usam numa dada língua para distinguir vocábulos de significação diferente» (Jakobson 1962, 231). Essa definição, dada em 1932, coincide em seu sentido geral com outra de Leonard Bloomfield, formulada um ano mais tarde: «traços distintivos que ocorrem em conjunto ou feixe», como o adendo: «O falante se exercitou em fazer os movimentos» (entenda-se no aparelho fonador) «produtores de som de tal maneira que os traços do fonema estão sempre presentes nas ondas sonoras e também se exercitou a só dar importância a esses traços, não tomando conhecimento da massa acústica que alcança em grosso o seu ouvido» (Bloomfield 1933, 79).

É claro que o fonema é um conceito da língua oral e não se confunde com a letra, na língua escrita. Nesta, o mesmo fonema pode ser representado com letra diferente, como em port. *aço* e *asso*, *chá* e *xá* (o rei da Pérsia), o sufixo *-esa* (de *portuguesa*, por exemplo) e *-eza* (por exemplo de *tristeza*) e assim por diante. Se, como acontece nesses casos, a letra diferente serve para distinguir na escrita certos homônimos da língua, ela constitui aí um grafema. Mas isso só acontece por acaso na ortografia oficial de qualquer língua; assim, vimos que já não se distinguem graficamente *essa* «ataúde» e *essa* «demonstrativo feminino» (cf. § 11).

De qualquer maneira, costuma-se distinguir da letra o fonema, pondo este entre barras na transcrição dita «fonêmica» (= fonológica) (assim, em português /s/ representa o mesmo fonema tanto em *aço*, como em *asso*, ou em *sala*, ou em *próximo*, que passam a ser transcritos fonemicamente como – /asu/, /sala/, /prosimu/.

Quando não há a preocupação de indicar o fonema, mas o som vocal elementar, total, em transcrição «fonética», põe-se a representação gráfica entre colchetes ([...]). Assim, [sau], rimando com *pau* /pau/, ao lado da pronúncia «mais correta» [salt_l]¹ para o que se escreve sempre *sal*.

13. É claro que, assim entendido, o fonema abrange vários sons vocais elementares. Um ouvido arguto pode percebê-los como diferentes. São as «variantes», ou «alofones» de um fonema. A chave da sua definição está em que a troca de um alofone por outro pode soar «mal» a um ouvido delicado, mas não substitui uma

¹ A representação [l_l] indica um alofone posterior do /l/, determinado em português pela posição posvocálica. Vamos apreciá-lo de espaço no capítulo referente às vogais e consoantes.

forma da língua por outra. Assim, em português, [sau] e [sal] é sempre o mesmo vocábulo. Quando muito, conduzirá a erros e confusões de ortografia, como no Rio de Janeiro fazem muitos alunos das nossas escolas, que escrevem sempre *mau*, para *mau* e para *mal*, porque pronunciam sempre [mau].

Há, aliás, dois tipos muito diferentes de alofones. Um deles depende do ambiente fonético em que o som vocal se encontra. Dá-se uma assimilação aos traços dos outros sons contíguos ou um afrouxamento ou mesmo mudança de articulações em virtude da posição fraca em que o fonema se acha (por exemplo, nas vogais portuguesas, a posição átona, especialmente em sílaba final). Esses alofones, ou variantes do fonema, são ditos posicionais. Já outro tipo é o da variação livre, quando os falantes da língua divergem na articulação do mesmo fonema ou um mesmo falante muda a articulação conforme o registro em que fala. São os alofones ou variantes livres, como sucede em português com o /r/ forte, pronunciado, como vimos, pela maioria dos falantes como um som velar, ou uvular, ou mesmo com uma mera vibração faríngea, e por outros, em minoria, como uma dental múltipla (isto é, resultante de uma série de vibrações da ponta da língua junto aos dentes superiores).

Os alofones posicionais têm muita importância para caracterizar o conjunto de fonemas da língua. Eles dão o sotaque local da nossa fala, distinguindo, por exemplo, o falar do Rio de Janeiro e o de São Paulo, e, até, de maneira geral, a pronúncia brasileira e a portuguesa. Assim, no Rio de Janeiro, pronuncia-se /t/ e /d/ diante de /i/ tônico de uma maneira «soprada» (dita «africada»), em contraste com a dental firme que aparece em São Paulo. Em Portugal pronuncia-se /b/, /d/ e /g/, entre vogais, de uma maneira «frouxa» (uma fricativa), que no caso do /b/ o aproxima perigosamente do fonema /v/, e /e/ átono final é enunciado com a língua no centro da boca, apenas ligeiramente elevada, donde resulta um timbre especial, que em transcrição fonética se indica por um *e* invertido ([«]); já, no Rio de Janeiro, se emite francamente um [i].

Entretanto, o grande problema de quem fala uma língua estrangeira não é a rigor a má reprodução dos alofones, mas o de emitir os verdadeiros traços distintivos dos fonemas, sem insinuar, sem sentir os traços distintivos dos fonemas mais ou menos semelhantes da língua materna, às vezes com confusões perturbadoras e cômicas. Por exemplo, a consoante típica inglesa, que a escrita indica por *th*, pode ser pronunciada por um português ou um brasileiro à maneira de /t/ ou de /s/, que também existem como fonemas em inglês, de sorte que a frase – «*It is thin*» («É del-

gado») pode soar como «*it is tin*» («é uma lata»), ou «*it is sim*» («é um pecado»). E assim por diante.

14. A classificação dos traços distintivos pode ser feita por mais de um critério. Ela pode ser acústica, baseada nas vibrações das ondas sonoras do ar, quando se fala. Também pode ser auditiva, tomando para critério o efeito que o som emitido produz no ouvido humano. E também pode ser articulatória, quando os traços se definem pelos movimentos dos órgãos fonadores quando se fala. Como diferença entre classificação articulatória e classificação auditiva temos, para as consoantes, a sinonímia entre «constritivas» e «fricativas», que a nossa Nomenclatura Gramatical Brasileira não entendeu, fazendo das fricativas uma divisão das constritivas. Na realidade, a constrição é a aproximação muito grande entre dois órgãos fonadores, como para port. /f/ e /v/, em que a arcada dentária superior e o lábio inferior quase se juntam. A fricção, ou atrito, é a impressão que essa constrição produz em nosso ouvido. O nome de «sibilantes» e o de «chiantes», respectivamente, para /s/ – /z/ e /s'/ (x em *eixo*) – /z'/ (j em *jeito*) são também uma classificação auditiva; articulatoriamente costumam ser chamados esses fonemas constritivos alveolares e palatais, respectivamente.

Modernamente, Roman Jakobson pôs em voga uma classificação essencialmente de base acústica (Jakobson - Halle - Fant, 1952).² Antes fizera uma remodelação da classificação articulatória, que na sua forma tradicional lhe parecia excessivamente fonética, em vez de fonêmica. «Apesar da problemática diversa das duas disciplinas, a fonologia» (isto é, o estudo dos fonemas e, não, dos sons vocais globalmente considerados), «como era natural, chamou a si em seus primeiros passos muita coisa fonética, inteiramente fonética, muita coisa que se enquadra essencialmente na descrição fonética, embora à luz da fonologia deva ser pesada e avaliada... esses dados» (fonéticos) «têm de ser realmente tratados de maneira fonológica; é preciso não trazer simplesmente para a fonologia o

² A classificação definitiva, nesse sentido, de Jakobson vem em Jakobson 1967, 101s. Não a adotamos aqui por causa da problemática controvertida, que envolve, e por me parecer perturbadora nesta altura, ainda pouco avançada. dos estudos lingüísticos em português. Por outro lado, o outro *approach* de Jakobson me parece plenamente satisfatório, além de muito acessível. Note-se que a orientação acústica de Jakobson não é rígida. mas antes maleável em sua nomenclatura: “Não nos interessa substituir uma classificação acústica a outra articulatória, mas tão-somente pôr em evidência os critérios mais produtivos da divisão válidos para um e outro aspecto do fenômeno fonatório” (Jakobson 1967, 132). Note-se ainda a especial importância que ele dá ao aspecto auditivo: “A experiência auditiva é o único aspecto da mensagem de que o emissor e o receptor participam, visto que normalmente o falante ouve a si mesmo” (Jakobson 1967. 129).

material fonético em seu estado cru, com pele e ossos por assim dizer» (Jakobson 1967, 16-17).

A grande diferença entre o tratamento articulatório dos fonemas de Jakobson e o da fonética tradicional é que ele põe de parte a classificação pelos pontos de articulação na boca (labiais, labiodentais, dentais, alveolares, pré-palatais, médio-palatais, velares). Substitui-a pela classificação baseada no formato da caixa de ressonância que com esses movimentos articulatórios se cria na boca.

Há uma caixa de ressonância indivisa com a saída voltada para fora (consoantes labiais, *lato-sensu*); onde a língua não atua. Há outra caixa de ressonância, também indivisa, voltada para dentro, com a elevação da língua no fundo da boca (fonemas póstero-linguais, ou digamos, posteriores). E há uma terceira caixa de ressonância, dividida em duas partes, com a elevação da língua no sentido dos dentes, dos alvéolos ou do pré-palato (fonemas ântero-linguais, ou digamos, anteriores). Ele aplica essas oposições para a classificação fonológica das consoantes (Jakobson 1967, 65s); mas a divisão entre «anteriores» e «posteriores» também se refere às vogais.

É esta classificação articulatória original de Jakobson, que utilizamos para o português desde 1948 (Camara 1953) e vamos repetir aqui. Há apenas para ressaltar que em português as vogais posteriores também são «arredondadas», isto é, complementadas por um arredondamento dos lábios, e as anteriores são, em relação aos lábios, não arredondadas ou distensas.

15. Restam duas observações finais. Um ex-discípulo de Jakobson, intimamente ligado à escola lingüística de Noam Chomsky, o professor Morris Halle, imaginou só levar em conta em fonologia os traços distintivos acústicos de Jakobson, abandonando a noção de «fonema», como soma ou conjunto de dados traços distintivos. Não vejo vantagem em acompanhá-la nessa inovação que Chomsky e seus companheiros adotaram com entusiasmo (Halle 1962; idem, 1964).

A diferença entre «vogal» e «consoante», criada pela fonética, continua em fonêmica, ou fonologia, embora um tanto atenuada e até certo ponto reformulada.

Há dois critérios para estabelecer essa diferença.

Um, mais fonético do que propriamente fonêmico, é considerar a vogal como um som, produzido pela ressonância bucal, onde a corrente de ar passou livremente. Ao contrário, na consoante, há a passagem da corrente de ar, seja uma oclusão, ou fechamento, seja uma constrição, ou aperto, seja uma oclusão parcial que desvia a direção da corrente de ar, ou uma tremulação da

língua que imprime uma vibração à corrente de ar. Isso dá para as consoantes: 1) ordem de oclusivas (auditivamente plosivas); 2) constrictivas (auditivamente fricativas); 3) nasais com oclusão ou às vezes constrictão na boca, mas ressonância plena nas fossas nasais (devido ao abaixamento da úvula, no fundo do véu palatino, e estabelecimento de comunicação entre a boca e o nariz; 4) laterais, com oclusão num ponto do centro da língua e desvio lateral da corrente de ar; 5) vibrantes, com a vibração rápida ou prolongada da língua, ou da úvula, ou fricção faríngea.

Jakobson vê aí uma divisão tripartida mais simples: I) o traço do vocalismo, próprio das vogais; II) o traço do consonantismo, que caracteriza as consoantes oclusivas, constrictivas e nasais; III) o traço do vocalismo e consonantismo, simultâneos (sonantes), que abarca, como consoantes «líquidas», as laterais e as vibrantes (Jakobson 1967, 124).

O segundo critério é o comportamento do fonema na unidade superior da sílaba. As vogais e as consoantes líquidas ou nasais, mais raramente, podem figurar como centro da sílaba. As consoantes ficam em volta desse centro, como também pode suceder com as nasais e as líquidas.

Não há sílaba sem um centro ou ápice (V). Os elementos marginais (C) podem ser prevocálicos ou posvocálicos. Se há elemento posvocálico, a sílaba é travada ou fechada. Se não o há a sílaba é livre ou aberta.

Em português, o centro da sílaba é sempre uma vogal. Só algumas consoantes podem ser posvocálicas. E predominam de muito as sílabas livres sobre as travadas.

V AS VOGAIS E AS CONSOANTES PORTUGUESAS

16. Consideremos agora o problema descritivo dos fonemas portugueses nas suas duas modalidades de vogais e consoantes.

Em referência às vogais, a realidade da língua oral é muito mais complexa do que dá a entender o uso aparentemente simples e regular das cinco letras latinas vogais na escrita. O que há são 7 fonemas vocálicos multiplicados em muitos alofones. Os falantes de língua espanhola têm, em regra, dificuldade de entender o português falado, apesar da grande semelhança entre as duas línguas, por causa dessa complexidade em contraste com a relativa simplicidade e consistência do sistema vocálico espanhol (em Espanhol, não existem fonemas vocálicos abertos). Portugueses e brasileiros, ao contrário, acompanham razoavelmente bem o espanhol falado, porque se defrontam com um jogo de timbres vocálicos menor e menos variável que o seu próprio.

Na sua clássica exposição da pronúncia normal do português europeu, Gonçalves Viana procurou cingir rigorosamente a realidade fonética (Viana 1892). Mais tarde, embora já numa época em que se ia impondo a orientação fonêmica na Europa e na América do Norte, Sá Nogueira levou ainda mais longe a subdivisão dos timbres vocálicos. Gonçalves Viana tratou no mesmo plano o que hoje distinguiríamos, de um lado, como fonemas, e como variantes posicionais, de outro lado. Sá Nogueira procurou indiscriminadamente destacar e dar *status* do que ele, como já fizera Gonçalves Viana, chamou «fonemas», compreendendo em sua enumeração, num mesmo plano, variantes posicionais, variantes livres (misturando dialetos sociais e até registros diversos) de par com os verdadeiros fonemas (Nogueira 1938).

No Brasil, o enfoque da língua oral começou com Franco de Sá numa obra que ficou infelizmente fragmentária (Sá 1915). Não vai muito longe no rigor fonético, porque Franco de Sá, um antigo político retirado da vida pública, não era foneticista de formação, como foi Gonçalves Viana e mesmo Sá Nogueira, e além disso não foi um observador direto da fala em si mesma.

O seu método parte, em última análise, da língua escrita, pois o que ele pretende é examinar a maneira por que cada letra vogal é pronunciada nos vocábulos em que se escreve. A sua doutrina é que as cinco letras vogais, na pronúncia «cultura» brasileira, têm três variedades de timbre, que ele chama respectivamente «aberto», «fechado» e «surdo» (Sá 1915, 180). É o que está na base de todas as descrições posteriores, até a atual Nomenclatura Gramatical Brasileira. Apenas o termo surdo foi substituído pelo termo reduzido, que aparece esporadicamente em Gonçalves Viana. Provavelmente surdo pareceu denominação imprópria, em vista do seu sentido geral, na terminologia fonética portuguesa, de (som) emitido sem vibração das cordas vocais, em contraste com «sonoro». Neste sentido específico, as vogais são normalmente «sonoras», embora aja variantes posicionais surdas, propriamente ditas, em certos contextos e registros (Cf. Lemle 1960, 33).

Afora essa questão terminológica, a espinha dorsal do critério classificatório de Franco de Sá, que continuou até hoje, é a atribuição de um *status* próprio a certos timbres específicos do /a/, do /e/ e do /o/ em determinadas posições átonas. Focalizando-se a rigor a letra, considerou-se como *a* surdo, ou reduzido, uma articulação levemente posterior do fonema /a/ em posição átona (a bem dizer, a posição átona final torna a articulação diferente, a mais, da átona pretônica), e, como *e* surdo, ou reduzido, e o surdo, ou reduzido, o que a rigor são timbres alofônicos do /i/ e do /u/, respectivamente, em posição átona final, como por exemplo em *vide* ou *fruto*. Em relação ao *e* surdo, Franco de Sá também assim denomina o [e] neutro, que é típico da fonologia lusitana em contraste com a brasileira, e este sim, se deve considerar um alofone posicional da vogal /é/ (não se justifica a interpretação de alguns fonólogos portugueses no sentido de que se trata de um verdadeiro fonema).

Ora, numa orientação fonêmica, como foi apresentada no capítulo anterior, o que importa é que os sons vocálicos, classificados como «surdos» ou «reduzidos», são consequência da posição átona da vogal. Uma classificação em linhas fonêmicas não procura, como norma classificatória, a identidade de timbre, que aliás nunca se encontraria a rigor em termos meticulosamente fonéticos. O que interessa são as propriedades ou traços distintivos. Diferenças, até fisicamente muito grandes, podem resultar na mesma coisa, e considerá-las desse ponto de vista.

17. Para as vogais portuguesas, a presença do que se chama «acento», ou particular força expiatória (intensidade), associada

(as médias de 2º grau). Essas médias também poderiam ser ditas não-fechadas (Lüdtke 1953, 200-202)².

No português do Brasil, a posição da vogal tônica diante de consoante nasal na sílaba seguinte (ex.: *amo, lenha, sono*) elimina as vogais médias de 1º grau e torna a vogal baixa central levemente posterior, em vez de anterior, o que auditivamente lhe imprime um som abafado. Essa situação normal brasileira (que coincide no português europeu com a do Alentejo) difere da «pronúncia normal portuguesa», estabelecida por Gonçalves Viana na base do dialeto de Lisboa. Lá, a existência na sílaba imediatamente seguinte de uma consoante nasal não suprime a possibilidade de vogais médias de 1º grau (/é/, /ô/) nem a do /a/ central levemente anterior (não-escuro ou não-abafado).

Por isso, baseados nessa pronúncia normal (lisboeta), os modernos fonólogos europeus, como Helmut Lüdtke e Jorge Morais Barbosa (Barbosa 1965, 58s), estabelecem dois fonemas /a/ em português europeu (/a/ levemente anterior e claro, substituído na pronúncia normal brasileira pela variante posicional [â], levemente posterior e abafado diante de consoante nasal da sílaba seguinte) e /â/, justamente, que aí pode, ou não, aparecer, formando oposição com /a/. O exemplo clássico é a oposição, na 1ª conjugação verbal, entre *-ámos* (terminação no pretérito perfeito: «ontem cantámos») e *-amos* (terminação no presente: «cantamos agora e sempre»). Tal oposição parece muito freqüente, por causa do grande número de verbos da 1ª conjugação; mas em última análise não o é, pois só depende de duas terminações únicas.

No Brasil essa mesma oposição aparece esporadicamente. Mas não corresponde sequer a um registro formal bem determinado e firme; é inconsistente nos próprios indivíduos que uma ou outra vez timbram em fazê-la. O rendimento da oposição é tão mínimo e incoerente, que, com mais razão do que faz o lingüista sino-norte-americano Yuen-Ren-Chao para a distinção do *th* inglês entre sonoro (com vibração das cordas vocais) e surdo (sem essa vibração e de muito o mais freqüente) cabe perguntar se vale a pena levar em conta tal oposição na descrição fonêmica (Chao 1968, 40).

Desprezei-a, para o português culto formal do Brasil, desde 1948 (Camara 1953, 71), e mantenho aqui o mesmo critério de descrição fonológica.

² A terminologia de Lüdtke é defeituosa pelo emprego de média em dois sentidos: posição intermediária na atuação horizontal da língua e na sua elevação, ou atuação vertical.

Há assim 7 vogais (partindo-se da posição tônica), que se reduzem a 5 (com uma variante posicional [â]) diante de consoante nasal na sílaba seguinte³.

altas	/u/			/i/	
médias	/ô/			/ê/	(2° grau)
médias		/ò/		/è/	(1° grau)
baixa			/a/		
	/posteriores/		/central/	/anteriores/	

Diante de consoante nasal na sílaba seguinte:

altas	/u/		/i/
médias	/o/		/e/
baixa		/a/	
		[â]	

18. Há em seguida para considerar a alofonia que resulta das posições átonas. Aí é bastante diferente o vocalismo do português europeu (na base do dialeto de Lisboa) e o do português brasileiro (na base do registro formal do dialeto social culto na base da área do país cujo centro é o Rio de Janeiro).

Todos os fonemas vocálicos, em termos fonéticos, apresentam variação articulatória e auditiva, então. Mas o que essencialmente caracteriza as posições átonas é a redução do número de fonemas. Isto é, mais de uma oposição desaparece ou se suprime, ficando para cada uma um fonema em vez de dois. É o que Trubetzkoy tornou um conceito clássico em fonologia com o nome de «neutralização» (al. *Aufhebung*).

O ponto mais impressionante (= impressionante) da alofonia é o desaparecimento da vogal central baixa levemente anterior (clara ou não-escura), que passa a abafada, ou seja, levemente posterior. Quanto à neutralização ela é diversa segundo a modalidade de posição átona. Nas vogais médias antes de vogal tônica (pretônicas) desaparece a oposição entre 1° grau e 2° grau, com prejuízo daquele na área cujo centro é o Rio de Janeiro. Assim, há uma distinção, em posição tônica entre *forma* (com /ò/ tônico) e *forma* (com /ô/ tônico); mas, não obstante, o adjetivo derivado do primeiro desses substantivos (*forma* com /ò/ tônico) é *formoso* em que se tem /for/ por causa da posição átona (pretônica) da sílaba. Nas vogais médias não-finais depois de vogal tônica (a primeira pos-

³ A nasalidade, que apreciaremos daqui a pouco, dessas vogais diante de consoante nasal na sílaba seguinte é um fenômeno fonético à parte.

tônica dos proparoxítonos) há a neutralização entre /o/ e /u/, mas não entre /e/ e /i/. Aí, a grafia com *o* ou com *u* é uma mera convenção da língua escrita, pois o que se tem, na realidade, é /u/ (nos melhores poetas brasileiros *pérolas* rima com *cérula*, *estrídulo* com *ídolo* e assim por diante (Camara 1953, 135-6). Ao contrário, há distinção entre /e/ e /i/, embora seja difícil encontrar pares opositivos mínimos (mas uma pronúncia */nu'miru/, em vez de /nu'meru/, para *número*, ou */tè'pedu/, em vez de /tè'pidu/, para *tépido*, é logo rechaçada). Já para a vogal átona final, seguida ou não de /s/ no mesmo vocábulo, há a neutralização entre /o/ e /u/ e entre /e/ e /i/. Assim, Bilac rima *Argus* com *largos*, *Venus* com *serenos*, e um poeta paranaense, como Cruz e Souza, rima o lat. *clamavi* com *nave*, o it. *Bellini* com *define* (Camara 1953, 129-30)⁴. Há assim, independentemente de se tratar sempre a rigor de alofones posicionais do correspondente fonema tônico, 3 quadros de vogais átonas para o português do Brasil:

1º quadro (vogais pretônicas):

altas	/u/	/i/
médias	/o/	/e/
baixa	/a/	

2º quadro (primeiras vogais postônicas dos proparoxítonos ou vogais penúltimas átonas):

altas	/u/	/i/
média	/../	/e/
baixa	/a/	

3º quadro (vogais átonas finais, diante ou não de /s/ no mesmo vocábulo):

altas	/u/	/i/
baixa	/a/	

No registro informal do dialeto carioca, as oposições, no 2º quadro, entre /o/ e /u/, de um lado, e, de outro lado, entre /e/ e /i/ ficam prejudicadas pela tendência a harmonizar a altura da vogal pretônica com a da vogal tônica quando esta é átona. Souza da Silveira, em termos fonéticos, tratou com acuidade do fenômeno (Silveira 1939, 355), chamando-o «harmonização vocálica». A rigor, diante de /i/ ou /u/ tônicos, /e/ e /o/ só apare-

⁴ Em Portugal, a neutralização entre /e/ e /i/ dá /e/ expresso pelo alofone posicional [a] (*e* neutro). Numa ou noutra área do Sul do Brasil não há a neutralização e, por exemplo, *jure* (de *jurar*) se opõe a *júri* (tribunal popular); mas os pares opositivos são em muito pequeno número.

cem com firmeza em vocábulos inusitados na linguagem coloquial e por isso não encontradiços num registro informal, como *fremir*, e alguns outros. A distinção entre *comprido* «longo» e *cumprido* «executado» é, por exemplo, praticamente gráfica, pois a pronúncia corrente, por causa da harmonização no primeiro vocábulo, é nos dois vocábulos /kuNpri'du/.

É uma situação semelhante que se repete com /e/ e /o/ pretônicos em hiato com um /a'/ tônico, como nos infinitivos *voar*, *passoar* etc. O /i/ tende a substituir o /e/, e o /u/ o /o/, dando as pronúncias /vuar'/, /pasiar'/ etc. Em outros termos, as vogais altas debordam num e noutra caso as vogais médias correspondentes. É esse «debordamento», que Viggo Bröndal chama «cumulação», uma variação, ou melhor, flutuação dentro do sistema, que atrofia ou hipertrofia elementos dele (Bröndal 1943, 20-1).

Não há neutralização por duas circunstâncias. Em primeiro lugar, a oposição se recria para fim de clareza comunicativa, e, então, surge, por exemplo, /koNpridu/, em contraste com /kuNpridu/, o /pear'/ «embarçar», em contraste com /piar'/ «soltar pios», ou /soar'/ «fazer som», em contraste com /suar/ «verter suor», e assim por diante. Em segundo lugar, com uma interferência do plano morfológico, a vogal média pretônica mantém-se firme em vocábulos derivados, paradigmaticamente associados aos vocábulos primitivos em que ela é tônica. Há a pronúncia /sirvis'/, ao lado do mais raro /sirvis'/, para a 2ª pessoa plural do verbo *servir* (também dito /sirvir'/ mais comumente que /servir'/), mas só /servis'/, como /servil'/, para o plural, como o singular, do adjetivo derivado de *servo* /sèr'vu/. Analogamente, há /ful,i'n,a/ *folhinha*, para «calendário», mas só /fol,i'n,a/ para o diminutivo de *folha*.

19. Resta uma derradeira posição átona para as vogais: a da chamada posição assilábica, quando a vogal, em vez de ser o centro da sílaba, fica numa de duas margens, como as consoantes. O resultado é uma vogal modificada por outra na mesma sílaba e constitui-se o que se chama o ditongo.

A descrição dos ditongos portugueses é uma parte da descrição dos tipos de sílaba em português, aos quais será dedicado um capítulo próprio neste livro.

Desde já, entretanto, cabe apresentar duas questões preliminares referentes às vogais assilábicas.

A primeira é a neutralização intensa que então se verifica. Todo o sistema vocálico passa a se resumir numa única oposição entre uma vogal anterior alta /i/, como em *pai* ou *sei* e uma

vogal posterior alta como *pau* ou *seu*. Há em seguida para considerar se a vogal assilábica não é, na realidade, uma consoante em português, uma vez que funciona como tal. Dois fonólogos da língua portuguesa adotam essa solução: Morais Barbosa (Barbosa 1965, 182s) e Brian Head (Head 1964, 96), embora o último reconheça que foneticamente se trata de vogais.

Esta segunda questão parece, à primeira vista, um tanto secundária. Considerar as vogais assilábicas como fonemas consonânticos é aumentar o número das consoantes portuguesas, mas em compensação diminuir os tipos portugueses de sílaba que cabe descrever. O contrário acontece se as interpretamos como alofones posicionais vocálicos.

Há, entretanto, uma consideração que me parece preponderante em favor desta última solução. Quero referir-me à possibilidade de se encontrar um /r/ brando depois de ditongo. Com efeito, esta consoante só existe em português entre vogais. Aí cria uma oposição com /r/ forte, como já vimos nos pares *era:erra*, *caro:carro*, *foro:forro*, *coro:corro* e assim por diante. Já entre consoante evogal, como em posição inicial, só há /r/ forte (*guelra*, *Israel*, como *rato* etc.). Em face dessa propriedade fonêmica do /r/ fraco, a sua presença entre ditongo e vogal, como em *Laura*, *eira*, *européu* e assim por diante, nos força a interpretar a vogal assilábica, mesmo em termos fonêmicos, como vogal (alofone assilábico de uma vogal, e, nunca, como uma consoante).

20. Um problema análogo em português é o das chamadas «vogais nasais».

A língua portuguesa se caracteriza, entre as línguas românicas, por uma emissão nasal das vogais muitas vezes. O mesmo fato se apresenta em francês; mas em condições fonológicas um tanto diversas, como veremos mais tarde. Nas demais línguas românicas, o que a fonética apurada registra é uma leve nasalização de uma vogal em contato com uma consoante nasal da sílaba seguinte, no mesmo vocábulo.

Já vimos que nessa posição as vogais portuguesas, no Brasil, sofrem uma redução, mesmo do seu quadro tônico, com [â] abafado (levemente posterior) e a neutralização das oposições /è/: /ê/ e /ò/: /ô/ em proveito das médias de 2º grau. Vemos agora que, como nas demais línguas românicas, também podem ficar nasaladas.

Mas não há equivalência entre as duas emissões nasais. O segundo tipo de nasalidade não funciona para distinguir formas, e não é, portanto, de natureza fonológica. É no que insiste com

toda a razão o foneticista e fonólogo sueco Bertil Malmberg num seu livrinho clássico (Malmberg 1963, 37).

A ressalva tem muita importância, porque o português, ao lado da nasalidade fonológica, também pode ter essa nasalidade, ocorrente por assimilação à vogal nasal de uma sílaba seguinte. É preciso assinalar, portanto, que uma nasalidade como de *junta*, oposto a *juta*, ou de *cinto*, oposto a *cito*, ou de *lenda*, oposto a *leda*, e assim por diante, não se deve confundir com uma pronúncia levemente nasal da primeira vogal de *ano*, ou de *cimo*, ou de *uma*, ou de *tema* etc., em que o falante tende a antecipar o abaixamento do véu palatino, necessário à emissão da consoante na sílaba seguinte, e emite já nasalada a vogal precedente. Aí, não há oposição entre a vogal nasalada e a vogal, também possível, sem qualquer nasalação. Com a nasalação, ou sem ela, aparecerão sempre as mesmas formas vocabulares, *ano*, *cimo*, *uma*, *tema* etc.

A preocupação fonética naturalística, que, mesmo inconsistentemente, se manifesta hoje, cada vez mais, no nosso ensino escolar, tem levado alguns autores a uma teoria das vogais nasais que inclui os dois casos.

A perturbação daí resultante é enorme, porque o falante espontâneo «não sente» no segundo caso uma nasalidade que não é funcionalmente válida. O gramático, à maneira da criada de Ali Babá, marca com cruz vermelha todas as portas e já não assinala o valor fonêmico das vogais nasais em português.

Diante de uma possível nasalação, que é meramente mecânica e fonética (sem efeito para distinguir formas da língua) e uma nasalação que se opõe distintivamente à não-nasalação, é preciso encontrar um traço específico que caracterize as vogais que são nasais em termos fonêmicos. São elas as únicas vogais nasais portuguesas que merecem tal classificação.

O meu ponto de vista, já antigo (Camara 1953, 89s), que ainda não foi aceito pacificamente, é que se deve procurar esse traço distintivo na constituição da sílaba. Em outros termos: a vogal nasal fica entendida como um grupo de dois fonemas, que se combinam na sílaba – vogal e elemento nasal.

Dentro dessa interpretação, a vogal nasal portuguesa vai ser descrita aqui, quando chegarmos à descrição da sílaba, como se deve fazer para o ditongo, para os grupos de consoantes, para os grupos de vogal mais consoante.

Isto posto, procuremos apreciar o segundo tipo de fonemas portugueses, que já citamos: as consoantes.

21. Também aí é preciso considerar a posição mais favorável ao desdobramento de todo o elenco de consoantes.

Essa posição é a de primeira consoante antes da vogal da sílaba. Como tal, pode ser intervocálica, separando ou não-intervocálica, quer em início de vocábulo, depois de outra consoante da sílaba precedente.

As consoantes intervocálicas, em português, apresentam uma articulação um tanto enfraquecida pelo ambiente vocálico em cujo meio se acham. São por isso alofones posicionais das não-intervocálicas correspondentes, de articulação muito mais firme. Em compensação, certas consoantes faltam em posição não-intervocálica /r/ brando e /l,/ e /n,/ palatais, ou «molhados», que, em posição intervocálica, figuram, por exemplo, em *aro*, *alho*, *anho*. Podemos dizer que em posição não-intervocálica há uma neutralização das oposições entre /r/ forte e /r/ brando, entre líquida dental /l/ e líquida palatal, ou molhada⁵, /l,/ e entre nasal dental /n/ e nasal palatal, ou molhada, /n,/, em proveito do primeiro membro de cada par. Há, apenas, exemplo de um ou outro vocábulo de /l,/ e /n,/ palatais, ou molhados (de origem estrangeira), em posição inicial, como *lhama* «animal andino», oposto a *lama*, ou *nhata* oposto a *nata*. Mas não há nenhum /r/ brando inicial e nenhuma das três consoantes se apresentam como mediais não intervocálicas.

Partindo, portanto, da posição intervocálica, obtemos 19 fonemas consonânticos portugueses, assinalados por numerosas séries opositivas. Eis um exemplo para cada série:

/p/ : /b/ : *roupa:rouba*; /t/ : /d/ : *rota:roda*; /k/ : /g/ : *roca:roga*;
/f/ : /v/ : *mofo:movo*; /s/ : /z/ : *aço:azo* (ou *assa:asa*); /s'/ : /z/ : *acho:ajo* (ou *queixo:queijo*);
/m/ : /n,/ : *amo:ano:anho*;
/l/ : /l,/ : *mala:malha*;
/r/ : /r'/ : *erra:era*.

O critério para as oposições distintivas poderia ser, evidentemente, qualquer outro com qualquer outra distribuição das 19 consoantes entre si. O que aqui se escolheu, partiu da distribuição usual, já referida, em consoantes oclusivas, constrictivas, nasais, laterais e vibrantes. Nas oclusivas e constrictivas, opõe-se a consoante surda (quando não há vibração das cordas vocais) e consoante sonora (quando há essa vibração). Em seguida alinha-

⁵ Aplicação metafórica, que se iniciou em francês, pela associação entre o umedecimento e o seu efeito (amolecimento). As consoantes molhadas, também ditas “moles”, se opõem às “duras” (Grammont 1933, 79). O termo é hoje universal. O fenômeno decorre de uma iotização (intromissão de uma articulação /i/) nas consoantes duras, “obtida pela elevação da parte média do dorso da língua em direção ao palato duro” (Vachek 1960. 25).

ram-se os pares a partir dos lábios até a parte extrema do fundo da boca, onde em cada ordem há articulação em português. Isto dá, para as oclusivas, em termos articulatórios estritos, a série labial, a série dental e a série velopalatal (pois /k/ e /g/ se articulam no véu palatino diante de /a/ ou vogal posterior, mas ao contrário no extremo final do palato, duro, ou pós-palato, diante de vogal anterior). Para as constrictivas temos, analogamente, uma série labial (lábiodental, articulada com a arcada dentária superior e o lábio inferior, e não com os dois lábios, como sucede com as oclusivas), dental (a rigor, alveolar, articulada com o pré-dorso da língua e os alvéolos, em vez de com a ponta da língua e os dentes superiores), palatal (com o médio dorso da língua e o palato médio). Nas demais ordens, só constituídas de consoantes sonoras, temos a nasal labial (articulada com os dois lábios), a dental (a ponta da língua junto aos dentes superiores) e a palatal (médio-dorso da língua com palato médio), em combinação com uma ressonância nasal pelo abaixamento da úvula e conseqüente ligação entre a boca e as fossas nasais. As duas outras séries não dispõem de articulação labial (em sentido estrito – os dois lábios – ou lato –, a arcada dentária superior e o lábio inferior). São todas consoantes linguais, em que intervém a articulação da língua. A sua ponta toca os dentes superiores, ficando os seus lados caídos, ou, com o mesmo movimento dos lábios, o médio-dorso central da língua se estende no médio-palato, respectivamente, para as laterais /l/ e /l,/. Já nas vibrantes a língua vibra, quer num só golpe junto aos dentes superiores, para /r'/ brando, quer, para o /r/ forte, em golpes múltiplos junto aos dentes superiores, ou em vibrações da parte dorsal junto ao véu palatino, ou em vez da língua há a vibração da úvula, ou se dá além do fundo da boca propriamente dita uma fricção faríngea.

22. Já vimos, entretanto, que essa divisão e conseqüente classificação das consoantes, embora a usual, é por demais fonética, e, segundo a metáfora de Jakobson, traz para a fonologia a fonética «com pele e ossos, por assim dizer».

Do ponto de vista fonológico, e auditivo antes que articulatório, oclusivas e fricativas têm em comum a circunstância de serem francamente consonânticas (com um efeito auditivo de forte embaraço à corrente de ar, que nas oclusivas é o de uma plosão, e nas constrictivas o de uma fricção). Temos assim os fonemas consonânticos puros, plosivos e fricativos, respectivamente. As nasais, laterais e vibrantes se associam por uma combinação do consonântico com o vocálico (sonântico). Nas nasais há ressonân-

cia nasal; nas outras duas séries só há ressonância oral, diferindo entre si pelo ruído de oclusão parcial (/l/ e /l,/ e pelo de vibração (/r/ e /r'/).

Além disso, como já vimos, há a câmara oral de ressonância indivisa, voltada para fora nas labiais, e voltada para dentro, nas póstero-linguais, ou posteriores abreviadamente. E há a câmara de ressonância oral dividida em duas partes, com uma oclusão ou uma constrição na parte anterior da boca. Isto nos dá as consoantes não linguais, que só se encontram entre as oclusivas, ou melhor, plosivas, e entre as constrictivas, ou melhor, fricativas, e nas nasais (/m/). Dá-nos ainda as consoantes anteriores (câmara de ressonância dividida em duas partes) e as posteriores (câmara de ressonância una, voltada para dentro). As consoantes anteriores são claras, como vimos com Helmut Lüdtke suceder com as vogais anteriores. As consoantes labiais (câmara de ressonância una, voltada para fora) e as posteriores (câmara de ressonância una, voltada para dentro) são escuras ou abafadas.

Se admitirmos como normal no português hodierno o /r/ forte não dental múltiplo, ele é uma consoante posterior, oposta ao /r'/ brando. Por outro lado, considerando o ponto extremo da câmara de ressonância como indo desde o palato médio até a parte mais funda da boca, classificaremos como posteriores a nasal e a lateral palatal (/n,/ e /l,/), respectivamente.

Tudo isso nos dá um quadro das 19 consoantes portuguesas em grupos triangulares como propus, sem tão longas 'considerações, desde 1948 (Camara 1953, 104); separando, nas plosivas e fricativas, as surdas das sonoras:

/p/	/b/	/f/	/v/	/m/
/t/	/d/	/s/	/z/	/n/
/k/	/g/	/s'/	/z'/	/n,/ /l,/ /r'/

23. Este quadro se simplifica drasticamente, quando a consoante é o segundo elemento de um grupo consonântico prevocálico.

Aí só figuram as laterais e vibrantes anteriores. Criam-se então contrastes, como entre – *bloco:broco* (1ª pes. ind. pres. do verbo *brocar*), *atlas:atras* (fem. pl. de *atro*), *clave:crave* (subj. de *cravar*), *fluir*, («correr»): *fruir* («gozar»). Os demais grupos, que entram em vocábulos estrangeiros no português do Brasil, logo se desfazem, com a intercalação de uma vogal, como *sinuca* (do ing. *snooker* «um tipo de jogo de bilhar»), *sulipa* (ing. *sleeper* «dormente de estrada de ferro»). Há, apenas, mesmo no registro

formal a possibilidade de um grupo inicial /st/ (como no verso de Castro Alves «Stamos em pleno mar», em que o verbo inicial é um dissílabo) e na oposição (não um par distintivo mínimo) entre o nome próprio feminino *Stela* e o substantivo *estrela*.

Um e outro contraste são muito precários nos dialetos sociais inferiores e mesmo num registro muito familiar. Então, no grupo /st/ suprime-se o /s/ inicial (tornando-se homônimos, por exemplo, a forma verbal *teve* do verbo *ter* e *esteve* do verbo *estar*, naqueles, e, neste, reduzindo-se a *tá*, como equivalente de *sim* a forma verbal *está*, ou seja, *está combinado*). Nos grupos de líquida como segundo elemento consonântico, há nos dialetos sociais populares o rotacismo do /l/, que o muda em /r'/.

Em posição posvocálica, pode parecer, por insinuação do uso da língua escrita, que há possibilidade de muitas consoantes, como sugerem as grafias *ritmo*, *apto*, e assim por diante. Mas é uma ilusão, como veremos ao apreciar a estrutura da sílaba, em particular no português do Brasil.

Na realidade, as únicas consoantes posvocálicas possíveis são as líquidas (*mar*, *mal*) e as fricativas não labiais (*pasta*, *rasgo*, *folhas* etc.).

Ainda assim, há duas circunstâncias que limitam a dupla possibilidade. Em primeiro lugar, /l/ posvocálico é posterior por alofonia posicional. Isto quer dizer que, além do movimento da ponta da língua junto aos dentes, há um levantamento do dorso posterior da língua para junto do véu palatino, dando o que provavelmente os gramáticos latinos chamavam o *l pinguis* ou «gordo». Daí decorre uma mutação, que em lingüística diacrônica se chama a «vocalização» da consoante: cessa a elevação da ponta da língua junto aos dentes, a elevação posterior do dorso da língua não chega a interromper a corrente de ar, e há um concomitante leve arredondamento dos lábios. O resultado é um /u/ assilábico, e *mal* torna-se homônimo de *mau*, *vil* de *viu* e assim por diante. Em outros termos, desaparece da língua o /l/ posvocálico, ficando como tal, apenas, entre as líquidas e /r/ (que no português do Brasil é então do tipo «forte» – velar, uvular ou faríngeo).

Em segundo lugar, as 4 sibilantes portuguesas se reduzem a uma única, ou antes a duas, mas a neutralização da oposição entre elas fica surda diante de pausa ou de consoante surda (ex.: *apanhe as folhas* /apa'n,iasfô'l,as/) e sonora diante de consoante sonora (ex.: *que rasgão!* /kirazgauN/). Quanto à oposição entre consoante anterior (ou seja, sibilante) e posterior (ou seja, chiente) ela cessa em proveito de uma das modalidades, conforme

o dialeto regional. É um «shibboleth»⁶ entre o português do Rio de Janeiro e quase todo o resto do Brasil, bem como Portugal, e o português de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul: ali se tem a chiante (surda ou sonora segundo a posição acima comentada); aqui se tem a sibilante (também surda ou sonora nas mesmas condições). Podemos então falar numa neutralização entre as 4 consoantes em proveito de um único traço distintivo permanente: a fricção produzida pela língua. O resultado de uma neutralização é o que Trubetzkoy e seus companheiros do Círculo Lingüístico de Praga popularizaram com o nome de «arquifonema» («simbolizado pelo fonema não-marcado» de uma oposição) (Vachek 1960, 18). A sua representação convencional em transcrição fonêmica é pela letra do fonema não-marcado em maiúscula; no nosso caso /S/.

É também como arquifonema nasal (só marcado pela ressonância nasal e não pelas modalidades do embaraço na boca) o elemento consonântico nasal posvocálico, que, como já aludimos, convém postular fonemicamente nas chamadas vogais nasais portuguesas, cuja transcrição fonêmica fica, pois /aN/, /eN/, /iN/, /oN/, /uN/.

Nessas condições, podemos agora levantar o quadro das consoantes portuguesas em posição posvocálica:

/S/ /N/ /l/ /r/

No capítulo seguinte, sobre as estruturas da sílaba portuguesa, apreciaremos de espaço a distribuição dos fonemas assilábicos, marginais da sílaba (vogais assilábicas e consoantes) em volta do centro da sílaba ou vogal silábica.

⁶ “Palavra que serviu como teste para distinguir os Efraimitas dos Gibeonitas” (na Judéia antiga). “Os homens de Jeftá ocupavam o passo do Jordão, com ordens de não deixar nenhum Efraimita cruzá-lo. O Efraimita, que tentasse cruzá-lo, era intimado a dizer Shibboleth” (sh = /s’/) “que pronunciava Sibboletk” (The Modern Encyclopedia. Edited by A. H. McDannald 1934, 1082).

VI AS ESTRUTURAS DA SÍLABA EM PORTUGUÊS

24. Como já observei alhures, a sílaba é uma divisão espontânea e profundamente sentida, na segunda articulação. Os seus tipos de estrutura marcam caracteristicamente as línguas. Não é, a bem dizer, o fonema, mas a sílaba que é «a estrutura fonêmica elementar» (Jakobson 1967, 133).

Do ponto de vista fonético, entretanto, tem sido um árduo problema definir a sílaba. Tem-se partido do efeito auditivo (sílaba sonora), da força expiratória (sílaba dinâmica), do encadeamento articulatorio na produção contínua dos sons vocais (sílaba articulatória, descrita por Saussure numa parte importante do seu Curso) (Saussure 1922, 77s), da tensão muscular durante essa série de articulações (sílaba intensiva, desenvolvida por Grammont, na base implícita das sugestões de Paul Passy, para complementar a teoria articulatória de Saussure) (Grammont 1933, 97s) ou do jogo da musculatura peitoral, como estabeleceu Stetson numa elaboração mais rigorosa do conceito de sílaba dinâmica (Stetson 1951).

De todos esses pontos de vista, resulta como denominador comum um movimento de ascensão, ou crescente, culminando num ápice (o centro silábico) e seguido de um movimento de decrescente, quer se trate do efeito auditivo, da força expiratória ou da tensão muscular, focalizados nessas diversas teorias. Por isso é normalmente a vogal, como o som vocal mais sonoro, de maior força expiratória, de articulação mais aberta e de mais firme tensão muscular, que funciona em todas as línguas como centro de sílaba, embora algumas consoantes, particularmente as que chamamos «sonantes», não estejam necessariamente excluídas dessa posição.

A estrutura da sílaba depende desse centro, ou ápice, e do possível aparecimento da fase crescente, ou da fase decrescente, ou de uma e outra em volta dele, ou seja, nas suas margens ou encostas.

Se chamarmos simbolicamente V o centro da sílaba e C um elemento marginal, teremos os tipos silábicos: V (sílaba simples), CV (sílaba complexa crescente), CVC (sílaba complexa crescente-decrescente). Conforme a ausência ou a presença (isto é, V e CV, de um lado, e, de outro lado, VC e CVC), temos a sílaba aberta, ou melhor, livre, e a sílaba fechada, ou melhor, travada.

Em português, a vibrante /r/ a lateral /l/ (em regra um alofone posicional posterior), o arquifonema fricativo labial /S/ e o arquifonema nasal N (nas chamadas vogais nasais) é que funcionam na parte decrescente da sílaba. Um desses elementos seguido de outra consoante que não seja a constrictiva dental /S/, marca o término de uma sílaba decrescente; ex.: *parte, pers-pec-ti-va, sol-to, sols-tí-ci-o, pas-ta, can-to*. Já sabemos, por outro lado, que há em português, como alofones assilábicos, as vogais altas /i/ e /u/ (*pei-to, pau-ta*). Se eles funcionam como C, são não obstante de natureza V e surge o problema de representar tais sílabas como CVC ou CVV. É muito mais do que uma mera questão de alternativa de representação. Em (C)VC pressupõe-se uma sílaba travada, enquanto que em (C)VV está contido o conceito de sílaba livre (donde a possibilidade, como já vimos, de um /r'/ brando entre ela e outra vogal, como em *aurora, europeu*).

Em outros termos, a vogal assilábica se interpreta no primeiro caso como fase decrescente de sílaba, mas no primeiro caso como modificação final do seu centro. A facilidade com que se passa em português de um ditongo a um monotongo (/ou/ pronunciado /ô/, por exemplo, fora do registro formal mesmo dentro do dialeto social dito «culto») e a variação livre da divisão silábica na seqüência átona de qualquer vogal e vogal alta (*vai-da-de* ou *va-i-i-da-de*), ou mesmo a fácil passagem de /i/ assilábico e /ê/ e /u/ assilábico a /ô/ (como no vocativo infantil *papaê!*) justificam a segunda solução. Só se pode alegar em favor da primeira solução a relutância (entretanto não absoluta) à «sinérese», isto é, à contagem como uma só sílaba métrica de um ditongo seguido de outra vogal (ex.: *cai-a-do*, de preferência a *caia-do*). Isto quanto ao ditongo chamado «decrescente», em que a vogal assilábica vem depois da vogal silábica. Para o ditongo crescente, de disposição inversa, a situação é muito mais clara. Aí, a variação livre entre ditongo e duas sílabas de vogais contíguas (*su-ar* ou *suar, sua-a-dor* ou *sua-dor*, por exemplo) é a situação geral.

A interpretação da vogal assilábica como V, na parte terminal do centro silábico, apenas determina um pequeno problema de transcrição fonêmica. Como distinguir em *peito* ou *pauta*, por exemplo, um dissílabo, e não um trissílabo, na transcrição /peitu/, /pauta/, correspondente a CVVCV, sempre? A solução me parece

estar no caráter de emissão reduzida, que é um traço acompanhante da vogal assilábica. Por isso, a vogal assilábica também é chamada com razão semivogal, ou seja, uma vogal pela metade. Partindo-se dessa consideração, é bastante indicar a vogal assilábica por uma letra exponencial, isto é, em nível superior ao da vogal silábica (ex.: /peⁱtu/, /pa^uta/).

25. Outro problema, singularmente sério para a descrição da estrutura silábica em português, é decidir se realmente temos ditongos em nossa língua. Em outros termos, se fonemicamente a seqüência, considerada em regra ditongo, não pode ser interpretada sempre como «hiato», ou seja, duas vogais silábicas contíguas.

A solução só pode estar na existência, ou não, de pares opositivos nesse sentido em português.

As nossas gramáticas costumam opor para isso pares como *sai* (3ª pessoa singular do indicativo presente de *sair*) e *saí* (3ª pessoa singular do pretérito perfeito), e assim por diante. Mas é claro que não se trata em tais casos de pares opositivos mínimos. A diferença está em vogal tônica seguida de vogal átona (*sai*, *pais*, pl. de *pai*) e vogal átona seguida de vogal tônica (*saí*, pret., *país* «região»). A seqüência acentual tem de ser a mesma para os dois membros do par.

Foi o que sentiu Gonçalves Viana, quando, numa implícita antecipação fonêmica, opôs *Deus* /dê^us/ a *dê-os* /dê^us/ (Viana 1904, 131). No dialeto da área do Rio de Janeiro, que é a base da nossa descrição, há também casos como *rio* /riu/ (substantivo ou 3ª pessoa singular do indicativo presente de *rir*) e *riu* /ri^u/ (3ª pessoa singular do pretérito perfeito). Pode-se ainda alegar uma distinção, a meu ver posta em dúvida sem razão pelo professor Francis Rogers (Rogers 1954, 505)¹, entre o subjuntivo presente da 1ª conjugação (ex.: *arrue* /arrui/, de *arruar*) e o indicativo presente dos verbos da 3ª conjugação em *-uir* (cf. a oposição parcial *atue*: *constitui*) e um nome próprio como *Rui* (cf.: *arrue* /arui/ *versus* ... a *Rui* /aruⁱ/).

A essa luz, podemos afirmar que o ditongo, inegável em certas áreas como o Rio de Janeiro, não é um traço fonêmico geral do português e falta em outras áreas, como Lisboa, em Portugal, e o Rio Grande do Sul, no Brasil. É um aspecto precário.

¹ Na realidade, Rogers parece negar em principio a existência fonêmica ao ditongo em português.

da língua portuguesa, como me disse em conversa a lingüista norte-americana Sarah Gudschinsky.

Aceitando-o em português, mas só quando um dos elementos vocálicos é tônico (dois elementos vocálicos átonos criam variação livre), podemos enumerar 11 ditongos decrescentes e um, muito restrito, crescente.

Ditongos decrescentes:

/aⁱ/: pai;

/a^u/: pau;

/êⁱ/: papéis (só diante de /S/);

/êⁱ/: lei;

/i^u/: riu;

/òⁱ/: mói;

/òⁱ/: boi (cf. o par opositivo boi «o quadrúpede ruminante» : bói «moço de recados» por empréstimo ao inglês) ;

/ô^u/, monotongado no registro informal em /ô/: vou²;

/uⁱ/: fui.

Com a vocalização do /l/ posvocálico ([l₁]), temos um duodécimo ditongo

/òu/: sol, pronunciado /sò^u/.

Ditongo crescente:

A vogal assilábica /u/ depois de plosiva labial diante de vogal silábica:

/k,g^u(a,ê,ê,i,ò,ô)/, como em qual (cf. o par opositivo *quais* /k^uaⁱs/: *coais*, do verbo *coar* /kuaⁱs/, onde um ditongo crescente e um decrescente com uma única vogal silábica produz o que se chama um «tritongo», tradicionalmente em português).

26. Restam dois problemas muito importantes para a fixação das estruturas silábicas portuguesas.

O primeiro se refere aos vocábulos, diacronicamente de origem «erudita» (isto é, introduzidos através da língua escrita, a partir do séc. XV, como empréstimos ao latim clássico). São os de tipo – *compacto*, *apto*, *ritmo*, *afta*, e assim por diante. Aí aparece na grafia uma plosiva ou uma fricativa labial imediatamente seguida de uma plosiva ou uma fricativa labial ou uma nasal, sendo ambas as consoantes pronunciadas, às vezes até em pares distintivos como em *pacto* «acordo» : *pato* «ave».

² Ou mesmo no registro formal, como nas rimas *vou* e *avô*, de Manuel Bandeira, ou *Mirabeau* e *tocou* em Castro Alves (Camara 1953, 138).

A gramática tradicional e mesmo a fonética rigorosa de Gonçalves Viana vêem na primeira consoante uma consoante decrescente e a fronteira silábica entre elas. Em outros termos, consideram aí mais um caso de sílaba travada em português. Em 1948, ao contrário (Camara 1953, 111), alvitrei (= *propor*) que se tratava de um grupo consonântico crescente, sendo a vogal a eles precedente o centro de uma sílaba livre (isto é: *com-pa-cto*, *a-pto*, *ri-tmo*, *a-fta*, ou *pa-cto* oposto a *pato*). Bem mais tarde, Morais Barbosa adotou a mesma interpretação para o português europeu (Barbosa 1965, 211). Os adeptos da primeira teoria, em verdade, esquecem que existem grupos desses iniciais de vocábulos, como em *ptose*, *pneumático*, *psicologia*, *tmese* etc., como aleguei em 1948. Nenhuma diferença articulatória ou auditiva há nesses grupos numa e noutra posição.

Hoje, entretanto, parece-me a correta outra solução, desenvolvida num artigo ainda inédito³. Na realidade há entre uma e outra consoante a intercalação de uma vogal, que não parece poder ser fonemicamente desprezada, apesar da tendência a reduzir a sua emissão no registro formal da língua culta. Ela é /i/ na área do Rio de Janeiro e /e/ ([a] neutro em Portugal). E não pode ser desprezada por dois motivos.

Em primeiro lugar, quando a primeira consoante vem depois de sílaba tônica, a sua redução não é menor do que a que sofre a vogal postônica /i/, não-final, dos proparoxítonos. Um vocábulo como *rpto* só se distingue de *rápido* pelo caráter surdo e sonoro, respectivamente, da última consoante, e, não, pela redução da prolação menos ou mais reduzida do /i/ penúltimo átono. Em segundo lugar, mesmo quando pretônico, a redução do /i/ é precária e incoerente. Um nome próprio como *Djalma*, bastante generalizado entre nós, é conscientemente pronunciado /diz' alma/, e na própria métrica, onde a convenção é não contar aí uma sílaba separada, entre os nossos melhores poetas essa contagem freqüentemente se faz, como já observou Sousa da Silveira (Silveira 1937, 352). Na verdade, a redução do /i/ pretônico neste caso é muito lábil, mesmo no registro mais formalizado. Mesmo aí, uma conjugação *ritmo*, *ritmas*, *ritma*, para o verbo *ritmar*, logo se afigura artificial e pedante. Aceita-se sem maior estranheza *ritimo*, *ritimas*, *ritima*, de acordo com a regra geral morfológica que opõe a forma verbal proparoxítono ao nome de verbal proparoxítono (no exemplo específico *ritmo*)⁴.

O argumento de Robert Hall, que me impressionou em 1948 (Camara 1953, 112), no sentido de que com essa interpretação ficariam acentuados na quarta última vocábulos como *técnica* e

³ “Muta cum muta in Portuguese?”, numa Miscelânea em homenagem a André Martinet, organizada nos Estados Unidos da América por Alphons e Juilland.

⁴ Entretanto, o normal é *rpto*, *rptas*, etc., /ra'pito/, /ra'pitas/ etc., para *rptar*, porque a vogal da raiz é muito diferente do /i/ intercalado para perder o seu *status*.

áptero hoje não me parece nada convincente. Há vocábulos em português acentuados na quarta última (verbos proparoxítonos com pronome enclítico, como *falávamos-te*) e, de qualquer maneira, só cabe admitir que com esses vocábulos de origem diacrônica erudita ficou alterada a pauta acentual tradicional da língua portuguesa (oxítonos, paroxítonos e proparoxítonos, apenas).⁵

Quando a consoante aparentemente posvocálica está em posição final de vocábulo, é pacífica a admissão de uma vogal formando nova sílaba (/i/ na área do Rio de Janeiro, /e/ numa ou noutra área brasileira e [o] neutro em Portugal). Por isso, o poeta carioca Raul de Leoni, parnasiano, rima *Liliput* com *lute* (Camara 1953, 149), e o poeta português Guerra Junqueiro conta a onomatopéia *toc-toc-toc* como sílabas para fazer um verso de 11 sílabas métricas: «*Toc-toc-toc, como se espaneja / Lindo o jumentinho pela estrada chá!*» (*Os Simples*, parceria Antônio Maria Pereira, Lisboa 1924, 25). Até a ortografia oficial «a portuguesa *club* para *clube*, *snob* para *esnobe* etc. Há apenas, depois de con-soante surda, a possibilidade de uma vogal alofônica surda (isto é, sem vibração das cordas vocais), o que a torna quase inaudível.

27. Já vimos que, além da sílaba travada por /l/, /r/ e /S/, há em português um quarto tipo de vogal travada, em virtude da interpretação que aqui se propôs para a chamada «vogal nasal». Segundo essa interpretação, é uma vogal travada por um elemento nasal. Trata-se, como para /S/, de um arquifonema /N/, que se realiza como /m/ diante de consoante labial na sílaba seguinte, como /n/ diante de consoante anterior nas mesmas condições e como um alofone [ɲ] posterior diante de vogal posterior: *campo*, *lenda*, *sangue*. Isto, ou seja, a existência fonética de um elemento consonântico nasal nessas condições foi observado desde Gonçalves Viana para «a pronúncia normal portuguesa» e é extensiva, sem a menor dúvida, ao Brasil (Camara 1953, 90). Morais Barbosa repete recentemente a observação de Gonçalves Viana, estendendo-a ao caso de vogal nasal seguida de sibilante e comprovando-a com a fonética experimental (Barbosa 1965, 86). Diante de pausa pode-se dizer que o elemento consonântico nasal se esvai, ou, em termos fonológicos, se reduz a zero, tornando-se então distintiva a nasalidade que, em consequência dele, envolve a vogal. Mas, no português do Brasil, pelo menos, sabemos, desde um artigo pioneiro de Oskar Nobiling, baseado na pronúncia de São

⁵ Hall deve ter sido influenciado em suas conclusões pela sua informante, uma professora espírito-santense, que parece ter adotado nas sessões de registro uma pronúncia altamente artificial, elidindo anormalmente o mais possível a vogal intercalada.

Paulo, que subsiste o elemento nasal consonântico posvocálico diante de pausa (Nobiling 1904). Esse elemento costuma ser interpretado como o de uma ditongação, que tem sido especialmente posta em relevo para /eN/ final, entendido como um ditongo nasal ([bẽĩ]). Ora, a semivogal é para Nobiling a consoante /n,./.

O único argumento contra a existência fonética da consoante nasal e a consequência da presença fonológica de um arquifonema nasal /N/, a rigor, é que na vogal nasal portuguesa nós «sentimos» a nasalidade que envolve a vogal e «não sentimos» o elemento consonântico posvocálico imediatamente seguinte. É um argumento de ordem psicológica e não de ordem estrutural. Ora, a lingüística moderna, e dentro dela a fonêmica ou fonologia, põe de lado essa espécie de fundamentação, que faz apelo ao «sentimento» do falante. Cabe aqui a advertência de Hjelmslev no sentido de que a língua é uma estrutura, de que falantes podem ter uma compreensão inexata ou deficiente (Hjelmslev 1935, 88).

A nasalidade pura da vogal não existe, aliás, fonologicamente, porque por meio dela não se cria oposição em português entre vogal pura envolvida de nasalidade e vogal seguida de consoante nasal posvocálica. A nossa situação, neste particular, é diversa do francês, onde uma vogal puramente nasal como em /bõ/, escrito *bon*, se supõe ao feminino /bon/, escrito *bonne*.

Em face de tudo isso, é preferível partir do arquifonema nasal /N/ como o fato estrutural básico, que acarreta, como traço acompanhante, a ressonância nasal da vogal.

É, com efeito, a melhor doutrina gramatical no assunto. Oferece melhor adequação com outros fatos a ele referentes.

Em primeiro lugar, a sílaba com a vogal dita «nasal» se comporta como sílaba travada por consoante. Prova-o a repugnância à crase. Em Portugal, onde é a regra a elisão da vogal final diante de outra vogal no vocábulo seguinte (*grand'amor* etc.) são fenômenos que «em regra não são atestados entre duas vogais, cuja primeira é nasal, em *lã azul* por exemplo» (Barbosa 1965, 93), ou em *jovem amigo, bom homem* e assim por diante. Em segundo lugar, depois de vogal nasal só se realiza um /r/ forte e nunca o /r'/ brando próprio exclusivamente da posição intervocálica. Isto, que eu disse desde 1948, é repetido com outras palavras por Morais Barbosa, comentando a pronúncia obrigatória de *genro, honra* etc. (Barbosa 1965, 92). Finalmente, no interior de vocábulo, não há em português vogal nasal em hiato. Ou a nasalidade que envolve a vogal desaparece, como em *boa*, em face de *bom*, ou o elemento consonântico nasal se desloca para a sílaba seguinte, como em *valentona*, em face de *valentão* (teoricamente */valeNtoN/) ou no pronome *nenhum*, em face da locução *nem*

um. Assim, não haver vogal «nasal» em hiato, dentro de um vocábulo, equivale a dizer que o arquifonema nasal, se subsiste, se comporta como qualquer consoante nasal intervocálica: pertence à sílaba seguinte (*uma*, e não *um-a*, como *a-sa*, *a-ço*, *a-la*, *a-ra* etc.).

Finalmente, é importante repetir aqui que há outro tipo de vogal nasal determinado pela assimilação à consoante nasal da sílaba seguinte. Aí, como já ressaltamos, não há oposição distintiva, para *cama*, por exemplo, nas duas pronúncias possíveis [kama] e [kãma]. Tanto vale dizer que a nasalação vocálica, ou ressonância nasal na emissão da vogal, não é em português um fato fonológico ou fonêmico. O que dá *status* fonológico às oposições *mino:mito*, *junta:juta*, etc., deve ser, portanto, outro traço que não a mera ressonância nasal da vogal. É justamente o travamento por um elemento consonântico nasal, como há vogais travadas por /S/, /l/ e /r/. Há até oposição entre vogal nasal, porque fechada por consoante nasal, e vogal com emissão nasal, simplesmente, como acontece com *sem mana* e *semana* (quando emitido [semana]). Uma consequência muito importante é que o ditongo «nasal» também se passa a analisar como ditongo mais arquifonema nasal. Isto é: -ãe, -ão, -õe e -ui /uiN/ (como em *muito* ou em *ruim*, com /i/ assilábico, em contraste com *rum*) decorre respectivamente de -ai, -au, -ôi, -ui seguidos de travamento nasal. Não se confundem fonologicamente, portanto, com a realização da vogal nasal ditongada diante de pausa, a que foi feita há pouco referência. Fonemicamente, não existe um ditongo nasal [ẽĩ], citado freqüentem ente nas nossas gramáticas modernas, que querem exhibira puro fonético fora de propósito, diante de vocábulos como *bem*. É que neste caso não há oposição distintiva com a ausência do /i/ assilábico como em *mãe* e (*ir*)*mã*, da mesma sorte que existem -ã sem /u/ assilábico (*mãe:mão*: (*ir*)*mã*) ou -õ e -ũ sem /i/ assilábico (*pom-*)*pom:põe*, *rum:ruim*).

28. Ainda uma consideração final sobre a estrutura da sílaba em português.

Há em nossa língua o fenômeno da «ligação» (fr. *liaison*)⁶ entre a sílaba final travada de um vocábulo e a vogal inicial de um vocábulo, que a ele se segue sem pausa (substantivo com seu adjetivo, verbo com um seu complemento etc.).

Ora, neste caso a consoante posvocálica se liga à vogal imediatamente seguinte e a sílaba final, que era travada, fica uma

⁶ Em francês, o fenômeno é um tanto diferente. porque a consoante posvocálica não existe na língua oral, ou, em outros termos, só existe na forma teórica: *mauvais* /movè') (teoricamente */movèz'/). Dando *mauvais poète* /movè'poè't/, mas /movèzotor/ *mauvais auteur*.

sílaba livre, ao mesmo tempo que a sílaba seguinte ganha uma consoante prevocálica ou crescente (*mar alto* fica /ma-ral-to/, *falas hoje* fica /fa-la-zo-z'i/)⁷. Por isso, vimos que *nem um* fica /ne-n'uN/, como *vim aqui* fica /vi-n,a-ki/. Ou, em outros termos, não há o que os descritivistas norte-americanos, discípulos de Bloomfield, chamaram a «juntura» (ou delimitação) entre um vocábulo e outro.

⁷ Note-se que o arquifonema /S/ se realiza então como /z/, quando em princípio em posição prevocálica podia se ter /s/, /s'/ ou /z'/. Por isso, propus recentemente que se interpretasse o arquifonema não como /S/, mas como /z/ com os traços sibilante e sonoro, anulados em posição posvocálica (Camara 1969).

VII A ACENTUAÇÃO E O VOCÁBULO FONOLÓGICO

29. Acabamos de ver, no capítulo precedente, o fenômeno da «ligação» entre vocábulos, sem pausa entre si, em português. Assim, como também vimos, falta o fenômeno da «juntura», ou seja, uma marca fonológica que indique, independentemente de qualquer pausa, uma delimitação entre vocábulos na corrente da fala.

Essa ausência de juntura, inevitável pelo fato da ligação, entre um vocábulo que termina por consoante e o seguinte que começa por vogal, não é, entretanto, absoluta em outras ocorrências. No português europeu (é certo) há a mais o fenômeno da elisão e da crase que também anulam a separação entre uma vogal final e a inicial do vocábulo seguinte, quando átonas ambas ou pelo menos átona a primeira. No português do Brasil, porém, as ocorrências são mais matizadas. Entre duas vogais átonas, uma final e a outra inicial, há para distinguir se são iguais ou diferentes, isto é, no primeiro caso, /i/ + /i/, /u/ + /u/, /a/ + /a/, e, no segundo caso /i/ + /e,o,a/, /u/ + /e,o,a/, /a/ + /i,e,o,u/. Se iguais, cria-se uma vogal uma prolongada, que assinala uma delimitação. Se diferentes, dá-se uma ditongação crescente (com a passagem a assilábica do /i/ ou do /u/), ou decrescente com um /a/ silábico. Entre duas consoantes iguais (vibrante, sibilante ou nasal), produz-se uma geminação consonântica, que logo indica delimitação vocabular, pois em princípio não há consoante geminada em português. Assim, temos /arrô'xu/ *ar roxo*, oposto a /arô'xu/ *arrocho*, /passò'lida/ *paz sólida*, oposto a /pasò'lida/ *pá sólida*, /seNm'na/ *sem mana*, oposto a /sema'na/ *semana*. Há, portanto, uma juntura segmental, isto é, entre fonemas, no plano dos segmentos fônicos, embora lábil de acordo com o registro.

Quando se têm, porém, C+V ou C+C (diferentes), desaparece qualquer juntura segmental. Não se pode dizer que desapa-

reça propriamente a delimitação vocábular, porque surge uma juntura «supra-segmental», decorrente das pautas acentuais.

Podemos dizer, assim, que o acento em português tem tanto a função distintiva quanto a delimitativa, na terminologia de Trubetzkoy.

30. Já sabemos o que vem a ser o acento. É uma maior força expiratória, ou intensidade de emissão, da vogal de uma sílaba em contraste com as demais vogais sílabicas. Ele pode incidir na última, penúltima, antepenúltima ou mais raramente, quarta última de um vocábulo fonológico. A sua presença assinala a existência de um vocábulo. No registro formal da pronúncia padrão do português do Brasil há a rigor uma pauta acentual para cada vocábulo. As sílabas pretônicas, antes do acento, são menos débeis do que as postônicas, depois do acento. Se designarmos o acento, ou tonicidade, por 3, em cada vocábulo, temos o seguinte esquema:

... (1) + 3 + (0) + (0) + (0),

indicando os parênteses a possibilidade de ausência de sílaba átona (nos monossílabos tônicos) e as reticências um número indefinido de sílabas pretônicas.

Numa seqüência de vocábulos sem pausa (o que de acordo com Paul Passy se pode chamar um grupo de força) as sílabas tônicas que precedem o último vocábulo baixam a uma intensidade 2, como em...

/graNd'amor/ *grande amor*
2 0-1 3

Por essa distribuição acentual, opõe-se a juntura à falta de juntura, por exemplo, entre - /abilidadi/ hábil idade e

2 0 1 3 0
/abilidadi/
1 1 1 3 0

Desta sorte, o vocábulo fonológico fica bem delimitado no português normal do Brasil.

É claro que, por esse critério, de depreender um vocábulo fonológico pela presença de uma tonicidade 2 ou 3 e delimitá-lo dentro de um grupo de força pelos contrastes com 0 e 1, as chamadas partículas átonas não têm *status* de vocábulo fonológico. Se proclíticas, isto é, associadas a um vocábulo seguinte, elas valem como sílabas pretônicas (= antes da tônica) desse vocábulo, com marca acen-

tual 1; e, se enclíticas, isto é, associadas a um vocábulo precedente, nada mais são que a sílaba postônica última desse vocábulo com uma falta de intensidade 0.

Cabe apenas uma ressalva importante em referência ao vocalismo átono dessas partículas. Se postônicas, elas só podem ter evidentemente o quadro vocálico átono final /fa'lasi/ *fala-se* etc.). Se pretônicas, porém, nelas não aparecem as vogais médias, que seriam de esperar dessa posição. Elas baixam, ao contrário, ao quadro das vogais átonas finais e há a neutralização entre as vogais médias e as altas correspondentes, em proveito destas últimas. Assim, se opõem – /portè'la/ *portela*, substantivo feminino, e /purtè'la/ *por tela* (em – *tanto por tela*, por exemplo), ou entre /siseN'ta/ *se senta* e /sesenN'ta/ *sessenta*.

Outra particularidade das partículas átonas, quando pretônicas, é a possibilidade de adquirirem uma intensidade 2. Isto ocorre em duas circunstâncias. Em primeiro lugar, por motivo de uma pausa inesperada no teor da fala, principalmente quando o falante pára subitamente para pensar um pouco no que vai dizer. Em segundo lugar, por motivação expressiva (ou digamos, estilística) no intento de dar especial relevo à partícula. Num e noutro caso, ela fica naturalmente tônica e passa a ter uma intensidade 2.

Nessas ocorrências, não há uma norma firme de comportamento entre os falantes. A tendência mais geral talvez seja manter o vocalismo da partícula, enunciando um /u/ ou um /i/¹ de tonicidade 2: /purtê'la/ *por*

2 3 0

tela (com ênfase na preposição) ou *por... tela* (com hesitação depois de enunciada a preposição a respeito do substantivo que melhor convém). Mas há também a alternativa de se passar para a vogal média correspondente: /portê'la/. Onde a variação é mais freqüente, é com o

2 3 0

conectivo subordinativo *que* /ki/ ou /kê/ e a coordenação *e* /i/ ou /ê/.

31. De qualquer maneira, o acento (de grau 2 ou 3 conforme a posição no grupo de força) é a marca nítida do vocábulo fonológico.

Além desse valor demarcativo, que cria uma juntura supra-segmental, o acento em português é também distintivo, pois serve pela sua posição a distinguir palavras, como em *jaca* «uma fruta brasileira» e *jacá* «uma espécie de cesto», *caqui* «a fruta de origem japonesa» e *cáqui* «cor de poeira», e assim por diante. É até um

¹ Nestas condições, em Portugal o [a] neutro fica tônico. É o único argumento que se pode alegar para lhe dar *status* de fonema.

processo gramatical de distinguir padrões morfológicos, entre o substantivo, proparoxítono, e a forma verbal, paroxítona, com os mesmos fonemas, do verbo correspondente: *rótulo*: *rotulo* (verbo *rotular*), *fábrica*: *fabrica* (verbo *fabricar*), *intérprete*: *interprete* (verbo *interpretar*).

A pausa só auxilia a delimitação do vocábulo na circunstância muito relativa de que, de um grupo de força a outro, é preciso se chegar ao fim de um vocábulo para haver pausa.

Por outro lado, o acento é livre ainda no sentido de que a sua posição não depende da estrutura fonêmica do vocábulo. Não há em português terminações de fonemas que imponham uma dada acentuação. Quando muito, há uma maior frequência, fonologicamente indeterminável, para dada terminação. Assim o mais comum é serem oxítonos os vocábulos terminados em *-r*, mas há, não obstante, *açúcar*, *alcáças* e assim por diante² e até *revólver*, substantivo, em oposição com o infinitivo verbal *revolver*. O mesmo se pode dizer a respeito dos vocábulos terminados em *-l* ou por arquifonema nasal (cf. *hábil*, ao lado de *abril*; *servem*, ao lado de *convém*, e assim por diante).

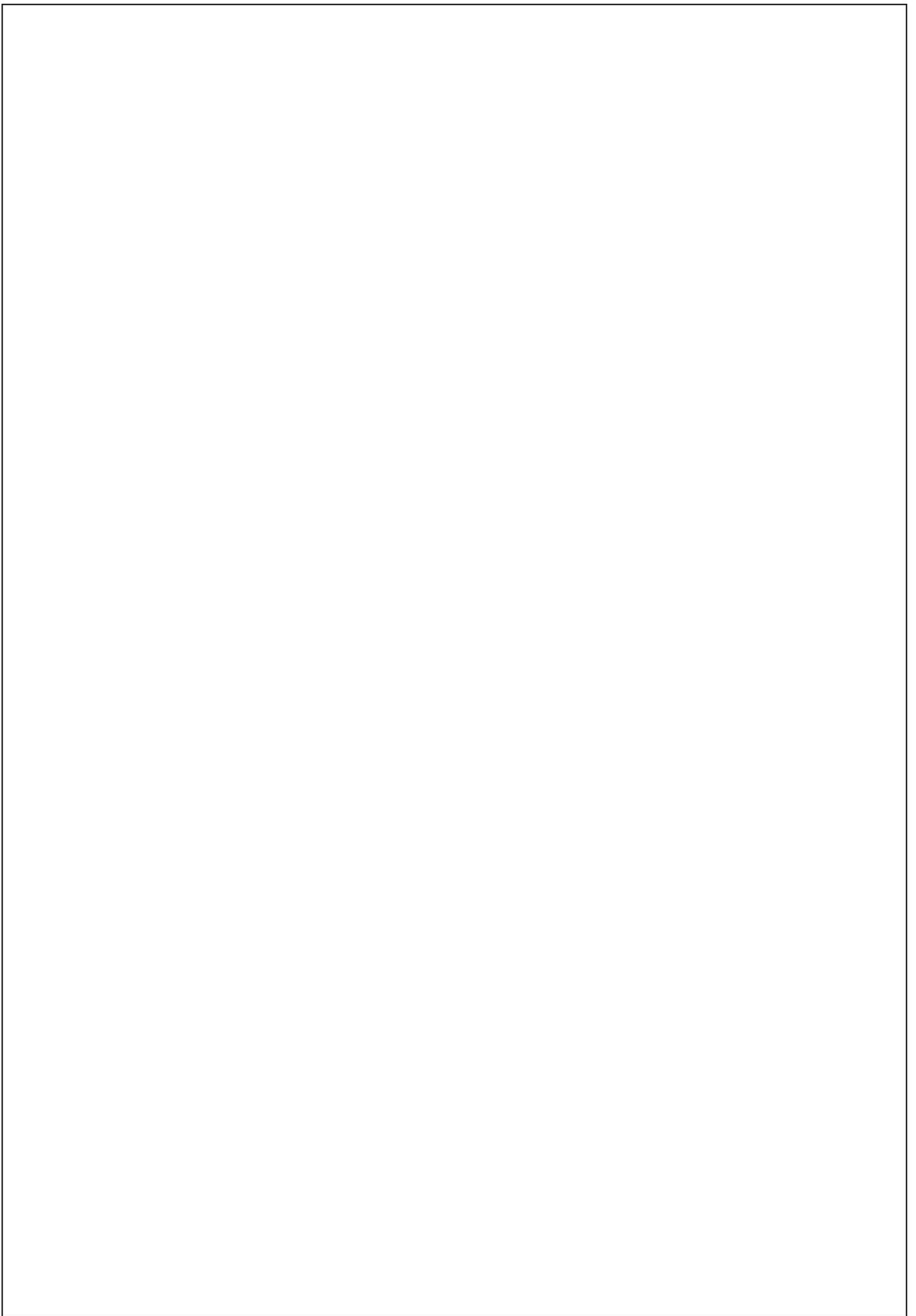
Daí não se segue que não haja um determinado tipo de acentuação que é o mais generalizado no vocabulário português e imprime à língua o seu ritmo característico. É sem a menor dúvida o tipo paroxítono, de que decorre para a língua um ritmo «grave». Nisto, entre as línguas românicas, o português, junto com o espanhol, e talvez mais do que este, se opõe ao ritmo «esdrúxulo» do italiano, decorrente da retenção dos proparoxítonos latinos, e ao ritmo «agudo» do francês, que é uma língua de acento fixo, constituída de vocábulos oxítonos.

Neste particular, o português do Brasil, com o seu amplo empréstimo léxico no tupi e às línguas africanas, se diferencia do português europeu por um maior número de vocábulos oxítonos. Ao mesmo tempo, a língua padrão do Brasil se diferencia da língua popular pela manutenção dos proparoxítonos, que esta tende a reduzir a paroxítonos pela supressão de um segmento postônico, como em *exérço*, em vez de *exército*, ou *Petrópolis*, por *Petrópolis*, e assim por diante.

Tal tendência explica, mesmo na língua literária, a mudança de acentuação de proparoxítonos, que tem sido atribuída à influência francesa.³

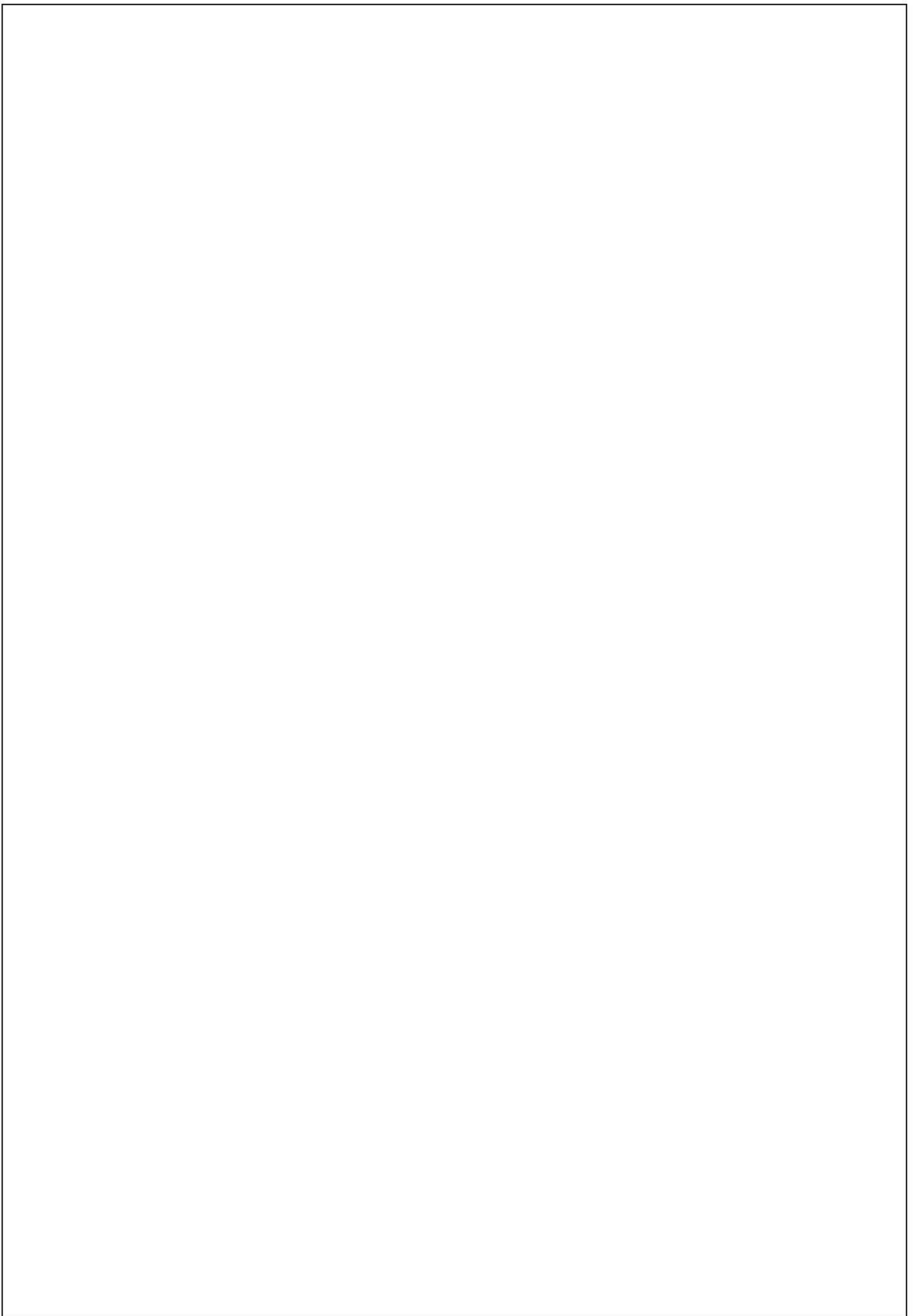
² É claro que, do ponto de vista sincrônico, não interessa a circunstância de que muitos desses vocábulos entraram por empréstimo na língua. A sua entrada determinou automaticamente novos padrões, mesmo que não existissem antes. Não esqueçamos que a rigor os proparoxítonos surgiram por empréstimo ao latim clássico pelo modelo do italiano, a partir do séc. XV.

³ Há muitas vezes, para tal mudança, também uma motivação morfológica, nos helenismos principalmente. É que o português reluta a ter sufixos átonos. Em regra, nos derivados, o acento se desloca da raiz para o sufixo. Assim, partindo-se de um sufixo *-dromo*, vocábulos como *hipódromo*, *aeródromo*, *autódromo* etc., parecem mais naturais do que os proparoxítonos, baseados na acentuação clássica, em que *-dromo* fica átono.



*Parte
Segunda*

***A Primeira Articulação
ou Morfologia***



VIII O VOCÁBULO FORMAL E A ANÁLISE MÓRFICA

32. Na primeira articulação da língua, em que o segmento fônico se associa a uma significação léxica ou gramatical, o vocábulo formal é a contraparte do que apreciamos no capítulo precedente com o título de vocábulo fonológico.

Dada a independência entre esses dois planos da linguagem, não é de esperar que os dois conceitos coincidam necessariamente.

Ao contrário do critério fonológico que rege a nossa escrita, procurando representar aproximadamente os fonemas pelas letras e dividindo as suas seqüências de acordo com as sílabas, a apresentação do vocábulo na escrita se faz pelo critério formal. Deixa-se entre eles, obrigatoriamente, um espaço em branco, porque, mesmo quando sem pausa entre si num único grupo de força, cada um é considerado uma unidade mórfica de per si. Por isso, embora em *proscrever*, por exemplo, cada letra se reporta a um fonema e a separação é silábica (*pros-cre-ver*, apesar do vocábulo ser composto do prefixo *pro-* e *(e)crever*), grafamos com espaços em branco a expressão *proscrever uma lei* /*proskreverumalei*/, que é um único grupo de força.

Qual, entretanto, o critério para aí se depreender 3 vocábulos formais?

Ele foi basicamente estabelecido pelo lingüista norte-americano Leonard Bloomfield (Bloomfield 1933, 160). Segundo esse autor, as unidades formais de uma língua são de 2 espécies: 1) formas livres, quando constituem uma seqüência que pode funcionar isoladamente como comunicação suficiente (ex.: «Que vão fazer?». Resposta: «Proscrever». «Proscrever o quê?» Resposta: «Leis»); 2) formas presas, que só funcionam ligadas a outras (como *pro-* de *proscrever*, *prometer* etc.). O vocábulo formal é a unidade a que se chega, quando não é possível nova divisão em duas ou mais formas livres. Constará, portanto, de uma forma livre indivisível (ex.: *luz*), de duas ou mais formas presas (ex.:

im+pre+vis+ível) ou de uma forma livre e uma ou mais formas presas (ex.: *in+feliz*).

Ora, esse critério abrange as partículas proclíticas e enclíticas em português (ex.: *a em – a lei*), se introduzirmos nele um terceiro conceito: o de forma «dependente» (Camara 1967, 88).

Conceitua-se assim uma forma que não é livre, porque não pode funcionar isoladamente como comunicação suficiente; mas também não é presa, porque é suscetível de duas possibilidades para se disjuntir da forma livre a que se acha ligada: de um lado, entre ela e essa forma livre pode-se intercalar uma, duas ou mais formas livres *ad libitum* (*a grande, promissora e excelente lei*). Por outro lado, quando tal não é permissível (nos pronomes átonos que funcionam junto ao verbo), resta a alternativa dela mudar de posição em relação à forma livre a que está ligada, o que não ocorre absolutamente com uma forma presa: ao lado de – *se fala*, há também a construção *fala-se* etc.

São por isso vocábulos formais, porque são formas dependentes, em português, as partículas proclíticas átonas, como o artigo, as preposições, a partícula *que* e outras mais. São-no igualmente, como acabamos de ver, as variações pronominais átonas junto ao verbo, em vista de poderem ficar com ele em próclise ou em ênclise.

A forma dependente é, portanto, o primeiro exemplo em português da falta de coincidência absoluta entre vocábulo fonológico e vocábulo formal. Trata-se de um vocábulo formal que não é vocábulo fonológico, senão parte de um vocábulo fonológico, a que se acha ligado pelo acento que domina várias sílabas átonas.

Por outro lado, no chamado vocábulo composto «por justaposição» temos a ocorrência oposta. Dois vocábulos fonológicos passam a constituir um só vocábulo formal. Assim, *guarda-chuva* tem a mesma pauta acentual que *grande chuva*: /g^uardas'uva/ -

2 0 3 0

/graNdis'uva/. Na língua escrita, cabe ao hífen, ou traço de união,

2 0 3 0

assinalar essa circunstância. Com ele a nossa ortografia procura um compromisso entre o critério mórfico, que essencialmente a orienta na separação dos vocábulos por espaço em branco e o critério fonológico, indicando uma seqüência por um traço de união. Assim, em *fala-se* junta-se pelo hífen a forma livre (*fala*) e a forma dependente *se*, que com aquela constitui um único vocábulo fonológico. Em *guarda-chuva* não se escrevem em continuidade as duas unidades fonológicas (*guarda* e *chuva*), que constituem um único vocábulo formal, mas pelo menos se lhes interpõe um hífen.

apenas se deve ressaltar que o emprego desse sinal gráfico é incoerente do ponto de vista da língua oral. Muitas vezes é omitido, deixando um espaço inteiramente em branco, como se faz com todas as partículas proclíticas e às vezes até em casos de justaposição (ex.: *livre-arbítrio*). Outras vezes juntam-se os elementos fonologicamente distintos. Tal é o caso do topônimo carioca *Jacarépaguá* /z'akar'èpag^ua/. O exemplo

1 1 2 1 3

mais expressivo são os advérbios de modo em *-mente*, onde a intensidade 2 é muitas vezes assinalada graficamente, por critérios exclusivos da língua escrita. As convenções da língua escrita, a esse respeito, com muitos outros respeitos, não são firmes em face da realidade lingüística que dimana da língua oral.¹

Justifica-se, entretanto, o conceito de «composto por justaposição»? Por que não assimilar *guarda-chuva* a *grande chuva*, *livre-arbítrio* a *livre decisão* e considerar uma classe única de «locuções», isto é, dois ou mais vocábulos formais associados intimamente na sentença? Parece-me que a chave da solução está na possibilidade, para a locução, e na impossibilidade, para o composto por justaposição, de se suprimir um dos elementos (o qualificador) sem maior prejuízo ou verdadeira subversão do que se quer dizer. Não há esse prejuízo ao se dizer – *Apanhei uma chuva*, em vez de *Apanhei uma grande chuva*, ou – *Tomei uma decisão*, em vez de – *Tomei uma livre decisão*. Mas já é outra coisa dizer – *Apanhei a chuva*, em vez de – *Apanhei o guarda-chuva* (já sem falar na mudança do gênero expressa pelo artigo), ou – *O homem é o único animal de arbítrio*, em vez de – *O homem é o único animal de livre-arbítrio*. Analogamente, nas locuções verbais – *Ele tinha falado?* – cabe a resposta – *Tinha*, ou – *Ele quer sair? Quer*. Mas não cabe a resposta – *Chuva* à pergunta – *É um guarda-chuva?* ou – *Arbítrio* à pergunta – *O homem age por livre-arbítrio?*

Do ponto de vista da doutrina gramatical, a locução vai além do que se considera justaposição, porque a justaposição está no plano fonológico posto em relação com o plano mórfico, ao passo que a locução se refere exclusivamente ao plano mórfico. Em outros termos, a locução é o uso com a unicidade formal superior de dois vocábulos mórficos. Há assim locução pela associação de uma forma livre com uma forma dependente (*fala-se* ou *se fala*,

¹ Escreve-se um acento grave (´) para a tonicidade 2 da vogal baixa e das médias de 1º grau e as altas, e um acento circunflexo (^) para as vogais médias de 2º grau, mas quando existe graficamente um acento agudo (´) ou um circunflexo (^), respectivamente no primeiro elemento da justaposição quando isolada. Escreve-se *amavelmente* e *comodamente*, por causa de *amável* e *cômodo*, mas *alegremente* sem acento gráfico, porque em *alegre* /ale'gr/ ele não se usa.

(*livro de Pedro* etc.), em que não há dois vocábulos fonológicos em justaposição, mas um só vocábulo fonológico.

O que se opõe à justaposição é a aglutinação, em que só se tem um vocábulo fonológico unitário. O que se opõe à locução é o vocábulo formal unitário, em que figuram uma ou mais formas presas.

33. É a apreensão das formas mínimas, ou morfemas, constituindo o vocábulo formal unitário, que se chama a análise mórfica. Por meio dela procede-se à descrição rigorosa das formas de uma língua dada.

O método dessa análise consiste na técnica da «comutação». Por esse nome se entende a substituição de uma invariante por outra, de que resulta um novo vocábulo formal. «Se a gramática tradicional transferiu às cegas as categorias e os membros das categorias latinas para as línguas européias modernas..., é porque ainda não se compreendia claramente a relevância do teste da comutação para o conteúdo lingüístico» (Hjelmslev 1953, 47).

Talvez a melhor maneira de bem compreender o método assim definido seja a sua exemplificação com uma forma verbal simples portuguesa, como *falamos*. As nossas gramáticas em regra não se preocuparam mais do que em separar o «radical» da «terminação» em nossos verbos. Assim lhes escaparam inteiramente as noções gramaticais, morfema por morfema, que neles pode entrar. Nessa análise temos de levar em conta o morfema gramatical zero (\emptyset), isto é, a ausência de um morfema, num dado vocábulo, que aparece noutro vocábulo e estabelece com o primeiro uma oposição significativa. É, por exemplo, o que se dá com o singular entre os nomes portugueses, aí caracterizado apenas pela ausência do morfema /s/ de plural: lobo / lobos, ou seja, lobo + /s / lobo + /s/.

No exemplo de *falamos* notemos preliminarmente uma homonímia entre presente e pretérito, decorrente de não haver para um e outro um morfema específico e o morfema *-mos*, da 4ª pessoa gramatical, ou 1ª pessoa do plural, ser sempre o mesmo em todos os verbos e tempos portugueses.² Aceitemos a homonímia e fixemo-nos no presente, partindo de um contexto como «Falamos aqui neste momento». A primeira comutação, que ocorre, é um zero (\emptyset), que nos dá o vocábulo *fala*. Como passa então a se tratar de outra pessoa gramatical (a 3ª pessoa do singular), concluímos que *-mos* é que

² Já rechaçamos, em capítulo precedente, a precária e inconsistente distinção entre *falamos /â' /*, no presente, e *falámos /ã /* no pretérito.

é o morfema da 1ª pessoa plural, ou 4ª pessoa gramatical. Por outro é a comparação de *falamos*, como *falávamos*, *faláramos*, *falaremos* e *falaríamos*, indica um presente e um pretérito com morfema zero e dois outros pretéritos, com morfemas *-va-* e *-ra-*, respectivamente, e com dois futuros, respectivamente, de morfemas *-re-* (tônico) e *-ria-* (com a tonicidade no /i/). Finalmente, a diferença de *falamos* com *bebemos* e *partimos* mostra que os verbos portugueses se distribuem em três classes mólicas (as tradicionais «conjugações»), caracterizadas sucessivamente pelas vogais /a/, /e/, /i/. O primeiro elemento indivisível, comum a todas as formas de cada um dos verbos, é o morfema lexical, em que se concentra a significação específica do ato que o verbo expressa: *fal-*, em *falamos*, referente a uma atividade vocal distinta da de *cantamos* (morfema lexical *cant-*), ou da de *gritamos* (morfema lexical *grit-*), ou da de *choramos* (morfema lexical *chor-*). Da mesma sorte, *bebemos* com *beb-*, se opõe a *comemos*, com *com-*, e *partimos*, com *part-*, se distingue de *fugimos* com *fug-* /fug'/.

Todas essas comutações nos levam a analisar o vocábulo verbal português, além do seu morfema lexical, com um morfema classificatório de conjugação, um morfema de tempo verbal e um último de pessoa gramatical, referente ao sujeito.

Também a análise introduz um conceito novo, que é o da «cumulação». Com efeito, em *falamos*, *falávamos*, *faláramos*, *falaremos*, *falaríamos*, vemos que *-mos*, indivisível acumula em si, além da noção de 1ª pessoa gramatical (o falante), a noção de plural. Analogamente, os morfemas de tempo verbal, ou temporais, incluem a intenção objetiva da comunicação, própria do modo indicativo, em face de uma atitude subjetiva de dúvida ou, ainda, suposição, que transparece em *falemos*, *falássemos* e *falarmos*, além da circunstância, talvez a mais relevante, destes três últimos tempos só figurarem em padrões especiais de frase, dependentes de outro «principal».

Por outro lado, na apreensão da invariante que é o morfema, é preciso não esquecer a possibilidade da sua variação, ou seja, seus alomorfos. No tempo futuro, a que pertence *cantaremos*, *falaremos* etc., há também a variante *-rá-*, que aparece em *falará*, *cantará* etc., ou em *falarás*, *cantarás* etc.

A alomorfia pode ser de natureza puramente mólica, privativa da primeira articulação da linguagem, como na variação /rê' /-ra'/, ou pode depender da segunda articulação, como consequência das distribuições imperativas que se verificam no plano fonológico. Assim, as vogais /e/ e /i/, que caracterizam duas classes mólicas de verbos portugueses, em posição átona final,

sofrem a redução, que já conhecemos, a um débil alofone de /i/, que a escrita representa pela letra *-e*. Este /i/, escrito *-e*, é um alomorfe, condicionado pela posição átona final da vogal, tanto do morfema /e/ (da 2ª conjugação), como do morfema /i/ (da 3ª conjugação).

Finalmente, pode-se dar a neutralização no plano mórfico, semelhante à que já conhecemos no plano fonológico entre fonemas. A neutralização torna indistinta a diferença, ou melhor dito, anula a oposição entre dois morfemas pelo aparecimento de um morfema único. Isto pode-se dar apenas dentro do plano formal, como numa forma verbal *falaram*, que no plural da 3ª pessoa tanto se refere ao singular *falou*, de um dos três pretéritos portugueses, como ao singular *falara*, correspondente a outro desses pretéritos. Mas também pode ser uma consequência de uma neutralização fonológica, previamente operada na segunda articulação, com a eliminação da oposição entre dois fonemas. Assim, a neutralização mórfica, que torna indistintas entre si a 2ª e a 3ª conjugação em *teme* e *parte*, por exemplo, resulta da circunstância de que há neutralização entre os fonemas /e/ e /i/ em posição átona final.

A neutralização morfológica é compensada de duas maneiras na estrutura gramatical da língua. Por outro lado, ela entra em regra num «paradigma», isto é, num conjunto de formas concatenadas entre si, como são as formas de cada verbo português. Se a oposição com outra forma se anula para uma dada forma, como em *falaram*, ela se recria alhures, como entre *falou* e *falara*. Por outro lado, o contexto da comunicação faz compreender a distinção que a neutralização tornou latente. Só se emprega em português *falaram* como contraparte de *falara* em certos tipos de frase, enquanto é em outros tipos que se emprega *falaram* como contraparte de *falou*.

A alomorfia pode-se verificar, evidentemente, entre elementos fonológicos de natureza diversa. É o que acontece, para certos verbos portugueses ditos «irregulares», entre um fonema ou conjunto de fonemas, acrescentado ao radical do verbo, e uma alternância vocálica dentro do radical. Por exemplo *fiz*, do verbo *fazer*, corresponde ao *-i* final de *temi*, do verbo *temer*. Ambas as formas indicam a 1ª pessoa gramatical de um determinado tempo passado português. Mas em *temi* houve o acréscimo de um *i* tônico ao radical, ao passo que em *fiz* houve no radical a mudança da sua vogal *-a-* (*faz+er*) para *-i-*.

Assim, em *fiz* temos um tipo de morfema que não é o do *-i* final de *temi*. Neste, houve o acréscimo de um segmento fônico ao radical. Naquele houve uma alternância da vogal do radical.

Essa alternância, que em português é esporádica e só aparece num grupo mínimo de verbos, é em outras línguas um morfema geral e «regular», ou ainda, em outras, como o inglês, uma alomorfa bastante generalizada (cf. -ing. *sit* «sentar») *I sat* «sentei», *drive* /draiv/ «dirigir»: *O drove* /drouv/ «dirigiu», e assim por diante³.

34. Convém resumirmos agora as noções gramaticais novas, em face da gramática tradicional, que resultam das considerações do presente capítulo.

Temos, em primeiro lugar, o conceito de vocábulo formal, ou mórfico, e a maneira de identificá-lo. Em seguida, a técnica geral da sua análise para a apreensão dos morfemas. E nestes a possibilidade do morfema zero (\emptyset) e o fenômeno geral da alomorfa, que não é senão um aspecto particular da existência das variações da invariante gramatical, que já vimos noutro capítulo ser uma característica geral da linguagem. A oposição entre morfemas pode-se anular pelo fenômeno da neutralização, fonologicamente condicionada ou não. Finalmente, há várias modalidades de morfema gramatical. Em português predominam os «segmentais», isto é, os que se constituem de um fonema ou um grupo de fonemas. Mas a seu lado temos esporadicamente a alternância, sempre entre vogais, que é um conceito mais abstrato. Não a identifica um fonema ou um grupo de fonemas; mas a circunstância de se tratar, dentro do radical ou morfema lexical, de um segmento fonêmico (em português uma vogal), que é distinto do que se encontra em forma oposta. É claro que a alternância é um morfema, se é o único processo gramatical existente num dado setor gramatical da língua. Quando, porém, como, em português, existe a seu lado, para a mesma função, o morfema gramatical constituído de um segmento fonêmico, a alternância não é mais do que um alomorfe deste.

Acrescentemos que em português a alternância vocálica pode ser o que podemos chamar submorfêmica. Isto acontece, quando não é ela (como, ao contrário, sucede em *fiz* em face de *faz+er*) a marca única da noção gramatical por expressar. Ela entra no vocábulo formal como um reforço, por assim dizer, de um morfema segmental. Assim, um plural como *formosos*, com -ò- tônico aberto (/ò/) contrasta com o singular -*formoso*, com -o- tônico fechado. Mas a rigor, o plural se indica essencialmente pelo acrés-

³ Há aí, como sempre na língua, uma distribuição em padrões, de maior ou menor número de itens, que a gramática tradicional inglesa não se preocupa em apreender, enumerando todos esses verbos pela “ordem” alfabética, com a descrição gramatical deturpada numa espécie de lista telefônica.

cimo da sibilante posvocálica /s/. A alternância dos dois timbres da vogal tônica apenas reforça a oposição que a ausência de /s/ (morfema /i/) e a sua presença criam entre singular e plural.

Não é, porém, uma alternância a ser desprezada na descrição gramatical. Ela auxilia a distinção entre singular e plural e torna a oposição *formoso: formosos* mais nítida do que entre *bolso: bolsos*, por exemplo, em que ela não existe.

Diacronicamente, ela explica a eliminação do morfema propriamente dito, porque o falante confia nela para a clareza da sua comunicação. Antes do português atual com *fiz*, houve uma forma + *fizi*, em que a vogal átona final se esvaiu, porque a alternância. *faz+er: fiz(i)* já era bastante nítida para caracterizar a segunda forma⁴.

⁴ O fenômeno do submorfema é um caso particular de um fenômeno geral na linguagem: a redundância. A língua, como meio de comunicação, não se satisfaz com uma oposição una e simples. Acrescenta outros processos opositivos “redundantes” que reforçam a primeira oposição. A redundância, que, no plano lexical, explica o pleonasma. As nossas gramáticas normativas o consideram um “vício de linguagem”. Mas ele muitas vezes não merece esse “xingamento”. É um reforço para maior rendimento da comunicação. Ou, ainda, como o encararam os gregos e latinos na antiga disciplina da retórica, um meio estilístico para dar mais ênfase à enunciação.

IX A CLASSIFICAÇÃO DOS VOCÁBULOS FORMAIS

35. Uma vez explicado o que se entende por vocábulos formais (formas livres ou formas dependentes), temos na gramática descritiva portuguesa a tarefa de os distribuir em classes fundamentais.

Isto foi feito para o grego antigo pelo gramático alexandrino Dionísio da Trácia. A sua classificação foi adotada com pequenas modificações em latim e afinal passou para as línguas européias modernas. É a chamada teoria das «partes do discurso», que, como observou recentemente John Lyons, «merece ser considerada com mais simpatia do que a que tem recebido da maioria dos lingüistas nestes últimos anos» (Lyons 1966, 209). A crítica séria, que se lhe pode fazer, é ser heterogênea em seus critérios e alinhar num quadro único o que na realidade corresponde a uma divisão de hierarquias e sub-hierarquias.

Há, em princípio, três critérios para classificar os vocábulos formais de uma língua. Um é o de que eles de maneira geral significam do ponto de vista do universo biossocial que se incorpora na língua; é o critério semântico. Outro, de natureza formal ou mórfica, se baseia em propriedades de forma gramatical que podem apresentar. Um terceiro critério, que teve muita acolhida na gramática descritiva norte-americana, orientada pela lingüística sincrônica de Bloomfield, é o funcional, ou seja, a função ou papel que cabe ao vocábulo na sentença.

O critério semântico e o mórfico estão intimamente associados. «Um signo lingüístico, e conseqüentemente também a palavra» (ou, em outros termos, o vocábulo formal) «é, em virtude de sua essência e definição, uma unidade de forma e sentido. O sentido não é qualquer coisa de independente, ou, mais particularmente, não é apenas um conceito; conjuga-se a uma forma. O termo *sentido* só pode ser definido com o auxílio do conceito *forma*» (Groot 1948, 439).

Em referência ao português, esse critério compósito, que podemos chamar morfo-semântico, parece dever ser o fundamento primário da classificação.

Por meio dele temos uma divisão dos vocábulos formais em nomes, verbos e pronomes. Semanticamente, os nomes representam «coisas», ou seres, e os verbos «processos», segundo a fórmula de Meillet (Meillet 1921, 175). A definição tem sido rejeitada pelo argumento filosófico (não um argumento lingüístico) de que não é possível separar no universo biossocial os seres e os processos. Alegou-se até que nomes, como em português, *viagem*, *juízo* ou *consolação*, são processos ou até, mais estritamente, atividades. A resposta é que esses vocábulos são tratados na língua como nomes e associados a coisas. A interpretação filosófica profunda não vem ao caso.

Trata-se, como se assimilou logo de início neste livro, daquela lógica, ou compreensão, intuitiva que permeia toda a vivência humana e se reflete nas línguas. Deste ponto de vista, podemos dizer, com Herculano de Carvalho, que no nome «a *realidade em si...* pode ser ou não constituída por um objeto físico: será objeto físico, quando o significante for, por exemplo, a palavra *cadeira*, ou *flor* ou *homem*; mas já assim não sucede quando ele é, suponhamos, *humanidade* ou *beleza*» (Carvalho 1967, 162).

Por outro lado, a oposição de forma separa nitidamente, em português (como já sucedia em latim), o nome e o verbo. Aquele se pode objetivar por meio da partícula, ou forma dependente, que é o «artigo», e é passível de um plural em /S/ (além da distinção de gênero). Este ap¹lenta as noções gramaticais, e morfemas gramaticais correspondentes, de tempo e modo, referentes a si mesmos, e de pessoa referente ao seu sujeito, ou ser a que ele é associado como ponto de partida do processo que designa. Enquanto /s/ no nome *cantos* significa plural, o morfema homônimo /s/ em *cantas* indica 2ª pessoa do singular.

Quanto ao pronome, o que o caracteriza semanticamente é que, ao contrário do nome, ele nada sugere sobre as propriedades por nós sentidas como intrínsecas no ser *cadeira* «um tipo especial de móvel para a gente se sentar», ou *flor* «um determinado produto das plantas», ou *homem* «um animal racional possuidor de uma «cultura» por ele produzida (em vez de ser uma mera manifestação da natureza cqní propriedade de locomoção etc.)». O pronome limita-se a mostrar o ser no espaço, visto esse espaço em português em função do falante: *eu*, *mim*, *me* «o falante qualquer que ele seja», *este*, *isto* «o que está perto do falante», e assim por diante. Também, morficamente, inconfundivelmente se distingue do nome, como apreciaremos mais de perto no capítulo referente a ele.

Em face dessa divisão morfo-semântica, a classificação funcional subdivide nomes e pronomes pela sua função na comunicação lingüística. Há a função de substantivo, que é a do nome ou pronome tratado como centro de uma expressão, ou «termo determinado», na terminologia de Bally (Bally 1950, 102). E há a função de adjetivo, em que o nome ou pronome é o «termo determinante» (sempre na terminologia de Bally) e modifica um nome substantivo ou tratado como determinado. Em português, o adjetivo se caracteriza por uma concordância em gênero e número com o seu determinado: *flor branca, homem bondoso, cadeiras pretas*. Um terceiro conceito tradicional, de natureza funcional também, é o advérbio. Trata-se de um nome, ou pronome, que serve de determinante a um verbo: *fala eloqüentemente, fala aqui*.¹

Chegamos assim ao seguinte quadro, jogando com os critérios morfo-semântico e funcional:

Nome – Substantivo (termo determinado).
Adjetivo (termo determinante de outro nome)
Advérbio (termo determinante de um verbo)

Verbo

Pronome – Substantivo (termo determinado)
Adjetivo (termo determinante de um nome)
Advérbio (termo determinante de um verbo)

36. Restam certos vocábulos (o mais das vezes formas dependentes), cuja função essencial é relacionar uns com os outros, ou entre si, os nomes, os verbos e os pronomes. Estabelecem entre dois ou mais termos uma conexão e podem-se chamar, portanto, os vocábulos conectivos.

A conexão pode fazer de um termo o determinante do outro, à maneira de um adjetivo, quando entre dois substantivos, mas sem o fenômeno da concordância: *flor do campo, cadeira de espaldar, homem de educação*. É o papel dos conectivos subordinativos. Ou pode apenas adicionar um termo a outro no processo da coordenação; são os conectivos coordenativos, o essencial dos quais é a partícula copulativa *e*; ex.: *flores e cadeiras, eu e tu, falei e expliquei*.

¹ Alguns advérbios têm a função complementar, na lingua, de acrescentar uma qualificação a mais a um adjetivo: *muito feliz, efusivamente feliz*. Mas tal função não é geral a todos e não deve, ao contrário do que fazem as gramáticas escolares nossas, entrar na definição. Esta deve ser tirada da função essencial de advérbio, que é ser determinante de um verbo.

Em português, os conectivos subordinativos se dividem em preposições e conjunções. As preposições subordinam um vocábulo a outro: *flor do campo, falei de flores*. As conjunções subordinam sentenças. Em outros termos: entre duas sentenças «transformam» uma em determinante da outra.

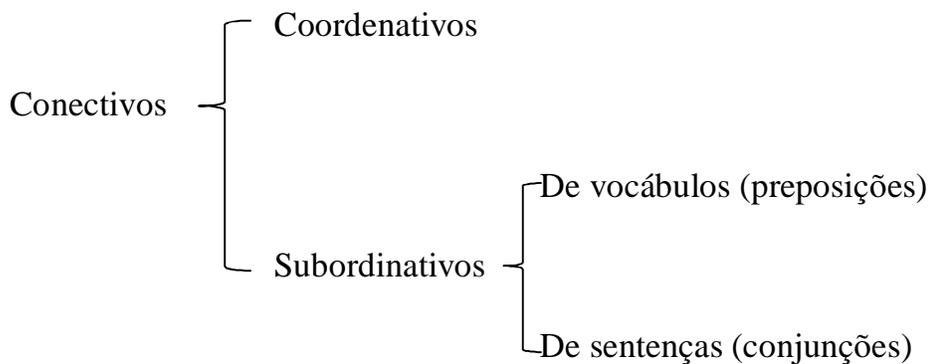
Os vocábulos coordenativos são os mesmos em qualquer dos casos, como vimos acima nos exemplos com a partícula *e*. Outro exemplo: *pobre mas feliz – zangou-se mas não tinha razão*.

Os conectivos são em princípio morfemas gramaticais. Pertencem ao mecanismo da língua sem pressupor em si mesmos qualquer elemento do universo biossocial.

Entretanto, há conectivos subordinativos oracionais, ou conjunções subordinativas, que se reportam a um nome ou pronome, cujo lugar substituem na enunciação. Como tais, desempenham na oração em que se acham um papel que caberia a um nome ou pronome. A gramática tradicional os denominou «pronomes relativos» («pronome» por causa desse papel que desempenham na oração; «relativo», porque estabelecem uma «relação» entre as duas orações, como conjunção subordinativa); ex.: *aqui está o livro que comprei* (*que = livro* e ao mesmo tempo subordinando a idéia da compra à apresentação do livro no momento).

Naturalmente, esse e outros detalhes serão melhor tratados no capítulo referente à classe dos pronomes.

De qualquer maneira, temos para os conectivos em português o seguinte quadro geral:



X O MECANISMO DA FLEXÃO PORTUGUESA

37. O termo gramatical «flexão» é a tradução do alemão *Biegung* «flexão, curvatura», introduzido pelo velho filólogo Friedrich Schlegel (1772-1829) no seu livro clássico de 1808, *Sobre a língua e filosofia dos hindus*, para indicar que um dado vocábulo «se dobra» a novos empregos. Apresenta-se em português sob o aspecto de segmentos fônicos pospostos ao radical, ou sufixos. São os sufixos flexionais, ou desinências, que não se devem confundir com os sufixos derivacionais, destinados a criar novos vocábulos.

Já o gramático latino Varrão (116 aC - 26 aC) distinguia entre o processo de *derivatio voluntaria*, que cria novas palavras, e a *derivatio naturalis*^{iv}, para indicar modalidades específicas de uma dada palavra.

O primeiro adjetivo destinava-se a esclarecer o caráter fortuito e desconexo do processo. As palavras derivadas, com efeito, não obedecem a uma pauta sistemática e obrigatória para toda uma classe homogênea do léxico. Uma derivação pode aparecer para um dado vocábulo e faltar para um vocábulo congêneres. De *cantar*, por exemplo, deriva-se *cantarolar*, mas não há derivações análogas para *falar* e *gritar*, outros dois tipos de atividade da voz humana. Os morfemas gramaticais de derivação não constituem assim um quadro regular, coerente e preciso.

Acresce a possibilidade de opção, para usar ou deixar de usar o vocábulo derivado. Foi ela que sugeriu a Varrão o adjetivo *voluntaria*. Nem todos os verbos portugueses apresentam nomes, deles derivados, e para as derivações existentes os processos são desconexos e variados. Por isso, temos *fala*, para *falar*, *consolação*, ao lado de *consolo*, para *consolar*, *juízo*, para *julgar*, e assim por diante. Nem todos os nomes substantivos portugueses têm um diminutivo correspondente, e os que existem podem ser usados, ou não, numa dada frase, de acordo com a vontade do falante.

Já na flexão há obrigatoriedade e sistematização coerente. Ela é imposta pela própria natureza da frase, e é *naturalis* no

termo de Varrão. É a natureza da frase que nos faz adotar um substantivo no plural ou um verbo na 1ª pessoa do pretérito imperfeito. Os morfemas flexionais estão concatenados em paradigmas coesos e com pequena margem de variação. Na língua portuguesa há ainda outro traço característico para eles. É a «concordância», decorrente na sua repetição, ainda que por alomorfes, nos vocábulos encadeados. Há concordância de número singular e plural e de gênero masculino e feminino entre um substantivo e seu adjetivo, como há concordância de pessoa gramatical entre o sujeito e o verbo, e depende da espécie de frase a escolha da forma temporal e modal do verbo.

O resultado da derivação é um novo vocábulo. Entre ele e os demais vocábulos similares derivados há esse tipo de «relações abertas», que, segundo Halliday, caracteriza o léxico de uma língua em face da sua gramática. Nesta, o que se estabelece são «relações fechadas» (Halliday 1962, 9). É uma relação fechada, por exemplo, que vigora entre *cantávamos* e todas as demais formas do verbo *cantar*, ou entre *lobos* ou *loba* o nome básico singular *lobo*. Aí, nas palavras de Halliday, «a lista dos termos é exaustiva», «cada termo exclui os demais» e não está na nossa vontade introduzir um novo termo no quadro existente.

Ao contrário, para cada vocábulo, há sempre a possibilidade, ou a existência potencial, de uma derivação. A lista dos seus derivados não é nem exclusiva nem exaustiva.

A aplicação rigorosa desse critério só pode concorrer para trazer coerência e nitidez na descrição lingüística.

38. Vamo-nos limitar a uma ilustração, para chegar a uma conclusão diferente do que dizem a respeito, em regra, as nossas gramáticas.

Os adjetivos portugueses apresentam comumente uma possibilidade de indicarem por meio de um morfema gramatical, adicional, o alto grau da qualidade que expressam. Temos *tristíssimo*, para *triste*, *facílimo*, para *fácil*, *nigérrimo*, para *negro*, e assim por diante. As nossas gramáticas costumam definir o processo como uma «flexão de grau». Faltam nele, entretanto, as condições acima estabelecidas.

Em primeiro lugar, não há obrigatoriedade no emprego do adjetivo com esse sufixo de superlativo, ou grau intenso. É a rigor uma questão de estilo ou de preferência pessoal. Ou, antes, trata-se de um uso muito espaçado e esporádico, em regra, e de tal sorte que certa freqüência nele logo parece abuso e excen-

cidade.¹ Em segundo lugar, estamos muito longe de uma sistematização coerente, para todos os adjetivos, ou pelo menos para uma sua classe formal bem definida, como sucede com a flexão de plural para os adjetivos portugueses em geral e para a flexão de feminino com os adjetivos terminados em *-o*. Nenhum jogo de concordância, por outro lado, como há para o número e o gênero entre o substantivo e o adjetivo.

Na realidade, o que se tem com os superlativos é uma derivação possível em muitos adjetivos, como: para os substantivos há a possibilidade dos diminutivos e para alguns (não muitos) a dos aumentativos. Anote-se a propósito que o conceito semântico de grau abrange tanto os superlativos como os aumentativos e os diminutivos. Por isso, Otoniel Motta considerou aumentativos e diminutivos uma «flexão» dos substantivos, pelo exemplo dos superlativos (Motta), porque não ousou considerar os superlativos uma derivação, como são muito logicamente considerados aumentativos e diminutivos por toda gente.

Em outros termos, a expressão de grau não é um processo flexional em português, porque não é um mecanismo obrigatório e corente, e não estabelece paradigmas exaustivos e de termos exclusivos entre si.

A sua inclusão na flexão nominal decorreu da transposição pouco inteligente de um aspecto da gramática latina para a nossa gramática.

Em latim, o morfema gramatical *issimus* pertencia a um complexo flexional ao lado de *-dor*, próprios dos adjetivos num tipo de frase em que se estabelece a comparação entre dois termos, para se afirmar que aquele referente ao adjetivo marcado por tal sufixo é superior ao outro. Com *-issimus* assinalava-se que o termo superior «sobrelevava» (lat. *superferre, supino superlatum, donde superlativus*) a todos da sua espécie: *felicissima matrum* «a mais feliz das mães». Em português a situação é outra. Para um adjetivo latino *felix* /fe'liks/ «feliz», havia obrigatória e coerentemente as formas *felicier* e *felicissimus*, que se empregavam em condições bem determinadas, e sistematicamente com exclusividade, em lugar de *felix*: *homo felix* «homem feliz»; *homo felicier lupo* «o homem é mais feliz do que o lobo»; *homo felicissimus animalium* «o homem é o mais feliz dos animais». Ora, em português, só temos *feliz*. Modifica-o em cada caso um mecanismo sintático, fora da morfologia vocabular: ... *mais... do que...*; ... *o mais... dos...* O uso de *-issimus* em latim para expressar, meramente, a intensificação de uma qualidade era um subproduto do seu uso grama-

¹ Como era o caso do José Dias no *Dom Casmurro* de Machado de Assis.

tical num padrão de frase comparativa; não foi ele que levou a gramaticologia latina a considerar *-issimus* dentro da flexão nominal. Se só existisse tal uso, como sucede em português, Varrão teria dito, com certeza, que se tratava de *derivatio voluntaria*.

39. Assim, os sufixos flexionais são em número relativamente pequenos em português.

Acrescentemos que só se encontram entre os nomes e os verbos, a rigor. Os nomes são vocábulos suscetíveis das flexões de gênero e número (apresentados nesta ordem). O gênero, que condiciona uma oposição entre forma masculina e forma feminina, tem como flexão básica um sufixo flexional, ou desinência *-a* (átono final) para a marca do feminino. A flexão de número, que cria o contraste entre forma singular e forma plural, decorre da presença, no plural, de um sufixo flexional, ou desinência /S/, com que a última sílaba do nome passa a terminar.

Assim, o masculino e o singular se caracterizam pela ausência das marcas de feminino e de plural, respectivamente, como *peru*, masculino singular; *perus*, masculino plural; *perua*, feminino singular; *peruas*, feminino plural.² Em outros termos, pode-se dizer que ambos são assinalados por um morfema gramatical zero (\emptyset).

Muitos pronomes têm essas mesmas flexões. Basta citar: *ele, eles, ela, elas; algum, alguns, alguma, algumas*.

O que distingue, porém, os pronomes, de maneira geral, são 3 noções gramaticais que neles se encontram e nos nomes não aparecem. Uma é a noção de pessoa gramatical. Assim se situa a referência do pronome no âmbito do falante (1ª pessoa), no do ouvinte (2ª pessoa) ou fora da alçada dos dois interlocutores (3ª pessoa). O número, sem morfema flexional privativo seu, se integra nessa noção de pessoa gramatical. Em português, o falante pode assinalar que está associado a si outra ou outras pessoas (1ª pessoa do plural ou 4ª pessoa), ou que está se dirigindo a mais de um ouvinte (2ª pessoa do plural ou 5ª pessoa), ou que a referência é à 3ª pessoa do plural (ou 6ª pessoa). É esta noção de pessoa gramatical que caracteriza os pronomes ditos por isso mesmo «pessoais», quer no seu emprego substantivo (pessoais *stricto sensu*), quer na função adjetiva, quando costumam receber a denominação de possessivos. A mesma noção é também fundamental nos 3 pronomes demonstrativos (*este, esse, aquele*), que indicam, respecti-

² Para outros padrões nominais há regras complementares, que estudaremos no capítulo referente à flexão dos nomes.

vamente, posição junto ao falante, ou junto ao ouvinte, ou à parte dos interlocutores.

A noção de pessoa gramatical “não se realiza, porém, por meio de flexão. Faz-se lexicalmente por vocábulos distintos. Comparem-se, por exemplo: *eu, tu, ele; este, esse aquele*.

A segunda noção gramatical própria dos pronomes é a existência em vários deles de um gênero neutro em função substantiva, quando a referência é a coisas inanimadas. É o que assinala a série demonstrativa *isto, isso, aquilo*. Em outros, por outro lado, há formas específicas para seres humanos, como *alguém, ninguém e outrem*. Também aqui, apesar de uma terminação comum – *em* (tônica nos dois primeiros e átona no terceiro), se trata a rigor de vocábulos diversos das formas gerais respectivas *algum, nenhum e outro*.

Há finalmente, como terceira noção gramatical privativa dos pronomes, em português, o que podemos chamar uma categoria de «casos», se bem que muito diversa, formal, funcional e semanticamente, dos casos nominais em latim. Os pronomes pessoais, de emprego substantivo, distinguem uma forma «reta», para sujeito, e uma ou duas formas oblíquas, servindo umas como complemento aglutinado ao verbo (*falou-me, viu-o, disse-lhe*) e outras com complemento regido de preposição (*falou de mim*). Também, cada uma dessas formas retas e oblíquas, para a mesma pessoa gramatical, é um vocábulo de per si.

Assim, as três noções gramaticais características dos pronomes não entram no mecanismo flexional da língua portuguesa. São expressas lexicalmente por, mudança de vocábulo. Embora haja às vezes certa semelhança fonológica, não há como supor, para as formas das diversas pessoas gramaticais, para os casos diversos e para a diversificação especial do gênero «neutro» e do gênero «animado», ou antes «humano», variações flexionais, mediante sufixos específicos, de uma forma pronominal única.

Desta sorte, em relação aos nomes e pronomes, as noções gramaticais que se expressam por flexão são apenas as do gênero masculino e feminino e as de número singular e plural. E tanto para os nomes como para os pronomes, o mecanismo flexional é aí o mesmo.

Consideremos agora os verbos, como a última classe dos vocábulos flexionais em português. Neles, figuram duas noções muito diferentes que se completam para flexionar o vocábulo verbal.

Uma, para designar o «tempo», ou ocasião da ocorrência do que o verbo refere, do ponto de vista do momento da comunicação. A outra, que se lhe segue, indica, dentro do vocábulo verbal, a pessoa gramatical do sujeito. No sufixo flexional de tempo

verbal, há acumulação da noção de «modo» (indicativo, subjuntivo, imperativo), e, num tempo do pretérito, a do aspecto inconcluso, ou «imperfeito», do processo verbal referido. Por sua vez, a flexão de pessoa gramatical implica, automaticamente, na indicação do número, singular ou plural, do sujeito.

40. Uma complexidade da língua portuguesa, que prolonga uma situação latina, é a distinção que convém fazer entre radical e «tema». O tema vem a ser o radical ampliado por uma vogal determinada, que entra assim na flexão dos nomes e dos verbos.

Em vez de *cant-*, *fal-*, *grit-*, por exemplo, temos os temas em *-a-*: *cantá-*, *falá-*, *gritá-*, que colocam esses verbos numa classe morfológica, dita 1ª conjugação. Analogamente, temos a classe dos verbos de tema em *-e-* (2ª conjugação) e a dos de tema em *-i-* (3ª conjugação).

Não é costume das nossas gramáticas estabelecer a mesma distinção para os nomes. Mas a conveniência de fazê-lo me parece inegável. Há nos nomes os temas em *-a* (*rosa*, *poeta*, *planeta*), os temas em *-o* /u/ átono final (*livro*, *tribo*, *cataclismo*) e os temas em *-e* /i/ átono final (*dente*, *ponte*, *análise*). Assim não se confunde a desinência de feminino *-a*, que aparece especialmente nos temas em *-o* (*lobo*, *loba*) e a vogal temática em *-a*, que não é marca de gênero (cf. *poeta*, masculino; *artista*, masculino ou feminino conforme o contexto).

Nos nomes, a ausência da vogal temática cria as formas que podemos chamar atemáticas e se circunscrevem, a rigor, aos oxítonos em *-á*, *-é*, ou *-ê*, *-ó*, ou *-ô*, *-u* e *-i* (*alvará*, *candomblé*, *noitibó* (=notívago), *urubu*, *tupi*). Os nomes terminados no singular em consoante posvocálica têm uma forma teórica em *-e* /i/ átono final, que se deduz dos plurais. Compare-se: *feliz* - *felizes*, *mar* - *mares*, e assim por diante.³

³ Nos nomes terminados em /l/, como veremos, há regras especiais que alteram superficialmente o resultado.

XI O NOME E SUAS FLEXÕES

41. Já sabemos que os nomes portugueses se dividem, do ponto de vista funcional, em substantivos e adjetivos. Em princípio, não há entre as duas subdivisões uma distinção de forma.

Muitos podem ser, conforme o contexto, substantivos ou adjetivos, ou seja, funcionar numa expressão como determinado ou como determinante, respectivamente. Assim, um *marinheiro brasileiro* é um marinheiro (substantivo) que é de nacionalidade brasileira (sua qualificação expressa por um adjetivo), da mesma sorte que *um brasileiro marinheiro* logo se entende como um brasileiro (substantivo) que adotou a profissão da marinha (qualificação adjetiva).

Há, entretanto, muitos nomes que são essencialmente adjetivos (*belo, grande* etc.) e outros que são essencialmente substantivos (*hamem, leão* etc.). Mas ainda aqui a distinção funcional não é absoluta: *um homem leão* é aquele que tem a coragem de um leão e corresponde a *um homem corajoso*¹.

Isso não impede uma ligeira diferença formal entre substantivos e adjetivos. Estes, mais que aqueles, estão quase exclusivamente distribuídos nos dois temas em *-a* e em *-e*, e os de tema em *-e* (concretamente em *-e*, como *grande*, ou teoricamente em *-e*, como *feliz*, a rigor **felize*, como indica o plural *felizes*) não apresentam flexão de feminino, em face de um feminino em *-a* para os de tema em *-a*; ex.: *hamem corajoso, mulher corajosa; homem grande, mulher grande*. Já os nomes, que são essencialmente substantivos, podem às vezes possuir um feminino em *-a*, mesmo quando são de tema em *-e* (ex.: *mestre – mestra, autor – autora*) ou atemáticos (ex.: *peru – perua*). Essa diferença fica

¹ Note-se que a posição regular do adjetivo determinante, em português, é depois do substantivo determinado. “A anteposição decorre do enfraquecimento da função descritiva em proveito da reação afetiva que o predicado descrito pode carrear. Ou, em outros termos, a posposição do adjetivo é essencialmente denotativa, em contraste com a predominância de uma canotação, mais ou menos forte, que a anteposição do adjetivo implica. Compreende-se assim que adjetivos indicadores de predicados de fácil repercussão conotativa possam à primeira vista parecer indiferentes quanto à colocação. Mas essa impressão é falaz e não desce ao âmago do valor expressional da locução” (Camara 1967, 104).

bem nítida nos nomes de sufixo derivacional *-ês*, teoricamente **-ese*, que, quando só são a rigor empregados como adjetivos, não têm flexão de gênero (*homem cortês, mulher cortês*), mas apresentam essa flexão, quando tanto servem como substantivos e como adjetivos (*português - portuguesa*, substantivo, «habitante de Portugal»; ou - *livro português, comida portuguesa*, em que *português* é adjetivo como determinante, respectivamente, de *livro* e de *comida*).

42. A flexão de gênero é exposta de uma maneira incoerente e confusa nas gramáticas tradicionais do português.

Em primeiro lugar, em virtude de uma incompreensão semântica da sua natureza. Costuma ser associada intimamente ao sexo dos seres. Ora, contra essa interpretação falam duas considerações fundamentais. Uma é que o gênero abrange todos os nomes substantivos portugueses, quer se refiram a seres animais, providos de sexo, quer designem apenas «coisas», como *casa, ponte, andaiá*, femininos, ou *palácio, pente, sofá*, masculinos. Explicar todas essas ocorrências pela metáfora, à maneira de um pansexualismo freudiano como até certo ponto tentou Leo Spitzer, embora numa focalização diacrônica (Spitzer 1941, 339s), não nos levaria muito longe. Depois, mesmo em substantivos referentes a animais ou pessoas há discrepância entre gênero e sexo, não poucas vezes. Assim, *testemunha* é sempre feminino, quer se trate de homem ou mulher, e *cônjuge*, sempre masculino, aplica-se ao esposo e à esposa. Para os animais, temos os chamados substantivos epicenos, como *cobra*, sempre feminino, e *tigre*, sempre masculino.

Na realidade, o gênero é uma distribuição. em classes mórficas, para os nomes, da mesma sorte que o são as conjugações para os verbos. A única diferença é que a oposição. masculino - feminino serve freqüentemente para em oposição entre si distinguir os seres por certas qualidades semânticas, como para as coisas as distinções como *jarro - jarra, barco - barca*, etc., e para os animais e as pessoas a distinção do sexo, como em *urso - ursa, menino - menina*. Ora, as conjugações verbais não têm a menor implicação semântica, e nada em sua significação, faz de *falar*, um verbo da 1ª conjugação, de *beber*, um verbo da 2ª, ou de *partir*, um verbo da 3ª.

O mais que podemos dizer, porém, em referência ao gênero, do ponto de vista semântico, é que o masculino é uma forma geral, não-marcada, e o feminino indica uma especialização qualquer (*jarra* é uma espécie de «jarro», *barca* um tipo especial de «barco», como *ursa* é a fêmea da animal chamado *urso*, e *menina* uma mu-

lher em crescimento na idade dos seres humanos denominados como o de «menino»).

A segunda incoerência e confusão na descrição do gênero em português está em não se ter feito a distinção imprescindível entre flexão de gênero e certos processos lexicais ou sintáticos de indicar o sexo.

É comum lermos nas nossas gramáticas que *mulher* é o feminino de *homem*. A descrição exata é dizer que o substantivo *mulher* é sempre feminino, ao passo que outro substantivo, a ele semanticamente relacionado, é sempre do gênero masculino. Na descrição da flexão de gênero em português não há lugar para os chamados «nomes que variam em gênero por heteronímia». O que há são substantivos privativamente masculinos, e outros, a eles semanticamente relacionados, privativamente femininos. Tal interpretação, a única objetiva e coerentemente certa, se se estende aos casos em que um sufixo derivacional se restringe a um substantivo em determinado gênero, e outro sufixo, ou a ausência de sufixo, em forma nominal não-derivada, só se aplica ao mesmo substantivo em outro gênero. Assim, *imperador* se caracteriza, não flexionalmente, pelo sufixo derivacional *-dor*, e *imperatriz*, analogamente, pelo sufixo derivacional *-triz*. Da mesma sorte *galinha* é um diminutivo de *galo*, que passa a designar as fêmeas em geral da espécie «galo», como *perdigão* é um aumentativo limitado aos machos da «perdiz». Dizer que *-triz*, *-inha* ou *-ão* são aí flexões de gênero é confundir flexão com derivação.

Da mesma sorte, não cabe para os substantivos «epícenos», referentes a certos animais, falar numa distinção de gênero expressa pelas palavras *macho* e *fêmea*. Em primeiro lugar, o acréscimo não é imperativo e podemos falar (como usualmente fazemos) em *cobra* e *tigre* sem acrescentar obrigatoriamente aqueles termos. Em segundo lugar, o gênero não mudou com a indicação precisa do sexo. Continuamos a ter *a cobra macho*, no feminino, como assinala o artigo feminino *a*, e com o artigo masculino *o* continuamos a ter masculino *o tigre fêmea*.²

As divisões das nossas gramáticas a respeito do que chamam inadequadamente «flexão de gênero» são inteiramente descabidas e perturbadoras na exata descrição gramatical.³

A flexão de gênero é uma só, com pouquíssimos alomorfes: o acréscimo, para o feminino, do sufixo flexional *-a* (/a/ átono

² *Macho* e *fêmea* funcionam como substantivos apostos. e por isso não concordam em gênero com o substantivo determinado.

³ A Nomenclatura Gramatical Brasileira ainda mais perturbou a descrição. criando a divisão dos “sobrecomens” para distinguir dos epícenos (nomes de animais) os nomes de pessoa, que, como *testemunha*, não mudam de gênero.

final) com a supressão da vogal temática, quando ela existe no singular: *lob* (*o*) + *a* = *loba*; *autor* + *a* = *autora*.

43. Os alomorfes são os seguintes:

1) O par opositivo *avô* – *avó* indica a distinção de gênero por uma alternância vocálica da vogal tônica final do morfema lexical /ô/-/ó/.

2) As formas teóricas em /oN/, o mais das vezes com o masculino concreto *-ão*, perdem o travamento nasal ao acrescentar a desinência de feminino *-a*; ex.: *bom* /boN/ - *boa*; *leão* (*/leoN/) – *leoa*.

3) O sufixo derivacional aumentativo /oN/ (no singular, concretamente *-ão*) transfere o travamento nasal posvocálico /N/ para a sílaba seguinte como consoante /n/, antes de acrescentar a desinência de feminino: *valentão* (*/valeNtoN/) – *valentona*.

4) Os radicais em /aN/ com tema em *-o* suprimem a vogal do tema, no feminino: *órfão* – *órfã*; *irmão* – *irmã*.

5) O sufixo derivacional *-eu* (em que o tema em *-o* se revela na vogal assilábica do ditongo) suprime a vogal do tema e, em virtude do hiato *-ea*, desenvolve uma ditongação /eⁱ/ diante do /a/, o que é um fenômeno fonológico geral em português para /e/ tônico em hiato. Ao mesmo tempo, há uma alternância entre timbre fechado e timbre aberto para a vogal tônica, no masculino e no feminino, respectivamente: *europe*u – *europeí*a.

6) Alternância análoga, no âmbito das vogais médias posteriores, sucede, quando a forma teórica do nome é com vogal tônica aberta (média de 1ª grau), que passa a fechada (média de 2º grau), no masculino. Daí no sufixo derivacional *-osa* (*/óZ/) o masculino *-oso* com /ôZ/ e ainda *grossa* (*/grós/) *grosso* com /ôS/, ou *ova* (*/óV/ – *ovo*). Cria-se então, como já vimos, uma distinção submorfêmica /ô/-/ó/, além da oposição desinencial ^o – /a/.

Essas alomorfias se resolvem pelo dicionário, em que basta haver uma entrada para a forma teórica, em vez de se averbar simplesmente a forma de masculino.

Da mesma sorte, é ao dicionário que cabe informar sobre a chamada heteronímia no gênero, que não é mais do que a restrição a um gênero único de determinado membro de um par semanticamente opositivo. Por exemplo: *homem*, registrado como masculino, com uma remissão a *mulher*, por sua vez registrada como feminino.

Nisto estamos de acordo com Noam Chomsky no sentido de que a descrição gramatical deve ser completada com as informa-

ções de um dicionário, ou léxico, entendido como destinado a «todas as propriedades de um formativo que são essencialmente idiossincráticas» (Chomsky 1966, 87) e que assim «consiste de uma série não-ordenada de entradas léxicas e certas regras redundantes» (Idem, 142). Nem há nisso uma grande novidade, como reconhece o próprio Chomsky, ao citar a caracterização do léxico por Bloomfield como «a lista das irregularidades básicas de uma língua» e ao lembrar a observação muito anterior de Sweet de que «a gramática trata dos fatos gerais da língua, a lexicologia dos fatos especiais» (Idem, 214, n. 16).

É preciso não esquecer, entretanto, que a flexão de gênero é, em princípio, um traço redundante nos nomes substantivos portugueses. E muitos substantivos não a têm sequer. O que há são substantivos de tema em *-a*, em *-o*, em *-e* ou atemáticos, que possuem um gênero determinado implicitamente pelos adjetivos de tema em *-o* (estes sempre com a flexão de gênero pela oposição *-a* : *-o* + *-a* = *-a*), que, quando presentes, têm de ir para o gênero do substantivo que determinam. Assim, *casa* é feminino, porque se tem de dizer *casa larga* e *poeta* é masculino, porque a expressão correta é *poeta maravilhoso*.

Essa situação, que já era vigente em latim, como bem ressalta Vendryes (Vendryes 1921, 111), torna-se de um mecanismo preciso e nítido em línguas que, como o grego e o português, têm a partícula chamada «artigo», sempre implicitamente possível de se antepor a um nome substantivo.⁴ Assim, o artigo, que, como partícula pronominal adjetiva tem uma função significativa bem definida, como veremos ao tratar do pronome, tem a mais a função de marcar, explícita ou implicitamente, o gênero dos nomes substantivos. O mecanismo da sua flexão de feminino obedece à regra geral do acréscimo da desinência *-a*. A vogal da forma geral masculina, não marcada, em *-o*, átono final, como partícula proclítica, é suprimida regularmente. Obtém-se assim um feminino *a*, que é teoricamente (*o*) + *a*, com cumulação de radical e desinência.

As gramáticas escolares podem, portanto, ensinar o gênero dos nomes substantivos na base da forma masculina ou feminina do artigo, que eles implicitamente exigem.

A descrição do gênero nominal, que acabamos de discutir, sugere algumas regras, muito diferentes das que confusa e incoerentemente oferecem as nossas gramáticas.

⁴ Mesmo quando não se usa o artigo, como em nomes especiais de cidade (*Londres, Paris* etc.), ele aparece se se antepõe ao nome da cidade um adjetivo: *a formidável Londres, a aprazível Paris*. Note-se que esses nomes de cidade têm variação livre quanto ao gênero, como sucede noutro setor semântico com *personagem*: *o formidável Londres, o aprazível Paris*. No feminino escolhe-se o gênero na base de idéia de “cidade”; no masculino, opta-se pelo gênero geral ou não-marcado.

1) Nomes substantivos de gênero único; ex.: (a) *rosa*, (a) *flor*, (a) *tribo*, (a) *juriti*, (o) *planeta*, (o) *amor*, (o) *livro*, (o) *colibri*.

2) Nomes de 2 gêneros sem flexão; ex.: (o, a) *artista*, (o, a) *intérprete*, (o, a) *mártir*.

3) Nomes substantivos de 2 gêneros, com uma flexão redundante; ex.: (o) *lobo*, (a) *loba*; (o) *mestre*, (a) *mestra*, (o) *autor*, (a) *autora*.

44. A outra flexão nominal é a de número.

Aqui, o conceito significativo é muito mais simples e coerente. Trata-se da oposição entre um único indivíduo e mais de um indivíduo. Apenas, cabe ressaltar a situação especial dos «coletivos», em que a forma singular envolve uma significação de plural. É uma peculiaridade da língua interpretar uma série de seres homogêneos como uma unidade superior, que, com a unidade, vem no singular. Mas, visto que na língua «tudo é oposição», como sabemos desde Saussure (Saussure 1922, 166), o coletivo pressupõe sempre em português, como em qualquer outra língua, a existência do conceito e do nome para os indivíduos componentes homogêneos *árvore* ou *casa* não são coletivos, embora sejam conceptualmente passíveis de uma divisão em partes. Mas *rama* ou *folhagem* o são como coleção de *folhas*, *povo* o é porque pressupõe o indivíduo *cidadão*, e assim por diante.

Também sucede uma situação inversa. A forma plural do nome se reporta a um conceito lingüisticamente indecomponível, embora fora da língua se possa entender como uma série de partes componentes. Tal é o caso de *núpcias*, em português, ou de *exéquias*, ou de *funerais*. Referem-se a um contínuo de atos, vistos, lingüisticamente, apenas em glabo, sem apresentarem portanto um singular mórfico correspondente.

Outra aplicação semântica do plural, diversa da da sua oposição a um singular, é o seu uso em alguns substantivos para indicar amplitude: *trevas*, *céus*, *ares*, e assim por diante. Aí há um singular, muito mais ou muito menos usado, como *treva*, *céu*, *ar*, correspondente, e que esse conceito de amplitude deixa de se expressar através de um morfema flexional de plural.

Tanto o plural para a indecomposição lingüística de uma série de partes componentes como para a expressão da amplitude foram reunidos na gramática greco-latina sob a designação de *pluralia tanta*, ou, menos adequadamente, «plural majestático». Esta última denominação, com a sua contraparte, que é a expressão pejorativa,

se refere melhor a um emprego do plural, oposto ao singular, para acentuar exaltação ou desprezo. Aí, o recurso gramatical da flexão de plural é utilizado, já fora da gramática, para fins estilísticos, a fim de «conotar», isto é, provocar no ouvinte uma reação afetiva, em vez de «denotar», ou seja, trazer uma contribuição para o entendimento do significado. O processo estilístico o é especialmente encontrado no uso em plural do nome próprio de um personagem; (ex.: «a que fizeram Os Heráclitos, os Platões na Antiguidade...»); ou, pejorativamente – «Vós, ó *Franças, Semedos, Quintanilhas, / Macedos, e outras pestes condenadas...*» (Bocage, *Obras Poéticas*, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, Lisboa 1902, I, 201).

A oposição singular : plural permeia todo o conjunto de nomes portugueses. Aplica-se não só ao que em matemática se chama «quantidades descontínuas», vistas como um indivíduo e sua soma, mas também aos «nomes de massa» ou «quantidades contínuas» em que falta a conceituação de indivíduos componentes, como *açúcar, farinha, ferro*, etc. Neste último caso, a oposição é entre uma única qualidade ou mais de uma qualidade de substância contínua designada; ex.: *açúcares* (vários tipos de açúcar : o refinado, o grosso, o mascavo, etc.).

45. Já sabemos que o morfema flexional de plural, oposto a um zero (\emptyset singular, é fonologicamente o arquifonema /S/ das 4 fricativas não-labiais (sibilantes: /s/-/z/; chiantes: /s'/-/z'/) em posição posvocálica final.

A sua representação fonológica com o /S/ corresponde à realização do morfema diante de pausa. Esta posição parece a mais natural, desde que estamos focalizando o vocábulo formal isolado. Ela está implícita na letra -s como signo de plural na língua escrita.

Sabemos, entretanto, que fonologicamente há outras possibilidades, que não a sibilante /s/ pressuposta na grafia tradicional. Na área do Rio de Janeiro, que aí coincide com a maior parte do Brasil e o português europeu, /s/ até nunca se realiza. Ele aparece na área sul do Brasil (tipicamente em São Paulo) diante de pausa ou de consoante surda inicial no vocábulo imediatamente seguinte dentro do mesmo grupo de força. Mas entre nós o que temos então é /s'/ (chiente surda). Diante de consoante sonora inicial, sem intervenção de pausa, aparece a sonora correspondente: /z/ na área de São Paulo, /z'/ (chiente sonora) alhures. Uma terceira possibilidade é o fonema /z/ (sibilante sonora prevocálica), quando se dá o fenômeno da «ligação» diante de vogal

inicial, com mudança do corte silábico (*rosas abertas* /rò-za-za-ber-tas'/).

Há assim, dentro de um dialeto regional, três ou pelo menos dois, fonemas possíveis para o morfema flexional de plural em português. Ou em outros termos: o morfema se realiza com dois ou três alomorfes. Mais um alomorfe, que não aparece na área de /s/ ou /z/ sibilante (não chiante) posvocálico, é a realização do fonema com um /i/ precedente, assilábico, depois de vogal tônica. Com ele se neutraliza a oposição entre vogal simples tônica e ditongo decrescente de semivogal /i/ no plural: *pás*, plural de *pá* e *pais*, plural de *pai*, enunciados ambos /paⁱs'/ . Tal neutralização, em proveito do ditongo, entrou na tradição ortodoxa do rimário brasileiro: *nus* rimando com *azuis*, da mesma sorte que, fora da expressão do plural, *Satanás* rima com *espirais* e *traz* com *mais* (Camara 1953, 120-1). Então, «só graficamente se distingue, a rigor, o masc. pl. *alemães* do fem. pl. *alemãs*. Nem é outra a razão da cacografia *treis* – tão radicada na nossa tradição tabelioa e burocrática – em analogia com *seis*, justamente porque não se sente contraste acústico de vogal simples para ditongo entre uma e outra palavra» (Camara 1953, 141).

No registro formal da pronúncia culta, porém, repõe-se a oposição quando o /S/ final se torna prevocálico (/z/) em ligação com uma vogal inicial seguinte: *pás atuam* /pazatua^uN/ distingue-se então de *pais atuam* /paⁱzatua^uN/. Por isso na nossa descrição podemos pôr de lado os alomorfes /ⁱs'/ e /ⁱz'/ decorrentes dessa ditongação. É uma decisão que tem conseqüências importantes na descrição morfológica do plural, como veremos mais tarde.

46. Fora das alomorfias assim fonologicamente condicionadas, temos um mecanismo puramente morfológico, que vamos agora apreciar rapidamente.

Em primeiro lugar, é preciso levar em conta um alomorfe zero (0) para os nomes paroxítonos terminados em /S/, como *simples*, *ourives*, etc. Aí a identificação do número só se faz mediante a concordância com um determinante ou determinado, conforme o caso: *flor simples* (*simples*, singular) – *flores simples* (*simples*, plural); *ourives perito* (*ourives*, singular) – *ourives peritos* (*ourives*, plural).

Em segundo lugar, há certas estruturas nominais que sofrem mudanças fonológicas, quando se lhes acrescenta o morfema flexional /s/ de plural.

Já sabemos que os nomes terminados por consoantes no singular (*mar*, *animal*, *paz*, etc.) correspondem a uma forma teórica

com um tema de vogal *e* (/i/ átono final); **mare*, **animale*, **paze*. Ora, quando a consoante é /l/ (o alofone posterior posvocálico) há com a reposição da vogal do tema e o acréscimo do /S/ uma remodelação da forma do radical.

É preciso distinguir 3 casos:

1) /l/ posvocálico depois de vogal que não seja a vogal anterior alta /i/: Dá-se a supressão do /l/ e a ditongação da vogal temática (/i/ átono final passa de silábico a assilábico).⁵ Ex.: **animale* : **anima(l)es* : *animais*; **anzole* : **anzo(l)es* : *anzóis*; **papele* : **pape(l)es* : *papéis*; **azule* : **azu(l)es* : *azuis*.

2) /l/ posvocálico depois de /i/ átono final: Há a mutação do /i/ para /e/ e as mesmas permutas procedentes. Ex.: **facile* : **facele* : **face(l)es* : *fáceis*.

3) /l/ posvocálico depois de /i/ tônico: Não se dá a reposição da vogal do tema. Há apenas a supressão do /l/ ao se acrescentar o morfema flexional de plural: *sutil* : **suti(l)s* : *sutis*.

Caso, aparentemente mais complexo, é o dos nomes de singular em *-ão*, tônico ou átono. O singular neutraliza 3 estruturas radicais distintas, ou antes, uma estrutura de tema em *-e* e outra, que ora tem o tema em *-e*, ora tem o tema em *-o*. Nesta última a forma teórica coincide com a forma concreta singular e o plural se faz regularmente pelo acréscimo de /S/ do plural: *irmão* – *irmãos*; *órfão* – *órfãos*.

Já a vogal do tema em *-e* se combina com uma estrutura terminada em *-ã/aN/* e outra terminada em *-õ/oN/*. A vogal do tema se incorpora como assilábica à sílaba de travamento nasal e este passa a travar o tema: a) **pãe* /pa^hN/: *pães*; b) **leõe* /leoiN/ : *leões*. Onde:

1) *-ão* : *-ãos*; 2^a) **-ãe* : *-ães*. (Só em *mãe* o tema teórico se realiza no singular: *mãe* : *mães*) ; 2b) **-õe* : *-ões*.

A estrutura 2b é a mais freqüente, ou antes, a estrutura geral, de sorte que a maioria dos singulares em *-ão*, sendo teoricamente **õe*, forma o plural em *-ões*. As duas outras estruturas são tão reduzidas que se podem esgotar em pequenas listas.

Essa simplicidade estrutural só é até certo ponto perturbada pela possibilidade de variação livre de duas ou três estruturas teóricas para vários nomes. Assim, para *aldeão*, temos os 3 plurais *aldeões* (praticamente o normal), *aldeãos* e *aldeães*. Tanto equivale

⁵ Exceto em *mal* e *cônsul*; plural – *males*, *cônsules*.

a dizer que há, para a palavra, como variantes livres, as estruturas teóricas * *aldeõe*, *aldeão* e * *aldeõe*. Essa variação livre não é tão freqüente quanto as longas listas das nossas gramáticas vêm a sugerir. É que muitas das formas que aí se apresentam não existem na realidade na língua viva. São formas «fantasmas», lançadas pelo gramático, por motivo diacrônico, na base das terminações latinas em *-anum* (2ª e 4ª declinação), *-ãnem* (3ª declinação parissilábica do tipo *panis-panis*) e *-õnem* (3ª declinação latina imparissilábica, do tipo *leo-leonis*). Ora, não há paralelismo necessário entre essas estruturas latinas e as nossas, apesar da verdade diacrônica de que a origem das nossas está nas latinas em princípio, quando as nossas são de origem latina⁶, o que nem sempre acontece (cf. port. *alazão*, de origem árabe, teoricamente na nossa sincronia * *alazão*, e *gavião*, de forma teórica análoga, provavelmente de origem gótica) (Nascentes 1966, 24, 353).

⁶ Mas houve o processo, não menos diacrônico, da analogia, que baralhou esse paralelismo, em regra em proveito da estrutura * *-õe*.

XII A SIGNIFICAÇÃO GERAL DAS NOÇÕES GRAMATICAIS DO VERBO

47. Já vimos que as noções gramaticais do verbo em português abrangem os dois morfemas flexionais do tempo e modo, de um lado, e, de outro lado, de pessoa e número. Também vimos que o segundo deles não é propriamente verbal, pois serve para assinalar, apenas na forma verbal, a pessoa pronominal do sujeito, entendido como o ser de que parte o processo verbal.

Nestas condições, o que neste capítulo nos interessa exclusivamente é o primeiro desses morfemas gramaticais, que acumula em si a indicação de tempo e modo do verbo.

Ao contrário do que sucede com as flexões nominais, que acabamos de apreciar, esse estudo semântico referente ao verbo português é sumamente complexo. É talvez onde melhor se evidencia a incapacidade dos métodos da gramática tradicional para fazer justiça a uma interpretação adequada do sistema gramatical português. A situação, que até agora se nos depara, é semelhante à da interpretação dos «casos nominais» em línguas, que possuem esse tipo de flexão, como o latim na Antiguidade e o russo (e menos rigorosamente o alemão)¹ nas línguas modernas da Europa. O estudo dos empregos das formas verbais, que é tradicional nas gramáticas portuguesas, nas linhas desenvolvidas pelo trabalho clássico de Epifânio da Silva Dias (Dias 1918, 181s), tem sido o de fixar cada emprego concretamente, sem cogitar de depreender em cada forma uma significação geral, que, quando muito, é admitida como uma abstração, no undo desnecessária. Desse método podemos dizer o que Jakobson nos diz do método do gramático Potebn'a sobre os casos nominais em russo: «A negação de uma significação geral é aqui levada ao extremo, e na realidade a uma *atomização*» (grifo do autor) «ilimitada e infrutífera das entidades lingüísticas» (Jakobson 1936, 240).

¹ No alemão, as flexões causais estão praticamente obliteradas e substituídas pela flexão do artigo *der, die, das*.

Ora, como afirma o mesmo Jakobson logo na frase inicial desse seu trabalho, «o problema das significações gerais das formas gramaticais constitui evidentemente a base da teoria do sistema gramatical de uma língua» (Jakobson 1936, 240), e, como em seguida estabelece, é «uma pesquisa monstruosa, do ponto de vista científico», «uma morfologia que não leva em nenhuma conta a significação das formas» (Jakobson 1936, 241).

A complexidade para a interpretação do morfema flexional, propriamente verbal, em português, decorre, em primeiro lugar, da cumulação, que nele se faz, das noções de tempo e de modo, além da noção suplementar de aspecto que às vezes se inclui naquela primeira.

Já vimos que não há como difundir o tempo verbal e o modo. Aquele se refere ao momento da ocorrência do processo, visto do momento da comunicação. Este a um julgamento implícito do falante a respeito da natureza, subjetiva ou não, da comunicação que faz. Não obstante, é comum em português, como nas línguas em geral, um emprego modal dos tempos verbais. Andrés Bello o chama expressivamente um «emprego metafórico» (Bello 1943, 161). Neste sentido, Jespersen associa o passado a um valor de irrealidade: «Se quisermos estabelecer uma conexão lógica entre esse uso e o uso temporal normal do pretérito, podemos dizer que o elo comum é que se nega então alguma coisa a respeito do tempo presente» (Jespersen 1929, 265). O futuro para expressar dúvida, sem implicação temporal, também citado por Jespersen, é um fenômeno bem mais conhecido.

Foi o que procurei exemplificar alhures com um trecho de Alexandre Herculano a propósito da interpretação do sentido da palavra germânica *gards*, quando a suscita para logo rejeitá-la como «opinião que seria muito difícil de sustentar à vida dos vários momentos hispano-góticos». O que assim comentei: «Outros seriam os seus propósitos se empregasse ou o futuro do presente ou o presente. Com efeito, em – opinião que será muito difícil de sustentar – já se admite a possibilidade de ela ser sustentada – se vai argumentar contra opinadores reconhecidamente existentes» (Camara 1967A, 65).

É claro que a apreciação do modo em português tem de se firmar inicialmente nas formas modais propriamente ditas, pondo preliminarmente à margem o «emprego metafórico» dos tempos, na designação de Bello.

48. Antes de prosseguir, porém, é necessário delinear o nosso método de pesquisa e apresentação.

Pretendo pautar-me, nesse particular, pelo critério de Jakobson, como ele desenvolve no seu estudo sobre o verbo russo. Eis como ele firma esse critério: «Quando o pesquisador examina duas categorias morfológicas opostas entre si, ele parte muitas vezes do pressuposto de que as duas categorias estão em pé de igualdade e cada uma possui a sua própria significação positiva: a categoria I designa *a*, a categoria II designa *b*, ou pelo menos: I. designa *a*, II. designa a inexistência, a negação de *a*. Na realidade, as significações gerais das categorias correlativas se dividem de outra maneira: quando a categoria I indica a presença de *a*, a categoria II não indica essa presença, isto é, não afirma se *a* está ou não está presente. A significação geral da categoria II, em cotejo com a categoria I, limita-se a uma falta de assinalização de *a*» (Jakobson 1932, 74).

Dentro desse critério, podemos firmar a oposição dos modos em português.

O subjuntivo, incluindo o imperativo, assinala uma tomada de posição subjetiva do falante em relação ao processo verbal comunicado. No indicativo não há essa «assinalização», mas não se afirma a sua inexistência. Por outro lado, o subjuntivo tem a característica sintática de ser uma forma verbal dependente de uma palavra que o domina, seja o advérbio *talvez*, preposto, seja um verbo de oração principal. O imperativo tem a assinalização subjetiva, mas não a subordinação sintática. Já o indicativo não tem nenhuma dessas duas «assinalizações», embora possa possuir, pelo critério de Jakobson, um caráter subjetivo e uma subordinação sintática. Note-se uma e outra no exemplo – «Suponho que é verdade», e a assinalização de um e outra em – «suponho que seja verdade». Já as chamadas formas nominais (infinitivo, gerúndio, particípio), são sintaticamente subordinadas, mas a subordinação se faz por uma «transformação», no sentido de Chomsky, da forma verbal em si, em vez de se fazer como no indicativo e no subjuntivo por uma transformação da oração, em que o verbo se acha, a qual adquire então um conectivo subordinativo oracional, ou seja, uma conjunção subordinativa.

49. Consideremos agora a noção gramatical de tempo. Ela aparece no seu desdobramento pleno no modo indicativo.

Impõe-se uma ressalva preliminar. Há na realidade, no nosso indicativo, dois sistemas verbais possíveis, um exclusivo do outro.

Depende da existência, ou não, de formas específicas, marcadas, para o futuro.

O primeiro sistema, mais simples, é o usual na língua oral, opõe apenas, entre si, um presente e um pretérito. Este é o das formas marcadas para o passado em referência ao momento da comunicação. O uso então do presente é o que se entende tradicionalmente como «presente histórico», isto é, formas não-marcadas para o pretérito, funcionando como tal. Em face do pretérito, o presente, sem a «assinalização» própria, expressa presente, futuro ou um tempo indefinido; ex.: *parto agora; parto amanhã ou daqui a três dias; parto sempre de casa às 10 horas; em face de parti ontem; parti numa sexta-feira do mês passado.*

O pretérito, por sua vez, apresenta duas divisões em sentido diverso: 1) sempre dentro da noção de tempo, pode trazer a assinalização de um pretérito anterior a outro, que é o chamado pretérito mais que perfeito; 2) ou, então, no eixo da noção de aspecto, opõe dois conjuntos de formas verbais: um que assinala o processo inconcluso, ou imperfeito; outro, chamado «perfeito», é indiferente a essa assinalização. O pretérito mais que perfeito é de rendimento mínimo na língua oral, mesmo de registro formalizado de dialeto social culto; ou se emprega, em seu lugar, o pretérito perfeito, que não está formalmente marcado, como sucede com ele; ou se substitui por uma locução de particípio com o verbo auxiliar *ter* no pretérito imperfeito (*tinha cantado* em vez de – *cantara*). Ex.: pretérito imperfeito – *eu já partia quando ele entrou; eu partia sempre de casa às 10 horas; pretérito mais que perfeito eu já partira (ou – tinha partido) quando ele chegou.*

Neste primeiro sistema, o pretérito imperfeito é que tem o emprego «metafórico» para indicar modalmente a irrealidade, uma função que vimos, com Jespersen, caber naturalmente ao passado. Tal emprego é muito comum nas crônicas de *A Semana* de Machado de Assis, que procura assumir um registro coloquial. Eis um exemplo, que já citei alhures: «*Eu, se fosse Presidente da República, promovia a reforma da Constituição para o único fim de chamar-me governador. Ficava assim um governador cercado de presidentes, ao contrário dos Estados Unidos da América do Norte, e fazendo lembrar Napoleão, vestido com a modesta farda lendária, no meio dos seus marechais em grande uniforme*» (cf. Camara 1967A, 74-5).

No segundo sistema superpõe-se à oposição *presente – pretérito* outra na base da noção de futuro. Então, o futuro do presente, como o chamou Said Ali (Ali 1930, 225s), traz a assinalização do futuro em face de um presente indefinido: *parto agora; parto todos os dias*, em face de – *partirei amanhã*. Já o futuro do

pretérito (sempre na terminologia de Said Ali, em boa hora adotada pela Nomenclatura Gramatical Brasileira) assinala um pretérito posterior a um momento passado do ponto de vista do momento em que se fala. Assim nos diz Alexandre Herculano no *Eurico*: «*Sabia que os árabes derramados já pela Galícia não tardariam a envolver na torrente das suas assolações a antiga cidade romana*» (cf. Camara 1967A, 47).

O uso muito menos freqüente do futuro do pretérito, em face do futuro do presente, se explica pelas condições muito especiais em que ele tem cabimento. «Decorre principalmente da circunstância de que a visualização de um momento, já passado, como futuro em relação a outro momento passado que lhe foi anterior – em vez de simplesmente passado em relação ao presente – só se impõe em casos particulares da expressão lingüística», como comentei noutro trabalho, acrescentando: «É preciso que o sujeito falante, reportando-se ao passado e continuando a situar-se no presente, considere dessa posição, por assim dizer ubíqua (= onipresente), o que ocorreu posteriormente ao momento do passado a que assim se reportou. O mais natural é que se coloque, para isso, exclusivamente no presente» (Camara 1967a, 30). Exemplifiquemos com uma narrativa imaginária: «O menino nasceu no dia 13 na velha casa da fazenda. Daí por diante, cresceria em plena liberdade, como um animalzinho selvagem».

Por isso, o uso mais freqüente do futuro do pretérito é o «metafórico», para a expressão da irrealidade, o que sugeri para esse tempo a denominação de «condicional», contra a qual se insurgiu com razão Said Ali².

50. O modo do subjuntivo tem os 3 tempos de presente, pretérito e futuro. A divisão tripartida não é, entretanto, fiel à realidade lingüística. Na verdade, há duas divisões dicotômicas que se complementam.

De um lado, temos uma oposição entre presente e pretérito, em que o pretérito é a forma marcada. Indica diretamente o passado nas orações independentes precedidas do advérbio *talvez*, ou, em orações subordinadas, se relaciona com um indicativo pretérito da oração principal; ex.: *talvez fosse verdade; suponho que fosse verdade*. Comparem-se no presente: *talvez seja verdade; suponho que seja verdade*. De outro lado, temos uma oposição entre pretérito e futuro nas orações subordinadas que estabelecem uma condição prévia do que se vai comunicar; ex.: *se fosse verdade,*

² Para um histórico da questão terminológica, pode-se consultar o meu trabalho *A forma verbal portuguesa em -ria* (Camara 1967A, 3-13).

eu partiria (ou – *partia*) *sem demora*; *se for verdade, eu partirei*, (ou – *parto*) *sem demora*. Note-se que nesta oposição o pretérito indica a irregularidade, enquanto o futuro é indiferente a esse modo de encarar a comunicação – *se for verdade* sugere que pode ser verdade ou não.

É claro que a condição não é necessariamente expressa pela partícula condicional *se*. Pode exprimi-la uma oração marcada pela partícula *quem*, ou *quando* e assim por diante; ex.: *Assim que fizesse sol, eu sairia de casa; quem quiser, poderá procurar-me*.

Desta sorte, o verdadeiro quadro dos tempos no modo subjuntivo é o seguinte:

- 1) orações não-condicionais: a) pretérito; b) presente;
- 2) orações condicionais: a) pretérito; b) futuro.

Ou, noutra disposição:

pretérito { presente (orações não-condicionais)
futuro (orações condicionais).

O imperativo, como já vimos, não é mais que um subjuntivo sem o elo da subordinação sintática. Por isso, confunde-se formalmente com ele no verbo negativo e mesmo no afirmativo, fora da 2ª pessoa gramatical do singular e a 2ª do plural ou 5ª pessoa, que só aparece nos verbos portugueses em registros especiais da língua escrita. Mesmo nessas pessoas pode ter uma forma coincidente com o subjuntivo presente (só tem o tempo presente como a forma mais indefinida do subjuntivo); ex.: «*Seja teu mundo essa encurvada ponte / que, sobre o rio, trêmula, se inclina, / e esse trecho de céu que te ilumina / a larga, franca e pensativa fronte!*» (Ronald de Carvalho, *Poemas e Sonetos*, Livraria Editora Leite Ribeiro, Rio de Janeiro 1923, 209).

51. Resta uma apreciação semântica, nas mesmas linhas, das chamadas formas nominais, cujos nomes tradicionais são – *infinitivo, gerúndio e participípio*.

Aqui, a oposição é aspectual e não temporal. O infinitivo é a forma mais indefinida do verbo. A tal ponto, que costuma ser citado como o nome do verbo, a forma que de maneira mais ampla e mais vaga resume a sua significação, sem implicações das noções gramaticais de tempo, aspecto ou modo. Entre o gerúndio e o participípio há essencialmente uma oposição de aspecto: o gerúndio é «imperfeito» (processo inconcluso), ao passo que o participípio é de

aspecto concluso ou perfeito. O valor de pretérito ou de voz passiva (com verbos transitivos) que às vezes assume, não é mais que um subproduto do seu valor de aspecto perfeito ou concluso.

Entretanto, o particípio foge até certo ponto, do ponto de vista mórfico, da natureza verbal. É no fundo um adjetivo com as marcas nominais de feminino e de número plural em /S/. Ou em outros termos: é um nome adjetivo, que semanticamente expressa, em vez da qualidade de um ser, um processo que nele se passa. O estudo morfológico do sistema verbal português pode deixá-lo de lado, porque morfológicamente ele pertence aos adjetivos, embora tenha valor verbal no âmbito semântico e sintático.

O gerúndio, ao contrário, é morfológicamente uma forma verbal. Mesmo como determinante de um substantivo (para indicar um processo que nele se passa) não concorda com ele nem em número nem em gênero.

XIII

A FLEXÃO VERBAL PORTUGUESA.

O PADRÃO GERAL

52. O verbo é em português o vocábulo flexional, por excelência, dada a complexidade e a multiplicidade das suas flexões. As duas noções gramaticais de tempo e modo, de um lado, e, de outro lado, de pessoa e número do sujeito, que a forma verbal indica em princípio, correspondem a duas desinências, ou sufixos flexionais, que podemos chamar, respectivamente, sufixo modo-temporal (SMT) e sufixo número-pessoal (SNP). Eles se aglutinam intimamente num global sufixo flexional (SF), que se adjunge ao tema do verbo (T), constituído pelo radical (R) seguido da vogal temática (VT) da conjugação correspondente.

No padrão geral dos verbos portugueses o radical é uma parte invariável. Constituído de um morfema lexical, acrescido, ou não, de um ou mais morfemas derivacionais, ele nos dá a significação lexical, permanente, do verbo. A indicação das noções gramaticais (1 – modo e tempo, 2 – número e pessoa) cabe ao sufixo flexional com seus dois constituintes aglutinados.

Assim, temos uma fórmula geral da estrutura do vocábulo verbal português:

$$T (R + VT) + SF (SMT + SNP)$$

Levando-se em conta a alomorfia de cada um dos sufixos flexionais e a possibilidade de zero (⁰) para um deles ou ambos, tem-se nesta fórmula a regra geral da constituição morfológica do verbo português.

A cumulação num único morfema das noções de modo e tempo determina evidentemente, em princípio, 13 sufixos modo-temporais. Só esporadicamente há neles alomorfia na base da classe mórfica, ou «conjugação», a que o verbo pertence.

Da mesma sorte, há 6 sufixos número-pessoais, para indicarem com o sujeito o falante ou P(essoa) 1, o falante e mais alguém ou P(essoa) 4, um ouvinte ou P(essoa) 2, mais de um ouvinte ou

P(essoa) 5, um ser ou mais de um ser distintos do falante e do ouvinte, ou seja, respectivamente, P(essoa) 3 e P(essoa) 6.

Em referência às classes mórficas, ou conjugações, em que se distribuem os nossos verbos, a divisão tripartida é uma aproximação da realidade. Na verdade, em face de uma 1ª classe, ou conjugação I (C I) há outra classe que em certas formas se divide numa conjugação II (C II) e numa conjugação III (C III).

É curioso observar que essa análise nunca foi tentada em nossas gramáticas de maneira cabal e coerente. Nem Said Ali, talvez o melhor descritivista gramatical que tivemos para o português, se deu conta do problema. Enfrentou-o em parte, mas insatisfatoriamente, João Ribeiro (Ribeiro 1923). Em Portugal, Ribeiro de Vasconcelos executou uma análise diacrônica, partindo dos constituintes em latim para deprender os seus aspectos na língua portuguesa atual. Já sabemos como tal método é um equívoco na descrição sincrônica (Vasconcelos s/d).

O método por que propugnamos (=defendemos) já foi exposto num capítulo anterior para exemplificar o que se entende por «comutação» em análise descritiva. Focalizamos então a forma verbal *falamos*.

Aqui vamos apenas apresentar metodicamente os resultados, componente por componente, para o padrão geral dos verbos portugueses, justamente aqueles que a gramática tradicional considera os verbos «regulares».

Considerando as 6 pessoas gramaticais, não levamos em conta que a 5ª, ou 2ª do plural, é de um rendimento mínimo, pois está circunscrita a certos registros especiais da língua escrita. Também nos abstraímos da circunstância de que a 2ª pessoa só esporadicamente aparece na fala coloquial culta da área do Rio de Janeiro. No dialeto geográfico e social, que é a base deste livro, o ouvinte, no singular e plural, como sujeito, leva o verbo para a 3ª e a 6ª pessoa respectivamente. Em vez dos pronomes de 2ª e 5ª pessoa gramatical, usam-se, conforme os graus de intimidade ou distanciamento social, para sujeito, os nomes *você(s)* e *(o, a)(s)* * *senhor* e *(a) (s)* com o verbo morficamente na 3ª ou na 6ª pessoa, segundo se trate de um ouvinte apenas ou mais de um.

Também, entre os sufixos modo-temporais, não levamos em conta o pouco rendimento do pretérito mais que perfeito, já aqui salientado. Nem a obsolescência da área do subjuntivo não subordinado, ou imperativo, invadida pelo indicativo.

O objetivo longínquo de servir com este livro de ponto de partida para a gramática escolar da língua nos aconselha a essa atitude conservadora. Afinal de contas, todos esses usos ainda se encontram alhures na vasta área da língua portuguesa em Portugal e no Brasil.

53. As primeiras regras a descrever na análise dos verbos portugueses em seu padrão geral são as referentes à distribuição do acento. Já sabemos como a condição de tônica, pretônica, postônica não-final e postônica ou átona final altera fonologicamente o vocalismo português. Daí decorrem alomorfes fonologicamente condicionados, que apreciamos para o registro formal da língua culta da área do Rio de Janeiro. Em regra, no verbo português, a tonicidade incide na vogal temática, que assim entra no quadro pleno das vogais portuguesas. A vogal temática só é átona final em P 1,2,3,6 do indicativo presente, incluindo-se neste P 2 do subjuntivo não-subordinado ou imperativo.

Temos então na 1ª conjugação para /a/ o alofone posterior, ou «abafado» da posição átona final, e na 2ª e 3ª conjugação uma confluência de formas, determinada pela neutralização fonológica entre /e/ e /i/. A língua escrita adota então uma grafia com a letra *-e*. Nos dois futuros ela é pretônica, pois o acento incide no sufixo modo-temporal. Mas para o português do Brasil isso não traz outra consequência senão o «abafamento» alofônico de /a/, na 1ª conjugação. A distinção pretônica entre /e/ e /i/ mantém separadas as conjugações 2ª e 3ª.

Há, entretanto, uma outra possibilidade para a vogal temática. É ela ser zero. Em P1 do indicativo presente a sua eliminação resulta da adjunção do alomorfe *-o*, (/u/ átono final) do sufixo número-pessoal, em virtude da lei fonológica geral de que o acréscimo de um novo constituinte que começa ou se resume numa vogal leva à superação da vogal átona final: /a'ma/ + /u/ = /amu/ *amo*, /te'mi/ + /u/ = /te'mu/ *temo*, /par'ti/ + /u/ = /par'tu/ *parto*. No subjuntivo presente, o sufixo modo-temporal (*-e*, na 1ª conjugação; *-a* na 2ª e 3ª) conduz pelo mesmo motivo à eliminação da vogal temática: 1) *ama* + (*e, es, e, emos, eis, em*) = (*ame, ames, ame, amemos, ameis, amem*); 2) *teme* + (*a, as, a, amos, ais, am /a^uN/*) = (*tema, temas, tema, temamos, temais, temam* – *parte* + (*a, as, a, amos, ais, am /a^uN/*) = (*parta, partas, parta, partamos, partais, partam*).

Fora dessas formas verbais de vogal temática átona final, ditas «rizotônicas», porque o acento passa a incidir na vogal do radical, a vogal temática tônica (ou pretônica nos futuros do indicativo) caracteriza nitidamente a classe ou conjugação da forma verbal. Há apenas uma circunstância curiosa na 1ª conjugação. Nas formas, como *amei* e *amou*, da P 1 e P 3 do indicativo pretérito perfeito, o cotejo com as formas correspondentes da 2ª e 3ª conjugação (*temi, parti; temeu, partiu*) nos conduz a consi-

derar simetricamente *-e-* e *-o-* como alomorfes da vogal temática *-a-*. Em P 3, a simetria é evidente:

tem	e	/u / ^u /
part	i	/u / ^u /
am	o	/u / ^u /

Em outros termos, à vogal temática se acrescenta, como sufixo número-pessoal, a vogal assilábica *-u*, sendo zero o sufixo modo-temporal.

Em P 1 devemos levar em conta que a vogal temática da 2ª e da 3ª conjugação é igualmente *-i-* (neutralização entre as duas conjugações), e um sufixo número-pessoal *-i* assilábico se funde com a vogal temática *-i-* da 2ª e 3ª conjugação e se ditonga com o alomorfe *-e-* da vogal temática da 1ª conjugação:

tem	i		
part	i		
am	e	i	/i/

O alomorfe *-o-*, em vez de *-a-*, para a vogal temática da conjugação 1, é compreensível, uma vez que não há nos verbos portugueses uma vogal temática /ô/. Para a interpretação de *amei* pode-se objetar que /ê/ já é vogal temática da 2ª conjugação. Mas justamente nessa forma verbal a 2ª conjugação conclui com a 3ª e tem a vogal temática /i/. Por isso, a presença de /ê/ logo indica que neste caso se trata da 1ª conjugação, tão bem como indicaria a vogal /a/. Nada mais expressivo para mostrar como a forma lingüística não se identifica com a substância fônica e continua bem individualizada enquanto se mantém a opo.sição, embora deslocada em suas substâncias, que a distingue de outra forma (aqui /ê/-/i/ em vez de /a/-/ê/).

Convém resumir todas essas considerações relativas às vogais temáticas e conseqüentes temas no padrão geral dos verbos portugueses.

Antes de fazê-lo, de acordo com a técnica descritiva iniciada por Pânini, adotemos uma representação acrográfica para os modos e tempos portugueses:

Indicativo: Id. Subjuntivo não-subordinado ou Imperativo: Sb₁. Subjuntivo subordinado, ou propriamente dito: Sb₂. Infinitivo: If. Gerúndio: Gd. Particípio: Pa.

Presente: Pr. Pretérito Imperfeito: Pt₁. Pretérito Perfeito: Pt₂. Pretérito Mais que Perfeito: Pt₃. Futuro do Presente: Ft¹. Futuro do Pretérito: Ft₂.

Daí, o seguinte resultado:

C I:

Marca: /a/ tônico em geral; pretônico em IdFt₁, Ft₂; átono final : P 2, do Sb₁ e P 2, 3, 6 do IdPr.

Alomorfia: /ê/ em P 1 do IdPt₂; /ô/ em P 3 do IdPt₂; Sb₂Pr e P 1 do IdPr.

C II:

Marca: /ê/ tônico em geral; pretônico em IdFt₁, Ft₂; átono final com a supressão da oposição /ê/-/i/ em P 2 do Sb₁ e P 2, 3, 6 do IdPr.

Alomorfia: ^ø em Sb₂ Pr e P 1 do IdPr.

Confluência com C III: IdPt₁ P 1 de IdPt₂, Pa.

C III:

Marca: /i/ tônico em geral; pretônico em IdFt₁, Ft₂; átono final com a supressão da oposição /i/-/ê/ em P 2 do Sb₁; e P 2, 3, 6 do IdPr.

Alomorfia: ^ø em Sb₂Pr e P 1 do IdPr.

É claro que qualquer forma em que a vogal temática é tônica dá distintamente a conjugação do verbo. A escolha do infinitivo para isso, em nossas gramáticas, não passa de uma convenção da descrição, em virtude da circunstância de ser o infinitivo, como já vimos, a forma verbal mais indefinida quanto às noções gramaticais.

Isto posto, apreciemos os dois componentes do sufixo flexional SF, começando pelo último, ou seja, o sufixo número-pessoal SNP.

P 1:

Marca ^ø em geral.

Alomorfias: -o átono final em P 1 do IdPr; -i assilábico em IdPt₂ (fundindo-se com a vogal temática -i em C II e C III) e em IdF₁.

P 2:

Marca /S/ -s em geral.

Alomorfias: ^ø em Sb₁; -ste em IdPt₂.

P 3:

Marca ^ø em geral.

Alomorfia: -u assilábico em IdPt₂.

P 4:

Marca geral: *-mos*.

P 5:

Marca em geral: *-is* assilábico, ditongando-se com a vogal temática ou a vogal final de SMT.

Alomorfa: *-stes* em IdPt₂; *-i* assilábico em Sb₁ (fundindo-se com a vogal temática em C III) ; *-des* em SbFt.¹

P 6:

Marca geral: /N/, escrito *-m*.

Alomorfa, fonologicamente condicionada: /^uN/, escrito *-m* diante de /a/.

Passemos ao sufixo modo-temporal SMT, que o antecede:

IdPr; Sb₁; P 1, 2, 3, 4, 5 do IdPt₂: \emptyset .

IdPt₁: *-va-* em C I; *-ia-* em C II e C III.

Alomorfa: *-ve-* e *-ie*, respectivamente, em P 5.

IdPt₃: *-ra-*, e em P 6 de IdPt₂.

Alomorfa: *-re-* em P 5 de IdPt₃.

IdFt₁: /ra'/ tônico em P 2, 3, 6.

Alomorfa: /rê'/ tônico em P 1, 4, 5.

IdFt₂: /ri'a/.

Alomorfa: /ri'e/ em P 5.

Sb₂Pr: *-e-* em C I; *-a-* em C II e C III. Sb₂Pt: /se/, escrito *-sse*.

Sb₂Ft e If: *-r* em P 1, 3, 4, 5.

Alomorfa: *-re-* em P 2, 6.

Gr.: /Ndu/, escrito *-ndo*.

Pa.: *-do*.

54. Note-se que nas segunda e terceira conjugações a vogal tônica do radical sofre uma alternância submorfêmica, que fortalece a oposição entre P 2, 3, 6 do IdPr com P 2 do Sb₁ de um lado, e, de outro lado, P 1 de IdPr e Sb₂Pr (onde o vocalismo radical de P 4, 5, arizotônicas, acompanha o das formas rizotônicas).

¹ Nos radicais monossilábicos terminados em /e/, em C II, e em /i/, em C III, o SNP de P 5 é também *-des* e *-de*, respectivamente, em IdPr e Sb₁: ex. *credes* (R = krê'), *crede: rides* (R = /ri'/), *ride*.

Em C II o radical teórico com a vogal média de 1º grau (aberta), tal como se deduz de P 2 IdPr, fecha o seu timbre naquelas outras formas.

Em */bèb/ (cf. *bebes* /bè'bis/) passa a /bêb/: *bebo* /be'bu/, *beba* /bê'ba/, etc. Em */kó'r/ (cf. *corres* /kóriS/) passa a /kô'r/: *corro* /kô'ru/, *corra* /kô'ra/, etc.

Em C III o radical teórico com vogal média, tal como se deduz de P 2 IdPr, passa a ter a vogal alta correspondente, naquelas outras formas.

Em */fê'r/ (cf. *feres* /fè'r'is), */sêN't/ (cf. *sentés* /sêN'tis/) passam a *firo* e *fira*, etc. Em */kó'br/ (cf. *cobres* /ko'bris/), */sô'm/ (cf. *somes* /sô'mis/) a vogal passa a *cubro*, *cubra*, etc., *sumo*, *suma*, etc.²

Por outro lado, fonologicamente condicionada, ditonga-se a vogal radical tônica /e/ em hiato com *-o* (/u/ silábico) ou *-a*. Ex.: *passeio*, *passeias*, etc. em face de *passear*, etc.³

² Nas formas arrizotônicas, em que a tonicidade incide na vogal temática, a vogal pretônica /ê, ô/ do radical, em C III, passa freqüentemente a vogal alta /i, u/ por causa da harmonização vocálica, que já apreciamos na fonologia. Isto determina, especialmente com a vogal posterior arredondada, uma hesitação gráfica em *-o* e *-u*, do radical, nas formas arrizotônicas, que a ortografia tem resolvido arbitrariamente. Daí, variantes gráficas como *tossir* e *tussir*. O melhor critério seria escrever *-o-* sempre que a correspondência é com um radical teórico com /ò, ô/ tônico. Assim se escreveria *constróir*, por causa de *constróis*, *constrói* etc., mas *instruir*, *influir*, por causa de *instruis* etc., *influis* etc.

³ Na segunda conjugação, em vez do que acontece na primeira, esta ditongação se estende às formas arrizotônicas de P 4, 5 de Sb₂Pr: *leiamos*, *leiais*; *creiamos*, *creiais* (cf. ao contrário – *passeemos*, *passeeis* etc.). Por outro lado, nas formas arrizotônicas, como já sabemos, /e/ átono em hiato passa a /i/, mesmo no registro formal. Daí, uma mera diferença gráfica de verbos em *-ear* e em *-iar*. Entre os escritos desta última maneira, *odiar*, *ansiar*, *incendiar*, *mediar* e *remediar* têm as formas rizotônicas *odeio* etc., *anseio* etc., *incendeio* etc., *medeio* etc., *remedeio* etc., como registrou Said Ali para o português culto do Brasil. Em outros termos, o radical teórico, tirado de P 2 IdPr é */odê'a/, /aNsê'a/ etc. Já formas rizotônicas como *negocio* etc. correspondem a um radical teórico /negosi'a/ etc., sem ambiente para a ditongação.

XIV OS PADRÕES ESPECIAIS DOS VERBOS EM PORTUGUÊS

55. O que nossas gramáticas alinham, em ordem alfabética, como «verbos irregulares», deve ser entendido como um desvio do padrão geral morfológico, que não deixa de ser «regular», no sentido de que é suscetível a uma padronização também. A descrição dos verbos ditos «irregulares» resume-se assim na apresentação de pequenos grupos de verbos, com certos padrões comuns, que se podem perfeitamente tornar explícitos. A enumeração desses verbos em «ordem alfabética» (isto é, por um critério ordenador externo e superficial) deve ceder lugar a novo tratamento descritivo. Ainda aqui é preciso fugir da memorização pura e simples, que é o mais inconveniente meio de aprender. Na realidade, o estudante com ela só aprende afinal, porque consegue entrever um pouco, embora intuitivamente, as relações e coincidências que a enumeração alfabética convencional está encobrindo.

Em princípio, a «irregularidade» pode-se referir ao sufixo flexional, como vimos em nota ao capítulo anterior para SNP = *-des*, em *credes*, *ledes*, etc. Muito mais relevante há a mudança no radical, que passa a contribuir para as noções gramaticais de modo-tempo e número-pessoa. A mudança no radical é que é verdadeiramente importante e cria uma série de padrões morfológicos verbais, que vamos apreciar no presente capítulo.

Concomitantemente há constantes supressões da vogal temática. O padrão geral assenta, essencialmente, num radical imutável, a não ser as alternâncias vocálicas de C II e C III nas formas rizotônicas, e, ainda nestas, a ditongação do /e/ tônico radical em hiato, fonologicamente condicionada.

Os padrões especiais, por sua vez, não são inteiramente caprichosos e arbitrários. Há neles uma organização imanente, que se impõe claramente depreender. Como na loucura, há uma lógica implícita, que o gramático, como naquela o psiquiatra tem o dever de explicitar.

56. O padrão especial mais relevante é o que estabelece uma oposição entre o radical de IdPt₂, IdPt₃, Sb₂Pt, Sb₂Ft e o das outras formas verbais. Podemos dizer que do radical R destas últimas formas se distingue um radical R' daqueles tempos. São ao todo 15 verbos em que isso acontece. A diferença entre R e R' vai de uma simples mudança de tema (C I versus C II em *dar*, C II versus C III em *ver*) a profundas mudanças na estrutura fonológica do radical. No mais, todas as formas de R' pertencem a C II, com uma vogal temática /é/, em vez de /ê/, e uma característica básica para P 1, 3 de IdPt₂. Estas são formas rizotônicas, sem sufixo flexional, sequer vogal temática, ou um /i/ -e átono final, indiferenciado. No mais, todas as formas com R' são perfeitamente regulares, ou seja, com as desinências de pleno acordo com o padrão geral.

O tema teórico é dado pela segunda pessoa do indicativo pretérito perfeito (P 2 IdPt₂), uma vez abstraído o sufixo número-pessoal SNP *-ste*.

Temos assim:

1) R' /dè/, em oposição a R /da/ de *dar*. Cf. *deste*: (eu) *dei* (C I), (ele) *deu* (mas /ê/ fechado, C II).

R' /vi/, em oposição a R /vê/ de *ver*. Cf. *viste*: (eu) *vi*, (ele) *viu* (regulares).

E mais:

2a) 6 verbos em que há, indiferenciado, ou não, um -e, átono final, com a confluência entre as duas formas número-pessoais:

/dis/. Cf. *disseste*: (eu, ele) *disse*.

k/iz/. Cf. *quiseste*: (eu, ele) *quis*.

/kôub/. Cf. *coubeste*: (eu, ele) *coube*.

/ôuv/. Cf. *houveste*: (eu, ele) *houve*.

/trôus/. Cf. *trouxeste*: (eu, ele) *trouxe*.

/sô^ub/. Cf. *soubeste*: (eu, ele) *soube*.

2b) 3 verbos de P 1, 3 IdPt₂, atemáticos, opostos a uma alternância /i:/ê/:

/fiz/. Cf. *fizeste*: (eu) *fiz*, (ele) *fez*.

/tiv/. Cf. *tiveste*: (eu) *tive*, (ele) *teve*.

/estiv/. Cf. *estiveste*: (eu) *estive*, (ele) *esteve*.

2c) 2 verbos de P 1, 3 IdPt₂ opostos por uma alternância /u:/ô/:

/pude/. Cf. *pudeste*: (eu) *pude*, (ele) *pôde*.
/puz/. Cf. *puseste*: (eu) *pus*, (ele) *pôs*.

2d) 1 verbo de P 3, 1 IdPt₂, opostos por uma alternância /ô/ : /u/ : /fô/. Cf. *foste*: (ele) *foi*, (eu) *fui*.

2e) 1 verbo de P 1, IdPt₂ atemático e P 3 IdPt₂, regular, mas com /u/ (SNP) silábico, opostos por uma alternância /i/ : /ê/ : /viN/. Cf. *vieste*, com a perda do travamento nasal por causa do hiato com a vogal temática /ê/: (eu) *vim*; (ele) *veio* (/veN/ perde o travamento nasal por causa do hiato com SNP /u/ silábico sofre a ditongação de /e/ tônico em hiato).

57. A essas 14 estruturas de R' correspondem 15 de R, porque /fô/ se relaciona, para R, tanto com o verbo *ser* como com o verbo *ir*.

Às estruturas de R corresponde uma oposição entre R e RI nas formas rizotônicas. Ou seja: R para P 2, 3, 6 IdPr, mas RI para Sb₂Pr (abrangendo as formas arrizotônicas de P 4, 5) e P 1 IdPr.

Podemos dividir as estruturas de RI em cinco grupos. Em primeiro lugar, há as que alargam o radical R, mediante a ditongação com um /i/ assilábico da vogal radical. Depois, temos as que acrescentam o R um fonema ou grupos de fonemas. Em terceiro lugar, há as que trocam a última consoante de R. Consideramos num quarto tipo, à parte, os verbos de R com travamento nasal /teN/, /poN/, e /veN/, (/viN/ em R). Finalmente, há os dois verbos correspondentes a R' /fô/, em que R é um grupo de radicais heterônimos.

Temos assim as seguintes estruturas de R₁:

1) *caiba*, etc., *caibo*: *cabes*, *cabe*, *cabem*;
saiba, etc. (mas – P 1 IdPr *sei*, com uma forma reduzida ao radical):¹ *sabes*,
sabe, *sabem*;
queira, etc. (mas P 1 IdPr, sem mudança, *quero*): *queres*, *quer* (sem vogal temática no português do Brasil), *querem*;

¹ Isto é, um teórico **saib* passa a *sei*.

2) *veja, etc., vejo: vês, vê, vêem* (para *vês, vê* com R /vê/ se funde a vogal temática);
esteja, etc. (mas P 1 IdPr – *estou*, sem mudança):² *estás, está, estão* (R = *est*, teoricamente *st³, donde uma vogal temática tônica);

3) *diga, etc., digo: dizes, diz* (sem vogal temática), *dizem;*
traga, etc., trago: trazes, traz (sem vogal temática), *trazem;*
faça, etc., faço: fazes, faz (sem vogal temática), *fazem;*
possa, etc., posso: podes, pode, podem, haja, etc. (mas P 1 IdPr *hei*, com uma forma reduzida ao radical):⁴
hás, há, hão (teoricamente *havs, *hav, *hav/N/, sem vogal temática, donde a supressão fonológica do /v/).

4) Os verbos de R com travamento nasal não têm em princípio vogal temática e mudam o travamento /N/ para /n'/ (molhado) na sílaba seguinte:

tenha, etc., tenho: tens, tem, têm;
venha, etc., venho: vens, vem, vêm;
ponha, etc., ponho: pões, põe, põem (com uma vogal temática indiferenciada de C II e C III).

Esses verbos perdem fonologicamente o travamento nasal /N/ diante de /r/ na mesma sílaba, no infinitivo, e o R assim modificado se estende aos futuros do indicativo: *ter, terei etc., teria etc.; vir, virei etc., viria, etc.* com a variante de R = /viN/, em vez de /veN/; *pôr, porei, etc., poria, etc.*

Além disso, têm o indicativo rizotônico, com SNP reduzido a –a (em vez de –ia) e vogal alta no radicalônico:

tinha, etc.;
vinha, etc.;
punha, etc.

5) Quanto aos verbos com heteronímia em R (correspondentes a R' /fô/), temos:

² Admitindo-se que o radical teórico é “/stê/, com um desdobramento de um -s /i/ inicial para se evitar o grupo inicial /st/, tem-se um monossílabo, como /sô/, /vô/. Ora, em português pode-se considerar -au /ou/ como a realização em monossílabo de /ô/ para um registro formal, pelo qual se procura pautar a língua escrita. Dai, *estou*, como *sou, vou*. Este argumento sincrônico me foi sugerido por Eugenio Coseriu, quando em 1962, por ocasião do IV Colóquio Luso-Brasileiro em Salvador, apresentei uma comunicação sobre “A análise mórfica do verbo em português”.

³ Ver nota anterior 2.

⁴ Isto é, * *haj* reduzido a *hei*, como * *saib* a *sei* (ver nota 1).

a) R = *se*, que explica – If. *ser*, IdFtI *serei* etc., IdFt2 *seria* etc., e as variantes *so* (*somos*, *sois*, atemáticos) e *sa* (P 6 IdPr *são*). Em P 1 Id Pr *sou*, R está reduzido a *s*-.⁵ Em Sb₂Pr R1 = *sej* (R ampliado como em 2); donde – *seja*, etc. R = *e*, ampliado em *er-* /*er'*/ em IdPt₁ > rizotônico, com SNP = *a* átono (em vez de *-ia*); donde – *és*, *é*, *era*, etc.

b) R = *va*, que explica todas as formas rizotônicas de IdPr e todo o Sb₂Pr: *vou* (R reduzido a *v-*)⁶, *vais*, *vai vão* (sem vogal temática), *vá*, etc.

c) R = *i*, que explica P 5 IdPr *ides*, If. *ir*, IdFt₁ *irei* etc., IdFt₂ *iria* etc., Gr *indo*, Pa *ido*, IdPt₁ *ia*, etc. (C com a vogal temática fundida na vogal radical).

Alguns verbos sem R' também apresentam a oposição R *versus* R₁: *requeira* etc., *requeiro*: *requeres*, *requer* (sem vogal temática no português do Brasil), *requerem*;

perca etc., *perco*: *perdes* *perde*, *perdem*;

valha etc., *valho*: *vales*, *vale*, *valem*;

meça etc., *meço*: *medes*, *mede*, *medem*;

peça etc., *peço*: *pedes*, *pede*, *pedem*;

ouça etc., *ouço*: *ouves*, *ouve*, *ouvem*.

58. Resta a considerar, para os verbos portugueses em geral, um padrão especial para o particípio (Pa).

Vimos que aí o padrão geral é *-do*, precedido da vogal temática (*amado*, *temido*, *partido*, que em C II e C III conflui para /i/).

Ora, pode aparecer um particípio rizotônico, de tema nominal *-o*, e menos freqüentemente *-e*, na base do radical do infinitivo ou um seu alomorfe.

Em alguns verbos providos de R' é este o único particípio existente. Em outros verbos, esse padrão especial está em variação livre com o padrão geral em *-(a)do* (C I) e *(i)do* (C II e C III).

Podemos dividir esses padrões especiais em dois grupos: 1) na base do radical do infinitivo; 2) na base de um alomorfe do radical do infinitivo.

1) São todos verbos de C I. Dada a situação ambígua, já aqui comentada, do particípio como forma verbal e como nome adjetivo, algumas gramáticas aumentam a lista, incluindo formas que são

⁵ Ver acima nota 2.

⁶ Ver acima nota 2.

na realidade nomes adjetivos cognatos do verbo.⁷ Por outro lado, em certos dialetos sociais, alguns desses nomes adjetivos têm, com efeito, função de particípio (um bom exemplo é *limpo*, relacionado a *limpar*). No português europeu, em certos dialetos sociais, há o padrão especial, como a vogal temática *-e*, para mais alguns verbos de C I. Ora são incluídos, ora excluídos da língua literária,

aceito ou *aceite* para *aceitar*; variante do padrão geral: *aceitado*;
assente para *assentar*; variante do padrão geral: *assentado*;
entregue para *entregar*; variante do padrão geral: *entregado*;
expresso para *expressar*; variante do padrão geral: *expressado*;
expulso para *expulsar*; variante do padrão geral: *expulsado*;
frito para *fritar*; variante do padrão geral: *fritado*;
ganho para *ganhar*; variante do padrão geral: *ganhado*;
gasto para *gastar*; variante do padrão geral: *gastado*;
pago para *pagar*; variante do padrão geral: *pagado*;
salvo para *salvar*; variante do padrão geral: *salvado*;
solto para *soltar*; variante do padrão geral: *soltado*.

A gramática normativa tem procurado, sem grande resultado, regulamentar o emprego de uma ou outra forma. Na realidade, a tendência do uso lingüístico é ampliar o emprego do padrão geral.

2) Verbos em que há a oposição R - R':

2a) *dito* para *dizer*;
feito para *fazer*;
posto para *pôr*;
visto para *ver*.

Tido é o radical /tiN/, sem travamento nasal, por /teN/, e SMT *-do* sem vogal temática. Outra interpretação é o radical reduzido *t-* (*te-*, do infinitivo, com a supressão da vogal átona final) e o sufixo do padrão geral *-ido*.

2b) (Verbos apenas com R):

eleito para *eleger*; variante do padrão geral: *elegido*;
enxuto para *enxugar*; variante do padrão geral: *enxugado*;
expresso para *exprimir*; variante do padrão geral: *exprimido*;
impresso para *imprimir*; variante do padrão geral: *imprimido*;
frito para *frigir*; variante do padrão geral: *frigido*;
morto para *morrer*; variante do padrão geral: *morrido*;
morto para *matar*; variante do padrão geral: *matado*;
preso para *prender*; variante do padrão geral: *prendido*; *suspensio* para *suspender*, variante do padrão geral: *suspendido*.

⁷ Aqui seguimos o critério de Said Ali (Ali s.d., 132s).

XV O SISTEMA DE PRONOMES EM PORTUGUÊS

59. Já vimos como os pronomes se caracterizam pela noção gramatical de pessoa e em que ela consiste. É uma noção que se expressa pela heteronímia, em vez da flexão, ou seja, pela mudança do vocábulo gramatical. Também já conhecemos, em princípio, o sistema desses pronomes, ditos «pessoais», cuja função básica é indicar essa noção de pessoa. Há um falante – *eu*, que pode associar a si uma ou mais pessoas – *nós*, constituindo a primeira pessoa do singular, ou P 1, e a primeira pessoa do plural, ou P 4. A eles se opõe um ouvinte (segunda pessoa do singular ou P 2) – *tu*, ou mais de um ouvinte (segunda pessoa do plural ou P 5) – *vós*. Todos os seres que ficam fora do eixo falante ouvinte, constituem a terceira pessoa do singular, ou P 3, ou a terceira pessoa do plural (P 6) – *ele*, com o feminino *ela*, e *eles*, com o feminino *elas*, respectivamente (alternância submorfêmica /ê/ : /è/ no radical feminino).

Essas formas pronominais, ditas retas, são as dos pronomes usados em frase isolada ou como sujeito de um verbo. A seu lado, temos duas outras séries de formas, também ditas formas oblíquas.

Uma é adverbial, isto é, usada como forma dependente junto a um verbo, para expressar um complemento, que fonologicamente é uma partícula proclítica ou enclítica do verbo; respectivamente: *me*, *nos*; *te*, *vos*; *o*, *a*, ou *lhe*; *os*, *as*, ou *lhes*. Outra série oblíqua é a de partículas que funcionam sob a subordinação de uma preposição; estas, na realidade, estão limitadas às formas de P 1 e P 2, pois para as demais pessoas funcionam as formas retas. Fonologicamente, são partículas tônicas, cabendo em regra uma posição proclítica à preposição subordinante. Alomorfes desta última série, para P 1, 2, 4, 5, são os que aparecem aglutinados à *preposição com* – *(co)migo*, *(con)tigo*, *(co)nosco*, *(con)vosco*.

A análise apreciativa dessa descrição põe em relevo certos fatos estruturais importantes.

Em primeiro lugar, nota-se uma diferença entre as formas primeira e segunda do singular e plural (P 1, 2, 4, 5) e as formas da terceira pessoa (P 3, 6), providas de feminino e plural à maneira dos nomes, e enquadráveis no tema nominal em *-e* (*ele*, como *mestre*, *ela*, como *mestra*, *eles*, como *mestres*, *elas*, como *mestras*). Ainda no campo da terceira pessoa do singular e plural, notamos uma oposição da série *o*, *a*, de um lado, e, de outro lado, *lhe*, correspondente à oposição entre caso acusativo e caso ativo no sistema nominal e pronominal do latim. A primeira série, que caracteriza o chamado «objeto direto», completa a significação de certos verbos ativos, em que a ação, partida do sujeito, recai diretamente num outro ser, que é o objeto dessa ação. Ao contrário, a forma *lhe* é privativa daqueles verbos ativos em que a ação culmina num objeto, dito «indireto», como um ponto terminal de referência; quando expresso por um substantivo, tal objeto se subordina ao verbo por intermédio da preposição *a*. Assim, as sentenças – *Maria ama Pedro* e *Pedro ama Maria* transformam-se pronominalmente em – *Maria o ama* e *Pedro a ama*, respectivamente.

Já *Pedro fala a João* ou *fala a Maria* transforma-se em *Pedro lhe fala*. Desta sorte, nas terceiras pessoas do singular e do plural, cindem-se as formas oblíquas adverbiais, proclíticas ou enclíticas fonologicamente, uma de acusativo, do tema em *-o*, com o feminino em *-a*, e outra, do dativo, com um tema em *-e*, sem variação de gênero. Uma e outra têm um plural nominal em /S/: *as*, *as*, *lhes*.

Por outro lado, as formas oblíquas adverbiais de P 4 e P 5 só aparentemente são diferentes das formas retas *nós* e *vós*. A sua única marca distintiva é que, como partículas átonas, perdem a vogal média aberta /ò/, do quadro das vogais tônicas e ficam na realidade com um /u/ do quadro vocálico átono final.

A terceira grande diferença dentro do sistema é, nas formas oblíquas preposicionadas, a existência das formas especiais *mim* e *ti*, em face das formas retas para as demais pessoas.

Em face de tudo isso, temos o seguinte sistema de pronomes pessoais portugueses:

P 1: eu; me; mim; comigo.
 P 2: tu; te; ti; contigo.
 P 4: nós.; conosco.
 P 5: vós.; convosco.
 P 3: ele(a); o(a) lhe
 P 6: + /S/; +/S/

Tal quadro é, a rigor, puramente teórico; e em nenhuma região da língua portuguesa ele se realiza exatamente.

A primeira grande modificação é a perda de P 5 como plural exclusivo de P 2. Um novo sistema se sobrepõe em que a série *vós* é um singular, como P 2, para assinalar, em contraste com a série *tu*, uma atitude de distanciamento e acatamento social para com um único ouvinte. Temos assim um desdobramento de P 2 e de P 5:

P 2:	tu; te; ti;	contigo.
	vós	convosco.
P 5:	vós	convosco (plural de <i>tu</i>).
	vós	convosco (plural de <i>vós</i>).

Tal é o sistema que vigora em certos registros especiais da língua escrita, como a da linguagem burocrática.

Uma segunda grande modificação é a substituição da série *vós*, para o ouvinte (singular ou plural) por um tratamento de terceira pessoa, em que se eliminam as formas verbais correspondentes a P 5. Em vez da forma pronominal reta, correspondente a essa pessoa, o ouvinte é tratado, isoladamente ou como sujeito, por uma locução, em que, no tratamento de *vós* para P 2, nos dirigimos a uma sua qualidade, com a matização do acatamento e da hierarquia social expressa pela escolha de um substantivo adequado: *Vossa Alteza, Vossa Excelência, Vossa Senhoria*, etc. Em vez das formas oblíquas, aparecem essas mesmas locuções ou os pronomes oblíquos adverbiais de terceira pessoa (*o, a; lhe; ou*, no plural, *os, as, lhes*).

Esse sistema de tratamento do ouvinte, que elimina as formas pronominais retas e a forma verbal de P 5, funciona num registro altamente formal quer da língua oral, quer da língua escrita.

Um sistema menos formal, vigente especialmente no português europeu, particularmente no dialeto social culto da área de Lisboa, consiste, como marca de acatamento, em tratar o ouvinte, com o verbo em terceira pessoa, por um nome ou locução referente à sua profissão ou *status* social (ex.: *o senhor professor* ou *o professor; o senhor doutor*, ou *o doutor*). A seu lado, há um tratamento íntimo caracterizado por P 2 para o pronome e o verbo.

Outra possibilidade, que é a que funciona no dialeto culto da área do Rio de Janeiro, é usar para o ouvinte o verbo na terceira pessoa e marcar a posição do ouvinte, em relação ao falante, pelas palavras *você* (tratamento íntimo) e *o senhor* (feminino em *-a*) para o tratamento mais cerimonioso.

Note-se que qualquer desses sistemas, com o verbo na terceira pessoa em referência ao ouvinte e uma palavra ou locução especial, em vez do pronome pessoal reto, mantém para o ouvinte as formas oblíquas adverbiais de terceira pessoa (*eu o ouço, eu lhe falo*). Na área do Rio de Janeiro, entretanto, e alhures, no português do Brasil, a adoção de *você* como tratamento de intimidade, num registro informal, introduz a forma adverbial *te* ao lado de *o, a* ou *lhe*, e assim aquela forma fica intercambiável com estas duas.

Remodelação mais profunda do sistema consiste em deslocar *lhe* (com a mesma amplitude de *me* e *te*) para forma adverbial correspondente a *você* e *o senhor*. Ao mesmo tempo, na terceira pessoa propriamente dita, se eliminam *o, a* e *lhe* (no plural *os, as, e lhes*) em proveito de *ele* (-a, -s) em qualquer função na frase. É a rigor o registro que vigora na área do Rio de Janeiro.

Daí, o seguinte sistema:

P 1: eu; me, mim; comigo,

P 2: você; lhe (te).

o senhor.

P 3: ele (-a).

P 6: s (s).

A série *tu, te, ti, contigo* persiste com finalidade puramente estilística, ao lado de *você*.

Note-se que, para P 3 e P 6, há uma série de formas oblíquas, ditas «reflexivas», quando se trata na sentença da mesma pessoa que o sujeito: *se*, adverbial; *si*, forma oblíqua preposicionada; *consigo*, aglutinação da preposição *com* e uma variante de *si*; ex.: *ele se vê no espelho; ele é tão vaidoso que só fala de si; sem nada dizer, ele pensou consigo...* Daí, um sistema, especialmente comum no português culto europeu, em que se deslocam as formas preposicionadas *si* e *consigo* para o ouvinte, quando tratado com o verbo na terceira pessoa: *venho a si para lhe comunicar...; falo especialmente consigo, porque o considero justo e compreensivo*.

Diante de todos esses sistemas interferentes dos pronomes pessoais português, terminemos por apresentar aquele que, para a língua escrita e à língua oral formulada, adota o nosso ensino escolar:

P 1: eu; me; mim; comigo.

P 2: você; o senhor (fem. a senhora); o (fem. a), lhe.

tu; te; ti; contigo.

P 4: nós; conosco.

P 5: Primeira série de P 2 + /S/.
P 3: ele (-a); o (a), lhe.
P 6: P 3 + /S/.

60. Esses pronomes pessoais são funcionalmente substantivos. Os adjetivos correspondentes vêm a ser os chamados adjetivos possessivos, que têm as marcas nominais de feminino e plural para concordarem com o adjetivo determinado.

O sistema teórico dos possessivos, em que se leva em conta um P 5, plural puro e simples de P 2, é o seguinte:

P 1: masc.: *me + o = meu*; pl.: + /S/; fem. */miN/ *minh + a = minha*; pl.: + /S/.

P 2: masc.: *te + o = teu*; pl.: + /S/; fem.: */tu + a = tua; pl.: + /S/.

P 4: */nòS/ + *o = nosso*; fem.: + *a*; pl.: + /S/.

P 5: */vòS/ + *o = vosso*; fem.: + *a*; pl.: + /S/.

P 3, 6: masc. *se + o = se*; fem.: *su + a = sua*; pl.: + /S/.

A forma de P 5 persiste no tratamento formal ao ouvinte como – *Vossa Alteza, Vossa Excelência, Vossa Senhoria*, etc. e o verbo na terceira pessoa concordando com a qualidade expressa do ouvinte.

Elimina-se, porém, nos demais tratamentos do ouvinte na terceira pessoa verbal. A série P 3, 6 – *seu, sua, seus, suas* é o adjetivo correspondente ao ouvinte como determinante: *sua decisão* (a decisão de Vossa Excelência); *sua opinião* (a opinião do *senhor professor*); *seu livro* (*o livro do senhor, ou de você*). Daí decorre uma ambigüidade incômoda com a série *seu* para P 3, 6, propriamente ditos (*sua opinião = a opinião dele ou deles*). O resultado na língua coloquial e mesmo na língua escrita em registro pouco formal é a eliminação da série *seu* para P 3, 6 e sua substituição neste caso por *dele* etc., ou seja, o pronome pessoal substantivo de P 2, 6 sob a regência da preposição *de*.

Como todos os adjetivos, os pronomes pessoais adjetivos, ditos «possessivos», podem determinar ou predicar um nome ou pronome substantivo. No primeiro caso, acrescenta-se a esse nome e com ele concorda em gênero e número, dando o conjunto determinado: determinante. No segundo caso, reporta-se a um substantivo sujeito, dentro do predicado oracional, interpondo-se entre os dois vocábulos uma forma verbal do *ser* (*o livro é bom, as lobas eram ferozes*, etc.); da mesma sorte: *o livro é meu* e assim por diante.

Neste uso predicativo, entretanto, as nossas gramáticas tradicionais desenvolveram uma teoria da possibilidade de um «possessivo substantivo», quando precedido do artigo definido *o, a*, etc.: *este livro é o meu*. A idéia subjacente é que o artigo «substantiva» o adjetivo, como sucede em – *o belo*, equivalente a – *a beleza*. Mas a associação entre as duas construções é apenas aparente, na realidade, o artigo, diante do possessivo, está puramente na sua função essencial de tornar definido o ser determinado, que sem ele fica indefinido. Em *este livro é meu* apenas se expressa que o *livro* assim determinado é *meu* entre outros, dos quais não se destaca definidamente nem no espírito do falante nem no do ouvinte.

Ao contrário – *este livro é o meu* refere-se a um livro bem individualizado para os interlocutores. Mas em qualquer dos casos se trata de uma função adjetiva.

Quanto a expressões do tipo – *o livro seu e o meu*, o segundo possessivo só aparentemente está sem o substantivo determinado. Trata-se do substantivo *livro*, enunciado na primeira parte da expressão e omitido na segunda pelo processo de economia de linguagem chamado «elipse» desde a época da gramática grega. E ainda aí a partícula *o* está na sua função essencial de artigo definido (tanto *seu livro* como *meu livro* estão individualizados para quem fala e quem ouve).

Podemos assim concluir que os chamados possessivos não são mais do que as formas adjetivas dos pronomes pessoais propriamente ditos.

Esses pronomes pessoais adjetivos não têm por natureza um caráter de definidor, ou individualizador, do determinado. O que lhes dá esse caráter é a presença de artigo. Cabe apenas ressaltar que com determinantes e antecedentes de um determinado o caráter definidor do artigo desaparece e ele pode figurar, ou não, na locução em variação livre (*meu livro* ou *o meu livro*). A definição só ocorre, pela presença do artigo, no emprego predicativo ou, como determinante, posposto ao determinado: *este é o meu livro; o livro meu não está aqui*.

61. A segunda subclasse dos pronomes é a dos chamados «demonstrativos». A sua função é indicar a posição no espaço de um elemento do mundo biossocial tratado na língua como «ser», ou «nome». Essa indicação se faz em referência à posição do falante. Há a tal respeito vários sistemas de demonstrativos pelas línguas do mundo afora. Um, muito generalizado, é dicotômico e consiste em marcar o ser indicado como próximo ou distante do falante,

como se vê em inglês na oposição *this: that*, bem como em muitas línguas românicas. A língua portuguesa apresenta um sistema mais elaborado, tricotômico, em que se leva em conta o ouvinte: 1) *este* (próximo do falante); 2) *esse* (próximo do ouvinte); 3) *aquela* (fora dos campos do falante e do ouvinte).

São vocábulos de estrutura nominal de tema em *-e*, com feminino e plural, como vimos suceder com *ele* (e com a alternância submorfêmica /ê/-/è/ no radical feminino). O seu emprego é indiferentemente em função adjetiva (ex.: *este livro*) ou em função substantiva (*este não é o meu livro*). A seu lado, figuram em cada série uma forma específica com as 3 marcas seguintes: a) só têm emprego substantivo; b) são invariáveis em gênero e número e de tema em *-o*; c) só se reportam a seres considerados como inanimados ou «coisas» (*isto, isso, aquilo*).

Uma quarta série neutraliza a posição definida no espaço e introduz em seu lugar a noção gramatical da «definição». É a série *o, a, os, as*, cuja forma assinalada pelas 3 marcas acima referidas é a partícula invariável *o*. É o pronome meramente definidor *o, a, os, as*, que em função adjetiva, como determinante de um nome substantivo, recebe tradicionalmente em nossas gramáticas o título do *artigo definido* e vimos ter um papel essencial na marcação do gênero dos nomes substantivos. O seu emprego isolado, como pronome substantivo, é particularmente freqüente diante da partícula *que* e em tal caso corresponde a *aquela* (para assinalar a eliminação dos campos do falante e do ouvinte) como a uma forma mais enfática: *os que mais reclamam são os que menos razão têm* (cf.: *aqueles que mais reclamam são aqueles que menos razão têm*).

Daí, o seguinte quadro dos pronomes demonstrativos portugueses (com alternância submorfêmica /ê/:/è/ no radical feminino):

Campo do falante: *este, + a, + /S/; isto*.

Campo do ouvinte: *esse, + a, + /S/; isso*.

Campo externo ao falante e ouvinte: *aquela, + a, + /S/; aquilo*.

Campo indiferenciado ou «neutralizado»:

a) função substantiva: *aquela, + a, + /s/ aquilo* (emprego enfático).
o, + a, + /S/; o.

b) função adjetiva: *o, + a, + /S/* (artigo definido).

O papel dos demonstrativos é, portanto, essencialmente «dêitico», isto é, indicador no espaço. Cabe-lhe, entretanto, um segundo papel, que Said Ali chama «anafórico» (Ali, s/d, 262). Consiste

não numa referência ao mundo biossocial, mas ao que foi dito ou vai ser dito no contexto lingüístico. As nossas gramáticas costumam atribuir em tal caso a *este* o que vai ser dito, a *esse* o que acaba de ser dito e a *aquele* o que já foi dito há algum tempo ou noutro contexto lingüístico.

Mas trata-se na realidade de uma normalização muito convencional. A rigor, no emprego anafórico desaparece a oposição *este: esse*, ou antes, *este* não passa de uma forma mais enfática do que *esse*. A oposição estrutural se transpõe para uma mera oposição estilística. A verdadeira oposição fica entre *este (esse): aquele*, assinalando o primeiro membro proximidade no contexto e o segundo uma referência à distância.

Como, por outro lado, a distinção fonológica entre *este* e *esse* é pequena (/st/ : /s/), dá-se na língua coJoquial brasileira um intercâmbio entre os dois pronomes, mesmo no papel dêitico, que os torna gramaticalmente equivalentes. Daí resulta um sistema dicotômico *este (esse)*, próximo do falante, *versus aquele*, distante do falante, à maneira do sistema inglês *this:that*. Na área do Rio de Janeiro é então a forma *esse* que predomina sobre *este*, o que equivale a uma mudança de /st/ para /s/. Surge daí uma variação livre entre *este* e *esse*, em que na área do Rio de Janeiro predomina a segunda forma. A norma escolar combate essa tendência no sentido de repor o sistema tricotômico, em que *esse* se circunscreve ao campo do ouvinte; e por ele se pauta a língua escrita e o registro formal da língua oral culta.

Com esta descrição não se esgota, porém, a análise dos pronomes demonstrativos portugueses.

A nossa língua tem também um sistema de locativos, ou seja, de demonstrativos em função adverbial. Uma primeira série corresponde a *este, esse e aquele*: a) locativo da área do falante: *aqui*; b) locativo da área do ouvinte: *aí*; c) locativo de uma terceira área, distante do falante e do ouvinte: *ali*. Outra série, dicotômica, opõe *cá*, próximo do falante, a *lá*, distante do falante, com uma forma intermediária *acolá*, para em oposição a *lá* distinguir entre dois locais distantes ambos do falante. As duas séries interferem entre si, com uma variação livre entre *cá* e *aqui* (o português do Brasil marginaliza a forma *cá*) e o acréscimo de *lá* à série *aqui, aí, ali* para assinalar uma localização além de *ali*.

Uma terceira série de locativos estabelece a posição não em função do falante, mas de um ponto qualquer que este toma como referência: a) antes desse ponto: *aquém*; depois desse ponto: *além*.

As notas abaixo não fazem parte do original

ⁱ Discussões entre os gregos que marcaram a evolução do pensamento linguístico:

- Naturalistas vs. Convencionalistas – se as relações entre as orações e as palavras que as designam seriam decorrentes de relações naturais (a língua como espelho do mundo) ou convencionais (a língua é arbitrária, pois, entre o nome e as ideias, as coisas designadas não há transparência ou similaridade).
- Analogistas vs. Anomalistas: se os fenômenos linguísticos se caracterizam por sua regularidade (analogistas) ou por sua irregularidade (anomalistas). A partir de então surge o conceito de regular/irregular na gramática.

Os analogistas enfatizavam "as regularidades nas formas linguísticas, tanto no plano de variações do corpo fônico quanto do significado" (MARQUES, 2003: 26). Em virtude dessa perspectiva analogista, os conhecimentos gramaticais se ampliaram, uma vez que se aprofundavam seus métodos e "padrões de regularidade quanto aos modos de significar e quanto às modificações formais das palavras" (MARQUES, 2003:30) eram estabelecidos.

Já os anomalistas, embora não negassem a existência de regularidades, ressaltavam "as diferenças, peculiaridades e discrepâncias de formas da língua, tomando como ponto de referência modelos ou paradigmas" (MARQUES, 2003: 26) na medida em que se estabeleciam, fossem tanto em termos referenciais quanto flexionais. Assim sendo, os conhecimentos gramaticais evoluíram, uma vez que os anomalistas enfatizavam "os ilogismos, no plano do significado, e as irregularidades formais, no plano das flexões das palavras" (MARQUES, 2003: 30).

Referência:

MARQUES, Maria Helena D. *Iniciação à semântica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ⁱⁱ A Vogal temática (VT) agrupa os verbos e nomes em três categorias:

	NOME	VERBO
-a:	porta	1ª conj.: amar
-e:	norte (às vezes escrito “-i”: júri)	2ª conj.: temer
-i:	---	3ª conj.: partir
-o	moço	---

TEMA = RADICAL + VT (serve de base para o acréscimo das desinências).

Os “-o e -e átonos finais, nos nomes, são vogal temática desses nomes. O -a átono final será vogal temática, se não representar flexão de gênero: o -a de *artist-a*, *telefonem-a*, *borrach-a* é vogal temática. Mas o -a de *mestr-a*, *bel-a*, *nov-a* é desinência de gênero feminino (o masculino é forma não marcada, sem desinência de gênero. O -a átono final será, então, desinência de feminino, quando se opuser a um masculino sem esse -a. Do contrário, será vogal temática. [...]

Os nomes que não possuem vogal temática e, portanto, sem tema, são chamados atemáticos. São atemáticos os oxítonos terminados por vogal: *ô, ó, ê, é, á, ã, i, u*. Ex.: *capô, paletó, dendê, jacaré, alvará, irmã, bisturi, bauru*. No singular, os nomes terminados em *l, r, e s* não apresentam vogal temática, que reaparece no plural: *mal, males; mar, mares; vez, vezes*.” (ZANOTTO, A. **Estrutura Mórfrica da língua portuguesa**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 42).

ⁱⁱⁱ Na língua portuguesa, como nas demais línguas do mundo, ocorrem, comumente, dois tipos de alomorfia: (a) alomorfia condicionada fonologicamente e (b) alomorfia condicionada morfológicamente. Contudo, vários autores também falam em alomorfia livre – aquela que, mais assistemática, é caracterizada pela falta de qualquer tipo de condicionamento (MATTOSO, 1999; KEHDI, 1990; MONTEIRO, 1987). Muitas delas têm motivação histórica, como é o caso das raízes *doublets* (‘pobre’ ~ ‘paupérrimo’; ‘magro’ ~ ‘macérrimo’; ‘lei’ ~ ‘legal’). Algumas outras, igualmente consideradas isentas de condicionamento, como as diferentes formas de raiz (cf. ‘ponho’, ‘puser’, ‘porei’), entretanto, são caracterizadas pelo fenômeno da fusão.

Na alomorfia condicionada morfológicamente, a justificativa para a alternância está na própria concatenação morfológica – a adição de formativos pode (a) criar combinações de segmentos em desacordo com os padrões fonotáticos da língua, (b) levar à adjacência de sons que favoreçam a aplicação de um processo fonológico regular ou (c) trazer à tona padrões sonoros que a língua tende a rejeitar, como se vê nos dados abaixo, em que o símbolo + representa fronteira de morfemas:

mar+s	freguês+s
cant+á+va+is	cant+a+i
passe+o	café+al

Na primeira linha de exemplos, o acréscimo do {-S} de plural – um segmento na posição de coda silábica – pode deixar adjacentes duas consoantes na borda direita do nome. Como o português não permite essa combinação em codas finais, uma epêntese vocálica acaba sendo necessária: a da vogal [i] (‘mar[i]s’, ‘fregues[i]s’). Na segunda, a desinência verbal do pretérito imperfeito do indicativo, {-va}, e a vogal temática de 1ª conjugação, {-a}, ficam contíguas à vogal {-i}, marca de número-pessoa. Em ambos os casos, a vogal baixa se atualiza como média, [e], segmento com articulação mais próxima à da vogal subsequente, que inicia um novo morfema (o de número-pessoa). Na terceira linha, por fim, a alomorfa deriva da tendência que o português apresenta de evitar hiatos: o encadeamento dos formativos leva à adjacência de duas vogais, situação resolvida com a epêntese vocálica, no primeiro exemplo (‘passeio’), e a epêntese consonantal, no último (‘cafezinho’).

Na alomorfa condicionada morfológicamente, a justificativa da alteração não é de natureza sonora. Por exemplo, na expressão do imperfeito do indicativo, observa-se uma sistemática mudança na forma e essa alteração é condicionada pela classe temática a que o verbo pertence. Assim, {-va}, que aparece na primeira conjugação (‘namorávamos’, ‘cantava’), concorre com {-ia}, forma utilizada nas demais conjugações (‘bebia’, ‘vendias’; ‘sorriamos’, ‘sentiam’). Nesse caso, o condicionamento é paradigmático: diferentes classes formais, determinadas pela vogal temática verbal, determinam a escolha do sufixo, de modo que são agramaticais formas como *bebeva, *partiva ou *cantia. Outro exemplo de alomorfa condicionada morfológicamente aparece a seguir:

amável	amabilidade	amabilíssimo	amavelmente	amavelzinho
rentável	rentabilidade	rentabilíssimo		rentavelzinho

Nesses exemplos, observa-se uma previsível alteração na forma do sufixo formador de adjetivos a partir de verbos: quando em final de palavra ou precedendo {-mente} e {-zinho}, tal afixo se manifesta como {-vel}; diante dos demais sufixos, como {-íssimo}, por exemplo, a forma que emerge é {-bil}. Podemos assumir que {-vel} e {-bil} se distribuem em função do ambiente em que se encontram e admitir que essa alternância não é fortuita – é morfológicamente condicionada.

De acordo com Rio-Torto (1998), a alomorfa é condicionada por ambientes morfolexicais. Em função disso, argumenta ser obsoleto discutir a questão da fronteira entre os condicionamentos fonológico e morfológico da alomorfa: a variação na conformação física de afixos, explica a autora, acontece graças à estrutura formal das bases às quais se associam, na medida em que, não sendo itens lexicais dotados de significado autônomo, “se denotam fonologicamente dependentes da base” (p. 91). Dessa maneira, a alomorfa ocorre devido às distintas possibilidades de combinação morfolexical a que um afixo está sujeito. (GONÇALVES, C. A. & PINTO, A. M. S. Enfoques sobre a alomorfa: do Estruturalismo à Teoria da Otimalidade. **Revista Souza Marques**, v. 21, p. 28-47, 2011).

^{iv} Na verdade, Varrão utilizou, em sua gramática do latim, genericamente, o termo *declinatio* “declinação” para se referir à declinação, flexão, conjugação e derivação. Para o gramático latino, declinação diz respeito à mudança que uma palavra sofre dependendo do seu caso (nominativo, dativo, genitivo, ablativo), gênero (masculino/feminino), ou número (singular/plural), em se tratando de nome; ou do seu modo, voz ou tempo, em se tratando dos verbos. Assim, o termo poderia ser traduzido não só por flexão, mas também por derivação (formação de novas palavras a partir de outras existentes). Contudo, Varrão usa as perifrases *declinatio naturalis* e *declinatio voluntaria* para se referir, respectivamente, à flexão e à derivação e não, *derivatio naturalis* e *derivatio voluntaria*, como faz Mattoso.

(VARRO, M. T. **De lingua latina**. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/varro.html>).